



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

PEDRO SÉRGIO MORA FILHO

**CAMINHOS ANTIGOS, TERRITÓRIO, GEOGRAFIA DO
TURISMO E PLANEJAMENTO: O CASO DO CAMINHO DO
PEABIRU NO RAMAL BOTUCATU**

Londrina
2009

PEDRO SÉRGIO MORA FILHO

**CAMINHOS ANTIGOS, TERRITÓRIO, GEOGRAFIA DO
TURISMO E PLANEJAMENTO: O CASO DO CAMINHO DO
PEABIRU NO RAMAL BOTUCATU.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia, Dinâmica do Espaço Ambiental, da Universidade Estadual de Londrina – UEL, pela seguinte banca examinadora:

Londrina
2009

PEDRO SÉRGIO MORA FILHO

**CAMINHOS ANTIGOS, TERRITÓRIO, GEOGRAFIA DO TURISMO E
PLANEJAMENTO: O CASO DO CAMINHO DO PEABIRU NO RAMAL
BOTUCATU.**

Dissertação aprovada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em
Geografia, Dinâmica do Espaço Ambiental,
da Universidade Estadual de Londrina – UEL,
pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Dr^a. Ideni Terezinha Antonello
Universidade Estadual de Londrina
Orientadora

Dr. Marcos Aurélio T. Silveira
Universidade Federal do Paraná
Titular 1

Dr^a. Eloiza Cristiane Torres
Universidade Estadual de Londrina
Titular 2

Londrina, _____ de _____ de 2009.

Dedico este trabalho, com muito prazer, a minha esposa Aretha, aos meus filhos Maria Beatriz e Samuel, a meus amigos pelo companheirismo durante toda esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Em especial, quero agradecer a todos aqueles colegas que auxiliaram no desenvolvimento dessa pesquisa e foram também parte de novas descobertas.

Fico grato aos colegas de profissão que a cada dia estão unindo mais esforços para desenvolver projetos somando as forças da iniciativa privada, do estado e das instituições do terceiro setor, mostrando que é possível a integração destes elementos visando à busca por um equilíbrio no desenvolvimento.

A todos os meus familiares, principalmente, a minha esposa Aretha, a meus filhos Samuel e Maria Beatriz, que entenderam a distância de dias de pesquisa a campo e noites de trabalho em casa que tornaram possível a finalização desta pesquisa.

Também quero agradecer as comunidades das cidades de Jardim Olinda no Paraná, Sandovalina, Tarabaí e Pirapozinho do estado de São Paulo, que auxiliaram o processo de levantamento de dados e que participaram ativamente do nosso trabalho.

Aos estagiários do Núcleo de Pesquisa da Graduação em Turismo, Cláudio, Arthur, Valter Campos, Valter Santos e demais alunos da graduação em Turismo da Faculdade de Presidente Prudente pelo apoio a campo no desenvolvimento das atividades de peregrinações e pesquisas in-loco no ramal Botucatu.

Reconheço a importância ímpar de alguns amigos pesquisadores Professores Eduardo Augusto Werneck Ribeiro e Edvaldo Correa Sotana pela jornada percorrida até aqui desde o início deste projeto com os alunos da Fapepe Uniesp em 2004 até os dias atuais e dos professores e amigos João dos Santos Filho e Sinclair Pozza Casemiro pelo brilhante exemplo de que a pesquisa é como um sonho devemos materializá-la.

Agradeço por fim a orientadora da Pós-graduação em Geografia da UEL Professora Ideni Terezinha Antonello, pelo seu brilhante profissionalismo, competência e amizade com que me orientou na produção deste trabalho, além das portas que abriu para nossa pesquisa.

“A maioria das idéias fundamentais da ciência são essencialmente singelas e, por regra geral podem ser expressas em uma linguagem compreensível para todos”.

ALBERT EINSTEIN

MORA FILHO, Pedro Sérgio. **Caminhos antigos, território, geografia do turismo e planejamento**: o caso do Caminho do Peabiru no ramal Botucatu. 2009. 178fls. Dissertação (Geografia, Dinâmica do Espaço Ambiental) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é o de apresentar novas possibilidades para o desenvolvimento de projetos que ao longo dos últimos anos vem revolucionando a maneira com as quais as instituições de ensino e pesquisas abordam ou irão começar a abordar o desenvolvimento de novos estudos. A partir destas perspectivas e da falta aparente de ferramentas modernas e altamente dinâmicas para pesquisar nas áreas das ciências sociais, ambiental e da geografia do turismo serão apresentadas as justificativas para tal busca de novas aplicações de conhecimento dentro de uma pesquisa desenvolvida a partir do projeto de resgate do Caminho de Peabiru desenvolvida por este pesquisador dentro da Universidade Estadual de Londrina e do Núcleo de Pesquisa da Graduação em Turismo da Faculdade de Presidente Prudente. Busca-se apresentar o Caminho do Peabiru, apresentar a categoria de território como possível auxílio às pesquisas e alicerçando as discussões epistemológicas acerca deste lendário trajeto. Apresentar o atual estágio das pesquisas ligadas ao Peabiru. Demonstrar a evolução do estudo da geografia do turismo, perpassando pela geomorfologia, o planejamento, o planejamento ambiental até apresentar a análise de redes sociais e os softwares Netdraw e Ucinet, exemplificando sua utilização em um trecho do Caminho do Peabiru. Por fim apresentar os resultados obtidos e propor novas etapas do desenvolvimento desse projeto.

Palavras-chave: Território. Desenvolvimento. Planejamento. Caminhos antigos. Caminho do Peabiru.

MORA FILHO, Pedro Sérgio. **Old paths, planning, geography of tourism and planning:** the case of the Path Peabiru in the extension Botucatu. 2009. 178fls. Dissertação (Geografia, Dinâmica do Espaço Ambiental) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

ABSTRACT

The objective of this research is to present new possibilities for the development of projects over the past years has revolutionized the way in which educational institutions and research approach or will begin to address the development of new studies. From these perspectives and the apparent lack of modern tools and highly dynamic environment for research in the social sciences, environmental and geography of tourism will be presented as justification for seeking new applications of knowledge within a research developed from the project Rescue Path Peabiru developed by the researcher in the Londrina State University and the Center for Research Graduate School of Tourism of Presidente Prudente. The aim is to present the path Peabiru, present the category of territory as a possible aid to research and is based epistemological discussions about this legendary route. Display the current stage of research related Peabiru. To demonstrate the evolution of the study of geography of tourism, passing through the geomorphology, planning, environmental planning by presenting the analysis of social networks and software and Netdraw Ucinet, illustrating their use in a stretch of the Way of Peabiru. In order to present the results and propose further steps in this project.

Keywords: Territory. Geography of tourism. Planning. Old paths. Path of Peabiru.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Localização das Reduções de Loreto e S. Ignácio a partir da Carta PARAQVARIA vulgo PARAGVAY (Séc. XVI-XVII) | 17 |
| Figura 2 - Visita ao Centro de Estudos Arqueológicos da UFPR | 19 |
| Figura 3 - Visita ao local das ruínas de Loreto..... | 21 |
| Figura 4 - Classificação Sintética das Paisagens Antropogênicas no Turismo..... | 77 |
| Figura 5 - Caminho Peabiru e Ramais Secundários | 84 |
| Figura 6 - Planisfério de Cântino..... | 103 |
| Figura 7 - Carta Atlântica - Tabula Terre Nove de 1513 | 104 |
| Figura 8 - 7.500 a 5.000 a.C | 109 |
| Figura 9 - 7.500 a 5.000 a.C | 110 |
| Figura 10 - 2.500 a 0 a.C | 111 |
| Figura 11 - 0 a 500 d.C | 112 |
| Figura 12 - 500 a 1.000 d.C | 113 |
| Figura 13 - 1.000 a 1.500 d.C | 114 |
| Figura 14 - Caminho por terra do rio Tietê ao rio Paranapanema passando pelo rio Pirapozinho (estado de São Paulo) próximo a foz do rio Pirapó (estado do Paraná)..... | 118 |
| Figura 15 - 1520 a 1540: Ramais do Caminho do Peabiru | 121 |
| Figura 16 - Caminho Peabiru Percorrido | 127 |
| Figura 17 - Imagem das proximidades da foz do rio Pirapozinho com o rio Paranapanema - SP | 130 |
| Figura 18 - Região de Presidente Prudente..... | 134 |
| Figura 19 - Equipe de caminhada pelos caminhos de Tarabaí a Sandovalina..... | 136 |
| Figura 20 - Caminho percorrido seguindo-se o traçado do rio Pirapozinho | 140 |
| Figura 21 - Rede Simétrica Peabiru..... | 164 |
| Figura 22 - Rede 1 Centralidade..... | 165 |
| Figura 23 - Rede 2 Proximidade | 166 |

LISTA DE QUADROS E MODELOS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 - Organograma hierárquico do planejamento | 68 |
| Quadro 2 - Divisão das tradições/etnias indígenas..... | 107 |
| Quadro 3 - Referência temporal para auxílio da visualização das figuras | 108 |
| Quadro 4 - Pesquisa levantamento fluxos de informação | 151 |
| Quadro 5 - Pesquisa que dá valor aos fluxos de informação | 151 |
| Quadro 6 - Sistematização e código de perguntas | 154 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS | 16 |
| 2 A CATEGORIA DE TERRITÓRIO PARA ESTUDAR O CAMINHO DE PEABIRU | 24 |
| 2.1 REFLEXÕES SOBRE AS CATEGORIAS DE ANÁLISE GEOGRÁFICA..... | 29 |
| 2.2 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO NO PEABIRU | 34 |
| 3 DA GEOGRAFIA DO TURISMO AO PLANEJAMENTO EM TURISMO | 39 |
| 3.1 EVOLUÇÃO NO ESTUDO DO TURISMO | 39 |
| 3.2 A DIALÉTICA COMO MÉTODO DO ESTUDO DO TURISMO | 43 |
| 3.3 A GEOGRAFIA DO TURISMO E AS PAISAGENS | 48 |
| 3.4 DESCRIÇÃO GEOMORFOLÓGICA DA PAISAGEM | 53 |
| 4 PLANEJAMENTO EM TURISMO COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS TURÍSTICOS | 62 |
| 4.1 PLANEJAMENTO TURÍSTICO | 64 |
| 4.2 PLANEJAMENTO AMBIENTAL NO TURISMO | 67 |
| 4.3 PRINCÍPIOS DO PLANEJAMENTO AMBIENTAL..... | 70 |
| 5 A HISTÓRIA DO CAMINHO PEABIRU | 82 |
| 5.1 VISÕES ACERCA DO CAMINHO DO PEABIRU..... | 87 |
| 5.2 A UTILIZAÇÃO DO PEABIRU PARA A CONQUISTA DO TERRITÓRIO | 91 |
| 5.3 A TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA | 95 |
| 6 ASPECTOS HISTÓRICOS E CARTOGRAFICOS DO PEABIRU | 100 |
| 6.1 CARTOGRAFIA COLONIAL DOS ANTIGOS CAMINHOS | 101 |
| 6.2 AS ETNIAS DO PEABIRU..... | 105 |
| 6.3 AS OCUPAÇÕES TERRITORIAIS INDÍGENAS..... | 106 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 7 | POTENCIALIDADES DO PEABIRU NO RAMAL BOTUCATU | 125 |
| 7.1 | O CAMINHO PERCORRIDO | 126 |
| 7.1.1 | 1º Dia de Pesquisa | 128 |
| 7.1.2 | 2º Dia de Pesquisa | 132 |
| 7.1.3 | 3º Dia de Pesquisa | 135 |
| 7.1.4 | 4º Dia de Pesquisa | 138 |
| 7.2 | POTENCIALIDADES A SEREM EXPLORADAS NO PEABIRU | 140 |
| 8 | ANÁLISE DE REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA PARA O DIAGNÓSTICO PARA PLANEJAMENTO EM GEOGRAFIA DO TURISMO | 143 |
| 8.1 | INTRODUÇÃO A ANÁLISE DE REDES SOCIAIS | 144 |
| 8.2 | O DIAGNÓSTICO PARA A ANÁLISE DE REDES SOCIAIS | 146 |
| 8.3 | COMO ELABORAR A ANÁLISE DE REDES SOCIAIS | 147 |
| 8.4 | O FORMATO DA PESQUISA E A INFORMAÇÃO DE ATRIBUTOS | 150 |
| 8.5 | FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS E A GEOGRAFIA DO TURISMO | 159 |
| 9 | PROJETO CAMINHO DE PEABIRU E A ANÁLISE DE REDE SOCIAL | 161 |
| 9.1 | METODOLOGIA, OBJETIVO E LIMITAÇÕES DA PESQUISA | 161 |
| 9.2 | A ANÁLISE DA REDE DO PROJETO PEABIRU – RAMAL BOTUCATU | 163 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAL | 169 |
| | REFERÊNCIAS | 172 |
| | APÊNDICE | 178 |
| | APENDICE A - QUESTIONÁRIO – NETDRAW PROJETO PEABIRU | 179 |

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação de mestrado apresenta-se a continuidade do trabalho iniciado no núcleo de pesquisa da Faculdade de Presidente Prudente – SP. Os temas trabalhados a princípio foram aprofundados, atualizados e elaborados como propostas de abordagem para auxiliar o processo de planejamento. Para tanto um caminho metodológico foi seguido visando atingir os objetivos propostos.

Nesse contexto, inicia-se, apresentando que as paisagens como são conhecidas fazem parte integrante da natureza, assim como os seres humanos, e os deslocamentos dos povos durante séculos imprimiu transformações nestas paisagens deixando marcas. Estas marcas no caso deste estudo devem ser interpretadas como o Caminho Peabiru, que foram antigos caminhos, cuja construção atualmente se atribui a diversas etnias indígenas e que estava distribuído por boa parte dos territórios centro sul da América do Sul.

Os caminhos antigos e as necessidades existentes de se buscar novas ferramentas que auxiliem o desenvolvimento de projetos nas áreas do turismo e da geografia é que tornam essa pesquisa interessante do ponto de vista cultural. Entende-se que a ação planejada dentro de uma metodologia científica, com vistas ao desenvolvimento integrado da atividade turística poderia conduzir pequenas comunidades urbanas e rurais a possibilidade de desenvolver-se e ter dessa atividade renda extra, sendo portanto, favorável para os envolvidos, neste caso para as destinações receptoras, para os turistas e, conseqüentemente, para toda a cadeia de comércio e prestações de serviços.

A intensidade da presença de cada um desses componentes em um núcleo turístico “Caminho de Peabiru” determina a sua atratividade como destinação e a quantidade de turistas que a irão visitar, de acordo com suas facilidades e os acessos oferecidos.

Resumidamente os objetivos do trabalho são: Verificar se ocorre uma efetiva rede de instituições, comunidades, pessoas que conhecem o Projeto Peabiru – Ramal Botucatu que possa auxiliar em sua efetivação como atrativo para o turismo; Buscar pontos falha no Projeto; Realizar uma revisão bibliográfica acerca da temática; Buscar uma categoria teórica para fundamentar o estudo dos Caminhos Antigos, unir essa categoria a área da geografia do turismo e por fim apresentar o

Planejamento Ambiental como importante método auxiliar para desenvolver o Projeto Peabiru, aliado a análise de redes sociais.

Adotou-se a seguinte metodologia para a pesquisa: Pesquisa Bibliográfica; Estudo de caso; É instrumental pois o estudo do Caminho Peabiru pode auxiliar na compreensão da história do Brasil; É um caso singular, antigo, contemporâneo e complexo, justificando a sua exploração para futuras atividades de turismo.

Limitou-se a coleta de dados as bibliografias em português e espanhol; Participação em atividades como eventos relacionados a temática Peabiru; Entrevistas agendadas com consagrados pesquisadores do tema; Atividades de campo como prospecções visando busca de vestígios e informações com as comunidades ao longo dos antigos caminhos; Questionário dividido em 1 bloco temático com 6 itens no total. O questionário foi aplicado a 10 parceiros envolvidos direta ou indiretamente com o projeto Peabiru no ramal Botucatu, sendo possível a formação de um perfil estatístico que após conferido foi inserido no Software NETDRAW que gerou possibilidade de análise auxiliar para o desenvolvimento do Projeto. As questões foram fechadas.

Foi utilizado um software específico para análise em redes dos dados do questionário. Este mesmo software, o Netdraw, serviu para a formulação de sociogramas. A análise desses sociogramas ocorreu a partir de uma rede simétrica de ligações bidirecionais com todos os vínculos identificados no decorrer das entrevistas sendo possível apresentar resultados palpáveis e capazes de auxiliar em um diagnóstico da situação atual no desenvolvimento do Projeto Peabiru.

A dissertação está dividida da seguinte maneira. Na primeira parte, são apresentadas algumas reflexões sobre a importância da realização de reflexões sobre as categorias de análise geográficas para ajudar no estudo do caminho Peabiru, como a categoria de território e desenvolvimento.

A geografia do turismo é apresentada como referencial e é necessariamente importante, pois apresenta a necessidade de união dessas duas ciências visando compreender além das relações entre a sociedade e a natureza, o turista envolvido nessa compreensão. Após essa caracterização, apresenta-se a geomorfologia aplicada as análises das paisagens em turismo como importante ferramenta para análise e avaliação das paisagens.

O relacionamento do turismo com o meio ambiente esta longe de ser simples. Numerosas situações de conflitos são registradas e, diante da sua fragilidade, cada medida ou precaução pode gerar um efeito perverso, difícil de controlar. O desafio reside em encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento da atividade e a proteção ambiental e cultural.

Outro conceito abordado na pesquisa é o de planejamento ambiental, os objetivos do planejamento podem em alguns casos conduzir a mudanças estruturais de realidades locais, principalmente quando tratamos de pequenas comunidades, visando geralmente, ao desenvolvimento. Os objetivos básicos indicam “aonde” se quer chegar que são expressos em termos qualitativos. No planejamento, e muitas vezes nas atividades ligadas ao turismo, os planos sofrem grande influencia política. Os objetivos do planejamento turístico podem envolver localidades, regiões, países e ate continentes, quando se tratam de políticas públicas, e envolvem tanto órgãos públicos e empresas privadas deste ramo de atividade, como também fatores influenciados em todos os níveis, a exemplo quando do investimento em infra estrutura.

Nas atividades turísticas as necessidades de espaço que as pessoas buscam mudam de acordo com as atividades praticadas e o local onde ocorrem. Apesar das dificuldades motivadas pelas variedades de espaços e pela variedade de sua utilização e ocupação, é possível organizá-la e levar benefícios às comunidades de seu entorno. Trata-se, porém, de um instrumento indispensável para identificar situações criticas que necessitam de cuidados e medidas especiais para sanalas, para prevenir problemas a partir da aplicação de controles prévios e para promover o desenvolvimento equilibrado das atividades.

Após ter sido apresentada a proposta de planejamento ambiental, como base no disciplinamento do uso e ocupação do solo, tendo como finalidade o desenvolvimento de atividades de turismo de maneira integrada, buscou-se apresentar de maneira detalhada a história do Peabiru e o Projeto Peabiru no Ramal Botucatu.

O Caminho do Peabiru e todos os elementos que se constituem sua “matéria prima” a partir da busca de fontes primárias de consulta. Trata-se também de abordar de certa maneira a memória histórica cartográfica do caminho do Peabiru, apresentando-se os caminhos antigos na região do Guayrá e as etnias indígenas presentes nestes territórios. Na seqüência busca-se a partir da categoria

do território iniciar uma discussão teórica para enriquecimento das pesquisas acerca do Peabiru para então apresentar o levantamento de uma parte do caminho e de algumas metodologias de planejamento objetivando a busca e a realização de atividades de turismo sustentáveis.

Dentre os recursos disponíveis, a Análise de Redes Sociais, mostrou-se como método capaz de auxiliar no entendimento das necessidades dos envolvidos no projeto, apresentando os pontos fortes e as fragilidades com a qual essa proposta vem sendo conduzida, auxiliada pelo software Netdraw. Por sua vez, de posse do conhecimento das dinâmicas sociais do projeto, é apresentada a necessidade de alteração do escopo do projeto Peabiru.

Nas considerações finais foi feito um panorama das perspectivas e desdobramentos do desenvolvimento do Projeto Peabiru como um exemplo prático da necessidade de se buscar dentro da geografia do turismo e os planos, programas e projetos desenvolvidos em seus âmbitos, a busca por novas ferramentas que visem aprofundar conhecimentos sobre metodologias de planejamento ambiental em turismo, efetuar a caracterização paisagística no projeto Peabiru, identificar os principais problemas sociais, ambientais e culturais, compreendendo seus processos respectivamente e ainda apresentar algumas propostas para melhoria de seu estado de desenvolvimento.

1 ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS

Deve-se sempre questionar, pois não são as respostas que movem as ações e sim as perguntas. Deste momento em diante algumas questões surgiram ao caminhar em aventuras em meio à natureza no norte do Paraná, como: por quais motivos havia tantos caminhos que levavam e traziam, uns com grande movimento, outros quase esquecidos pelo tempo? Inicia-se então a buscar indícios nas andanças e nas viagens pelo Brasil e exterior o que de certa forma nos conduziu ao campo do turismo e da geografia. Durante a academia as viagens faziam parte da formação que contribuiu para entender-se ou buscar entender o sentido dos caminhos e começar a tentar responder a questão anterior: por que tantos caminhos? Um filme e na seqüência um livro despertaram o interesse em buscar a resposta à pergunta tão fascinante. O filme “A Missão (1986)” e o livro “Conquista Espiritual. Feita Pelos Religiosos da Companhia de Jesus, obra de 1639, reeditada em 1985 no Brasil”.

O filme despertou vontade de conhecer uma história até então desconhecida, já que durante a formação básica tem-se aprendido que as Entradas e as Bandeiras eram as grandes responsáveis pela abertura dos caminhos que hoje existem no país e, além disso, eram vistos como verdadeiros heróis da futura nação brasileira. O que pelo filme se revela inverídico e mostra a verdadeira barbárie ocorrida durante o processo da colonização brasileira e não faz parte da história ensinada nas escolas. Para tanto se precisa buscar na literatura referencial sobre a verdadeira história da colonização brasileira e neste caso na região do atual estado do Paraná, tendo contato com o PE. Jurandir Coronado Aguilar Doutor em História pela Universidade Gregoriana de Roma e pesquisador das Reduções Jesuíticas da América do Sul mais precisamente da província do Paraná, que apresenta a obra e leva a leitura do texto do Padre Jesuíta Antonio Ruiz de Montoya a Conquista Espiritual, retratando com requintes como foram as ações empregadas no processo de colonização nas Américas espanhola e portuguesa, mas principalmente na região do atual estado do Paraná conhecido à época do século XVI-XVIII como Província do Guayrá e apresenta as duas maiores reduções jesuíticas da província chamadas de Nossa Senhora de Loreto (atual município de Itaguajé-Pr) e da redução de Santo Inácio (atual município de Santo Inácio-PR) que juntas somavam mais de 12.000

índios aldeados e que pela proximidade de Maringá e Londrina foram ponto de partida e fonte de inspiração para as pesquisas, como podemos comprovar na localização apresentada na figura a seguir.



Figura 1 - Localização das Reduções de Loreto e S. Ignácio a partir da Carta PARAQVARIA vulgo PARAGVAY

Fonte: Ioannes Blaeu Exc. / Amftelcedami. (Séc. XVI-XVII)

Visitando estas localidades e deparando-se com as poucas ruínas que restavam no local, se desperta ainda mais a vontade de conhecer detalhes desta história e os motivos pelo qual não é conhecida e parte dos currículos escolares básicos. Nas visitas in-loco foi possível conhecer moradores locais que tiveram contatos com pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (arqueólogos e historiadores) o que se levou a buscar informações sobre as pesquisas realizadas e pelo assunto já que existia ali presença física de culturas e paisagens maravilhosas com um potencial de conhecimentos e possibilidades muito vastos.

Constatada a existência de vestígios arqueológicos espalhados por todo o território paranaense e também do oeste e sul paulista (a partir das leituras de materiais bibliográficos da UFPR) apontam-se algumas questões norteadoras e como ponto de partida deste trabalho às localidades das reduções jesuíticas de

Loreto e Santo Ignácio, ambas, que aguçaram para a realização desta pesquisa: por que existiam tantos caminhos e povos indígenas estabelecidos ao longo destes caminhos? Como estes caminhos indígenas foram utilizados pelos “colonizadores” para a conquista do território brasileiro e quais foram estas formas de conquista?

É certo que existiam territórios devidamente delimitados por estes povos indígenas e estes povos foram desterritorializados? Existe uma categoria ou conceito capaz de auxiliar nestas discussões? Quais as metodologias empregadas nos estudos sobre estes caminhos antigos e os grupos de pesquisas existentes? Como o resgate desta história poderia ser valorizada e utilizada buscando auxiliar no processo de desenvolvimento cultural, social e econômico das sociedades que vivem atualmente próximos a estas ruínas e caminhos antigos? Existem ferramentas que auxiliem o desenvolvimento destas atividades que podem ser turísticas visando valorar a história e conseqüentemente a população local?

Frente a estas questões de relação transdisciplinar, debruça-se nas pesquisas com revisões bibliográficas quase sempre muito difíceis, pois são fontes na maioria das vezes primárias de informações muito difíceis de se encontrar versando sobre a arqueologia, história, turismo, geografia, antropologia e até mesmo as novas tecnologias que são pouco utilizadas pelas dificuldades com tradução de idiomas e cursos para sua utilização. Nestas buscas depara-se com mapas, cartas e figuras que foram basilares para entender-se a evolução das andanças dos povos indígenas sobre estes territórios e na seqüência dos colonizadores portugueses e espanhóis.

Para isso inúmeras viagens foram necessárias como para São Paulo em diversas bibliotecas da Universidade de São Paulo 2006 e 2008, para o Centro de Pesquisas Arqueológicas da UFPR, como pode ser comprovado na figura 2, em Curitiba - PR em 2006 e 2008, e para Assunção no Paraguai na Universidade Nacional em 2007.



Figura 2 - Visita ao Centro de Estudos Arqueológicos da UFPR
Fonte: Mora Filho (2006).

A pesquisa então segue por dois caminhos que se complementam. O primeiro busca realizar uma leitura sistemática e acadêmica com uma extensa revisão bibliográfica acerca dos caminhos antigos e basicamente sobre o Caminho do Peabiru, base para a maior parte dos traçados de rotas antigas como o Caminho de Viamão a Sorocaba utilizado pelos tropeiros, retratado por vários autores brasileiros como Darcy Ribeiro, Boris Fausto, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

Destes levantamentos com o Peabiru, irão se apresentar mapas com recortes temporais demonstrando as localizações das principais etnias indígenas no território paranaense, contextualizando as ocupações destas áreas com o território e a formação destes caminhos antigos que até hoje mantém fortes evidências e marcas de sua existência que despertam interesses e desejos de uso turístico por peregrinos na busca pela fé e de aventureiros em busca de turismo de aventura, mas principalmente com a peregrinação já que a esta rota se denomina também chamar de Caminho de São Tomé aludindo ao Apóstolo de Cristo São Tomé que de acordo com relatos antigos era descrito pelos índios e depois jesuítas como um dos que percorreram os traçados do Peabiru do oceano Atlântico ao Pacífico. Estes fatos e histórias podem se constituir em elementos de atratividade para atividades educacionais e de visitação turística.

Na seqüência apresenta-se a evolução dos núcleos de pesquisa que estão debruçados ao estudo do Peabiru e principalmente se busca entender a metodologia empregada por estes para os estudos, mostrando, que é necessária a escolha de uma categoria ou conceito para se discutir com maior academicismo a questão.

Apresenta-se o conceito de território como possível para envolver parte da discussão atual acerca dos caminhos antigos como sendo importante, pois os povos indígenas se territorializaram com os colonizadores foram desterritorializados e recentemente por meio da prática do turismo e resgate cultural deste caminho está se tentando criar uma territorialização do Peabiru.

Aberta está discussão passa-se a ressaltar alguns exemplos de trajetos utilizados e foca-se no Ramal Botucatu que é uma das bifurcações mais importantes do traçado principal do Peabiru e parte da região de Campo Mourão – PR sentido a foz do rio Corumbataí com o rio Ivaí, daquele ponto rumava sentido as nascentes do rio Pirapó seguindo seu curso até desembocar no rio Paranapanema, deste em seu lado oposto desemboca o rio Pirapozinho que segue até as proximidades da cidade de Presidente Prudente - SP e por fim corta os rios Aguapeí e Peixe atingindo a margem esquerda do rio Tietê, seguindo então a montante até a região da cidade de Botucatu – SP e desta chegando ao litoral paulista.

Deste ramal o trecho escolhido pela proximidade com o local sede do núcleo de pesquisa em turismo – NPGT local que este pesquisador coordena as atividades dessa pesquisa, foi o situado da foz do rio Pirapó na cidade de Itaguajé (ruínas da redução jesuítica de Nossa Senhora de Loreto, figura 03) até as proximidades da cidade de Presidente Prudente, compreendendo um trecho de aproximadamente 126 quilômetros de extensão.



Figura 3 - Visita ao local das ruínas de Loreto
Fonte: Mora Filho (2007).

Este trecho escolhido foi percorrido a pé por uma equipe buscando a obtenção de sinais e informações importantes no trajeto realizado em 2006. Nesta região foram levantadas informações sobre as picadas/caminhos antigos na região verificados alguns trechos a partir da confrontação das estradas existentes hoje com imagens de satélite atuais e entrevistas realizadas com moradores das propriedades rurais e das cidades neste ramal.

Estes dados deram possibilidade para conhecer a realidade das populações locais com relação às necessidades sociais, culturais, ambientais e econômicas, além de ter acesso aos prefeitos e autoridades nestas cidades o que despertou expectativa de desenvolver um projeto voltado à área do turismo e da educação, podendo gerar desenvolvimento cultural e econômico além de crescimento humano para estas localidades por meio da valorização das potencialidades culturais provenientes da fascinante história do Peabiru e também das belas paisagens proporcionadas neste trecho do Pontal Paulista.

Para transformar em realidade esta expectativa é necessário basear-se a partir da elaboração de um Plano, Programa ou Projeto que vise desenvolver

estas potencialidades que seria a criação de um roteiro de peregrinação, ecoturismo, turismo rural dentre outras denominações para dar suporte à implantação deste mecanismo de desenvolvimento local. Inicia-se a partir deste ponto o segundo caminho para a efetivação deste processo. Começam-se então a buscar modelos de planejamento utilizados no turismo que proporcionassem este amálgama de inter-relações e que dá origem então à temática desta pesquisa voltada as novas ferramentas tecnológicas disponíveis para elaboração, administração e avaliação de projetos na área do turismo, geografia e meio ambiente.

No mundo todo, as relações entre as culturas e a natureza geram inúmeros impactos e neste caso não seria diferente, já que o turismo é considerado uma atividade impactante, tanto para o meio onde ocorrem as relações, para a sociedade local que é a receptora dos visitantes, quanto para os próprios turistas. Os modelos trabalhados pelo turismo na maior parte das vezes utilizam-se de subsídios superficialistas para a elaboração de projetos de desenvolvimento de turismo aliados a busca por uma sustentabilidade ambiental e social local, talvez em função do turismo ser considerado uma área ainda nova dentro das ciências e em pleno processo de produção de conhecimentos.

A pesquisa não se debruçou apenas sob os métodos e a metodologia utilizada corriqueiramente pelos profissionais e pesquisadores em turismo, nessa pesquisa a partir da visão da geografia buscaram-se na sociologia e na antropologia, ferramentas que pudessem auxiliar no desenvolvimento de uma futura atividade turística em localidades antes consideradas sem potencial nenhum e que possam ser utilizadas por estas pessoas com uma renda alternativa e pode passar a ser a fonte principal da renda das famílias com o passar dos anos. Para correlacionar está iniciativa com a do Caminho de Santiago de Compostela na Europa, que foi um caminho criado turisticamente e hoje é o roteiro de peregrinação mais percorrido no mundo, sem ter ao menos um significado ou fato verídico como vestígios arqueológicos ao longo de suas estradas.

Por fim a apresentação desta metodologia e ferramentas tecnológicas teve por objetivo demonstrar algumas propostas para a aplicação destas ferramentas em novos projetos de turismo e estão sendo responsáveis atualmente pela efetivação de roteiros de peregrinação pelo Caminho do Peabiru como amostras do potencial que estas atividades têm de auxiliar no desenvolvimento, social, cultural e até econômico.

Poderá também se observar um pouco da história dos caminhos antigos ligados a história do caminho de Peabiru, e esclarecer que não se busca aqui fundamentar-se nas histórias da colonização das Américas, apenas na história do Caminho do Peabiru em si.

Deve ficar clara a necessidade de buscar-se uma categoria científica para a realização de reflexões que auxiliem a análise de uma das propostas desse trabalho, essa categoria será a de território, porém, de maneira não exaustiva visando a possibilidade de uma pesquisa como a de doutoramento, poder-se aprofundar nas discussões acerca dessa temática com mais detalhamento.

2 A CATEGORIA DE TERRITÓRIO PARA ESTUDAR O CAMINHO DE PEABIRU

Quando se inicia uma discussão em um campo teórico novo, como o de território, é necessário que se inicie uma reflexão e alguns esclarecimentos preliminares para que os leitores possam estar situados dentro de qual abordagem espera-se apresentar algumas argumentações. Porém neste momento de reflexão ainda é cedo para apresentar visões sobre abordagem teórica e até mesmo metodológica, já que se entende que desde a fundamentação teórica de uma pesquisa como até o desvelamento de um caminho possível para teorizar e realizar uma discussão possível do caminho do Peabiru dentro de uma perspectiva científicista deve-se passar por caminhos curvos como diria da metodologia de planejamento do Mestre Arquiteto Oscar Niemayer.

A partir desta destas reflexões, imagina-se que antes da discussão do objeto de pesquisa em si, é preciso colocá-lo sob a ótica de uma fundamentação que de sustentação teórica a toda uma análise dentro do campo dos estudos acerca do tema Peabiru. Muitos são os autores que estão na atualidade discutindo e refletindo sobre o tema. Porém, será que o que preocupa é que a maior parte destes teóricos mantém uma visão muito estreita do que vem a ser pesquisa, metodologia, teoria e prática dentro da academia? E nos grupos de pesquisa que discutem o assunto?

Podem-se apresentar rapidamente os dois únicos núcleos de pesquisa acerca do caminho do Peabiru dentro do Brasil que tem este objeto de pesquisa como referência. O primeiro a surgir foi o NECAPECAM – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Caminho de Peabiru na COMCAM – Comunidade dos Municípios de Campo Mourão – Micro-região 12 do Paraná - e vêm desenvolvendo, paulatinamente, o mapeamento da rota e, com o apoio das prefeituras municipais, pequenos e médios proprietários rurais, dentre outros, organizando peregrinações pelos municípios por onde passa o Caminho na região da COMCAM. Têm o apoio também da Faculdade Estadual de Campo Mourão com o Curso de Turismo. Baseia seus levantamentos focados principalmente dentro do Ramal conhecido como Botucatu ou Campo Mourão um dos mais importantes, pois ligava o entroncamento principal do Peabiru as Reduções Jesuíticas de Nossa Senhora de Loreto e Santo

Inácio as maiores reduções em número de indígenas que se tem conhecimento (MONTROYA, 1639).

O segundo grupo a pesquisar cientificamente estes caminhos é o N.P.G.T. – Núcleo de Pesquisas da Graduação em Turismo da Faculdade de Presidente Prudente no Estado de São Paulo, que também pertence ao ramal Botucatu ou Campo Mourão e está situado na porção territorial conhecida como Guayrá, denominada assim pelos povos indígenas que ali viviam. Para conhecimento esta região se estendia do sul do Estado de São Paulo até o Norte do Rio Grande do Sul, adentrando também em terras Paraguaianas e Argentinas. Foi dentro do N.P.G.T., com apoio de órgãos do estado de São Paulo como a Coordenadoria de Apoio Integral – CATI que se desenvolveu a primeira metodologia sistemática para pesquisar o caminho e que gerou subsídio para esta dissertação. É importante saber que o enfoque dos levantamentos do N.P.G.T. fica preestabelecido a partir das reduções de Loreto e Santo Inácio (próximas à cidade de Jardim Olinda e Santo Inácio no estado do Paraná) até a região onde hoje se situa o município de Presidente Prudente no Estado de São Paulo.

Nota-se que os pesquisadores do N.P.G.T. partiram da premissa de que para se pesquisar um objeto como caminhos antigos, só é possível se ocorrer neste contexto à capacidade de problematizar e de dar respostas ao objeto de estudos. Estudar um objeto que não foi analisado ainda por nenhuma ciência a fundo e tentar encaixá-lo a partir de uma categoria ou conceito é o escopo da ciência.

De forma geral, pode se sistematizar o que vem ocorrendo com estes dois grupos de pesquisa da seguinte maneira. Cabe aqui uma reflexão primordial para deixar aberta a proposta, que é apenas à ciência que formaliza o saber. De acordo com Candiotto (apud RIBAS, 2004, p. 74),

Existem correntes diferentes na interpretação da relação entre saber popular e ciência, desde autores que fazem uma separação total, até aqueles que não desvinculam os dois saberes. Entendemos que parte do conhecimento científico é fruto do saber popular que, contudo, ocorre de forma descompromissada com a ciência, pois objetiva responder a determinado problema ou necessidade do cotidiano.

Entretanto como os objetos e objetivos e o enfoque destes grupos de pesquisa reside primordialmente na produção da ciência, é a partir então da sua capacidade de problematizar e de dar respostas como já dito anteriormente que se tem que desenvolver as pesquisas e os projetos acerca do Caminho do Peabiru.

Passados anos de andanças pelos eventos que discutem esta temática pelos estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina, além de visita ao Paraguai que também mantém estudos acerca do Peabiru naquele país, encontra-se uma contradição, pois, se está a frente de um objeto de pesquisas fabuloso, porém onde até as pesquisas feitas no Núcleo de Pesquisa da Graduação em Turismo da Uniesp estava conduzindo as pesquisas a partir do saber popular, ao referenciar as fontes como os materiais produzidos pelos jornalistas Rosana Bond e Luis Galdino de cunho jornalístico e sem os cuidados de referenciar as fontes, únicos elementos que irão legitimar as pesquisas.

Dentro deste contexto apresenta-se uma explanação realizada pelo Professor Doutor Igor Chmyz da Universidade Federal do Paraná, dentro do evento intitulado de I Encontro Internacional de Estudiosos acerca do Caminho do Peabiru realizado na cidade de Guarapuava-PR no ano de 2005. Professor Igor árduo pesquisador e arqueólogo no estado do Paraná talvez a maior autoridade em conhecimento das andanças e caminhos deixados pelos mais diversos grupos indígenas presentes do território do Guayrá, abriu sua explanação dizendo que as pesquisas conduzidas até aquele momento estavam todas fadadas ao esquecimento e o fracasso já que não dispunham de clareza e embasamentos científicos e conseqüentemente metodológicos para desenvolvimento aprofundado das pesquisas e foi a partir daí que se busca dirigir no ano de 2006 uma visita ao CEPA – Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, afim de levantar materiais que conduzissem a pesquisa a um caminho científico.

O professor Igor Chmyz deixa bem claro que em suas viagens arqueológicas pelo Brasil afora, que inúmeros são os vestígios encontrados que podem ser ligados aos grupos indígenas que ocupavam estes territórios e de maneira indireta poderíamos dizer que estes seriam os responsáveis pela construção do Peabiru.

Em entrevista recente do pesquisador Eduardo Augusto Werneck Ribeiro pertencente ao N.P.G.T. ao Professor Igor Chmyz (RIBEIRO, 2007, p. 231) é

possível verificar claramente que a visão do pesquisador continua a mesma, quando indagado sobre o Caminho do Peabiru,

É um tema que muitos arqueólogos não gostam de enfrentar, devido à facilidade com que ele descamba para o fantástico, o imaginário. O arqueólogo é como São Tomé, tem de pôr o dedo na chaga, para alicerçar seu raciocínio, sua interpretação. Infelizmente, no caminho de Peabiru hoje nós temos poucas evidências, pois era uma marca muito superficial e que desapareceu com o primeiro trabalho agrícola. A primeira vez que o arado passou por ali acabou com a evidência. Eu constatei um trecho desse caminho, não propriamente do tronco, porque existia um tronco que vinha de São Vicente e passava na foz do rio Piquiri, entrando no Mato Grosso do Sul. O que constatei foi um chamado ramal, mais ao Norte dessa linha no município de Campina da Lagoa. Eu havia programado aquela pesquisa sem ter isso em mente, foi uma constatação que aconteceu lá no local. Eu já havia lido sobre o Peabiru, porque foi focado pelos historiadores, como por exemplo, Romário Martins (*5), que dele faz uma reconstituição, faz um traçado. E depois o Maack (*6), geólogo, faz uma planta (Werneck fala junto). Deste modo, nós temos muitas informações de engenheiros que, durante trabalhos de medição de terra, encontraram trechos do caminho, vários pontos que vão se somando. Eu estava prospeccionando, procurando sítios, e algumas vezes ouviam referências dos moradores sobre um caminho dos paraguaios, porque eles achavam que os paraguaios, durante o conflito Brasil-Paraguai no século XIX, haviam movimentado canhões, carretas dentro do território brasileiro e deixaram então as marcas no solo. Esse é o imaginário do local e atribuído aos paraguaios e um deles me disse “ali naquele mato ainda tem”, então fomos verificar. O que vimos batia exatamente com o que Montoya falava, batia exatamente com o que os engenheiros falaram sobre as características do caminho. Fomos acompanhando no meio da mata e ele desaparecia porque já havia uma clareira com plantio, mas, pelo sentido nós o encontrávamos na outra ponta do mapa. Fomos acompanhando assim por alguns quilômetros e era um caminho que, por exemplo, procurava não subir muito, ele contornava pelas encostas das elevações. Era um caminho que demandava muito tempo para ser percorrido, mas não exigia muito esforço do andante. Era um caminho lógico [risos]. O que me chamou atenção no momento foi que ao lado do caminho nós estávamos encontrando sítios arqueológicos, e todos eles ligados ao Jê. Todos os sítios encontrados no caminho estavam relacionados ao Jê. Começamos a pensar que a eles poderíamos atribuir à prática do caminho terrestre, pois o Tupi-Guarani se comunicava e se movimentava preferencialmente pelo rio. Eram navegadores, canoeiros. E o Jê, ao contrário, sempre preferiu se locomover pela terra.

Nota-se com clareza que esses caminhos que podem ser denominados de ramais, se assim é possível designar, os caminhos pelos quais estes grupos indígenas se deslocavam se inserem dentro de uma forma de

entendimento de temporalidades diferentes que se pode denominar de uma categoria discutida na ciência geográfica.

Neste momento é que se vislumbra a possibilidade de fundamentar as discussões acerca do caminho do peabiru por meio de uma base teórica de cunho científica. Então como a discussão se insere dentro de duas perspectivas temporais diferentes, uma encaixada dentro dos séculos XVI e XVII e a outra na atualidade, portanto século XXI é proposta a apresentação e a denominação conceitual de território atual. Para a partir de então tentar fundamentar como se delimitariam territórios para os períodos dos séculos XVI e XVII e criar um ponto de partida ou de encontro para que pesquisadores, jornalistas, estudantes, enfim a todos os que estudam a história, os vestígios, as lendas deste fabuloso caminho possam ter uma referencia no campo teórico para suas afirmações, podendo falar e classificar como categoria a discussão do Peabiru como formas de entendimento atemporais, pois atravessam os períodos históricos, sendo quase eternas e do conceito como um modo de pensar a realidade, já vinculado com seu período histórico, de acordo com Candiotto (apud RIBAS, 2004, p. 75),

O conceito pode ser entendido como a categoria preenchida em determinado período histórico. Os conceitos são interdependentes e servem para que as categorias sejam atualizadas e adquiram novas formas de organização no tempo. Em cada categoria da ciência, é preciso construir os conceitos para se entender o processo.

Pois desta maneira nota-se claramente então que se um conceito não conserva o mesmo sentido ao longo do tempo histórico, estes são constantemente recriados, em função da própria dinâmica das transformações sociais e espaciais. Assim, desenvolvimento do conceito de território para a discussão do desenvolvimento dos Projetos de Resgate do Caminho do Peabiru como alicerce teórico para o desenvolvimento do turismo na atualidade, devem ser distintos para as discussões do Caminho do Peabiru enquanto categoria inserida numa temporalidade de quase mais de 500 anos aproximadamente.

Conceituar é também tomar um partido, é uma posição política e ideológica, conseqüentemente subjetiva. A maneira como olhar as coisas, a escolha dos conceitos e a abordagem sobre eles são diferentes, e está vinculada a formação de cada pesquisador. Mas é necessária para a continuidade do desenvolvimento das pesquisas acerca do caminho do Peabiru. A busca então deve ser na escolha

dos conceitos basilares e então compreender sua evolução, como se pretende apresentar no próximo tópico visando o aprofundamento da categoria de análise geográfica.

2.1 REFLEXÕES SOBRE AS CATEGORIAS DE ANÁLISE GEOGRÁFICA

Abre-se esta temática com uma citação de Lefebvre (1991, p. 102) que diz “o espaço social é uma materialização da existência humana”, uma definição aberta, com tal amplitude que apresenta inúmeras possibilidades de permear por caminhos que podem ir da geografia ao turismo e a outras ciências utilizando o espaço como categoria de análise e neste caso utilizando como objeto o Caminho do Peabiru contribuindo com a produção de um corpo conceitual.

Deve ficar claro desde já que o espaço social está contido no espaço geográfico, formado originalmente pela natureza e transformado também pelas ações sociais, entendido desta forma Fernandes (2005, p.2) afirma que,

O espaço geográfico contém todos os tipos de espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre elas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento.

Esta determinação leva a pensar o Peabiru como espaço geográfico produzido pela apropriação de diversos grupos indígenas, que transformaram este em territórios solidários a partir da intencionalidade das relações sociais ocorridas naqueles grupos tribais. O termo solidário deve ser entendido como espaço de compartilhamento, Santos (1996, p.50) auxilia neste entendimento quando apresenta uma definição ampla de espaço,

Espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único ao qual a história se dá e onde se realizam todos os tipos de relações. As relações são formadoras dos sistemas de ações e de objetos que são contraditórios e solidários.

Entende-se assim que os caminhos construídos pelos povos tribais que receberam a denominação de Peabiru são frutos de relações sociais produtoras de espaços fragmentados, resultado de intencionalidades das suas relações sociais que de acordo com Santos (1996, p. 52) “determinam as leituras e ações propositivas que projetam a totalidade como parte, ou seja, o espaço em sua qualidade completa é apresentado somente como um fragmento”, a intencionalidade então pode ser percebida como um modo de compreensão que um grupo, uma nação no caso as indígenas, utilizaram para poder se realizar, ou seja, se “materializar no espaço” como bem definiu Lefebvre (1991, p.103).

Então quando os grupos tribais se deslocavam em busca de alimento ou novas terras férteis do ponto de vista alimentar iam traçando caminhos e ocupando territórios a partir desta intencionalidade que se constituía como um modo de existir, conseqüentemente ter uma identidade podendo então atualmente ser identificada por meio de vestígios arqueológicos que constroem uma leitura parcial do que eram estes espaços / caminhos que são aqui apresentados como totalidade.

Dessa maneira é produzido um espaço “social” específico: o território. Este último é formado no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais que no caso do Peabiru vêm atrelados ao modo de vida tribal. Fernandes (2005, p.3) afirma que:

O território é o espaço apropriado por determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

Dentro deste espaço denominado de território como local de conflitualidades precisa-se pensar nas relações sociais e que também enquanto espaço geográfico possui as qualidades “composicionais e completivas” (SANTOS, 1996, p. 54). Com base neste princípio é essencial enfatizar que o território imaterial é também espaço político. Sua dimensão até mesmo no Caminho do Peabiru configurado como fazendo parte de um território pode referir-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes, tornando o território multidimensional evidenciando para o que era considerada uma parte isolada a característica de totalidade.

Diante desta questão em que as partes passam a ter característica de totalidade devemos inserir aqui à reflexão das temporalidades na qual o Caminho do Peabiru se apresenta para isso Ribas (2004, p.102) auxiliam justamente nesta questão quando diz,

Enquanto relação social, uma das características mais importantes do território é sua historicidade. Voltando a este atributo, mesmo que consideremos o território ou a territorialidade um constituinte inerente ao todo grupo social, ao longo de toda a sua história, é imprescindível diferenciá-lo na especificidade de cada período histórico.

Está é uma preocupação percebida em leituras e interpretações do território. Como pode ser verificado no capítulo três, cada período histórico apresentado nos mapas recebia etnias indígenas diferentes em suas ocupações.

Neste momento precisa-se realizar uma reflexão, talvez até um recorte temporal para situar-se nos séculos XVI e XVII dentro das sociedades indígenas e para isso realiza-se uma divisão a partir da visão dos Modos de Produção Marxistas, o Tribal, o Comunal, o Feudal e por fim o modo de produção Capitalista, para que se diferenciem os períodos e quem sabe assim possamos fazer algumas aproximações conceituais que se relacionem melhor a este período, já que o esforço correlacional é importante para tentar re-construir ramais do caminho do peabiru ao menos simbolicamente para seu uso no ou pelo turismo.

O primeiro modo de produção sinalizado é o tribal e neste a diferenciação de atividades de trabalho e não trabalho não é explícita, uma vez que “a divisão do trabalho está ainda pouco desenvolvida e se limita a uma maior extensão da divisão natural no seio da família” (MARX; ENGELS, 1996, p.30). O território pertencia à comunidade, e o trabalho voltava-se ao atendimento das necessidades da coletividade, sendo caracterizado pela pesca, caça agricultura, coleta e pastoreio. Integrados às atividades de subsistência, estavam os costumes, pinturas, rituais e habitações que variavam de tribo para tribo, conforme suas características culturais.

Neste modo de produção, os momentos conhecidos pela sociedade atual de trabalho e não trabalho (tempo livre onde se poderiam realizar atividades de descanso e lazer dentre outros) estava de certa forma conectada, pois a mercadoria não conduzia a relação entre os homens. Assim, o trabalho não era uma obrigação

que extrapolava o necessário para a manutenção dos chefes e demais integrantes daquela sociedade denominada de tribo.

O segundo modo de produção denominado de comunal é caracterizado pela junção de sociedades tribais que, mediante acordos ou conquistas, formaram importantes civilizações. Sendo os impérios uma expressão deste sistema de desenvolvimento, neles a mercadoria não se limitava unicamente à extensão da família, mas a um sistema de trocas que se baseava em uma divisão do trabalho mais bem desenvolvida. Este modo de produção vai propiciar a separação da cidade e do campo, sendo os escravos a forma mais viável de manutenção e produtividade da propriedade privada, que progrediu na proporção direta das conquistas territoriais. A necessidade de novos meios de produção vai acelerar a troca de mercadorias, tornando-se mais nítida a separação das atividades desenvolvidas em momentos de trabalho e de ócio ou não trabalho.

Especificamente sobre o modo comunal ou comunitário, os Incas, Maias e Astecas podem ser citados como exemplo. Tendo como base econômica à agricultura e, como cada região possuía seus próprios produtos, os transportes foram importantes na diversificação do consumo. Para isso, uma malha de estradas pavimentadas e bem traçadas foi construída, possuindo “postos de inspeção e de pedágio”, locais para pouso, pontes e degraus em pedras nos locais com maior declividade (BUENO, 1998).

Meira (2006, p.7) colabora para nossas colocações quando diz:

Um modo de produção não está associado diretamente a um período histórico, mas as formas de organização e evolução da produção econômica de uma sociedade. Apesar de um suceder ao outro como produto de um processo histórico evolutivo, alguns subsistem com influência do modo de produção dominante, na proporção direta do contato de sociedades com diferentes modos de produção. Assim, enquanto o sistema feudal conduzia a organização social, econômica e produtiva na Europa Ocidental, a América do século XV contava com impérios baseados no modo de produção tribal e comunitário.

Aqui se deve pontualmente lembrar, pois não serão discutidos em profundidade, que um dos recortes para a discussão do conceito de território será dentro destes dois períodos históricos, o tribal e o comunal então pensar a categoria de território dentro destas sociedades é algo que parece aqui muito interessante.

O próximo modo de produção a ser apresentado é o Feudal e suas raízes firmaram-se com a decadência do Império Romano e as invasões bárbaras, uma vez que esses fatos contribuíram para a o declínio das forças produtivas: “a agricultura declinara, a indústria estava em decadência pela falta de mercados, o comércio adormecera [...], a população, tanto rural com urbana, diminuirá” (MARX; ENGELS, 1996, p.33). O campo estava aberto para um sistema baseado em feudos comandados pela nobreza rural e pelo clero, influenciados pelos costumes, leis e um modelo de estrutura militar. Os servos ou camponeses não eram escravos, mas constituíam a classe produtora. Subordinados aos senhores feudais, trabalhavam em função dos interesses de seus senhores e pagavam-lhes impostos para utilizarem uma porção de terra e em troca de proteção, poderíamos aqui lembrar do modelo de catequização Jesuítica que não cobrava impostos, mas mantinha os índios presos por meio de elementos da religiosidade. Verificamos a mudança do processo feudal para o capitalista.

As novas necessidades de consumo da nobreza, a conseqüente exploração dos servos, a decadência da produção agrícola, o inchaço das cidades por camponeses revoltosos, a reativação comercial pelas cruzadas, o estabelecimento de Estados, o fortalecimento da autoridade real e a necessidade de enriquecimento da corte sustentaram o mercantilismo, fase transitória do feudalismo para o capitalismo. (MEIRA, 2006, p. 7)

No quarto modo de produção, capitalista, todas as coisas tornam-se mercadoria justificando a exploração em favor do fortalecimento do capital e ampliação da mais valia. Em um contexto puramente mercadológico, as relações passam a ser meramente comercial, como salienta Marx em Extratos de O capital apresentado por Paul Lafargue (2004, p. 94):

A esfera da circulação das mercadorias, na qual se realiza a venda e a compra da força de trabalho é, na realidade, um verdadeiro paraíso para os direitos naturais do homem e do cidadão. Reina aí somente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Porque nem o comprador nem o vendedor de uma mercadoria agem forçados, ao contrário, são determinados apenas por seu livre arbítrio, fecham contratos entre si na qualidade de pessoas livres e possuidoras de direitos iguais. O contrato é a expressão jurídica comum de suas vontades livremente determinadas. Igualdade! Porque comprador e vendedor só entram em relação um com o outro na qualidade de possuidores de mercadorias e trocam equivalente

por equivalente. Propriedade! Porque cada um deles dispõe daquilo que lhe pertence. Bentham! Porque cada um deles só se preocupa consigo mesmo. A única força que os põe em presença e em relação é a de seu egoísmo, de seu lucro particular, de seus interesses privados. Cada um só pensa em si, ninguém se incomoda com o outro.

A mercadoria torna-se o fio condutor dos homens e a separação do trabalho e de não trabalho fica explícita. A privatização do tempo livre ocorre na medida em que conquistas trabalhistas são alcançadas, as necessidades do ócio são salientadas e na possível rentabilidade de atividades vinculadas ao lazer.

A principal relação diferencial nessa explanação é que para cada modo de produção é possível verificar uma relação diferente do homem com a natureza. A exemplo disso no modo de produção capitalista, pode-se dar ênfase a relação da humanização da natureza como um fato diferenciador do homem em relação às demais espécies. A natureza humanizada é um produto cultural.

Já sob a ótica do modo tribal o caminho foi formado a partir de uma natureza humanizada, ou seja, por “uma cultura” no caso dos povos JÊ que eram exímios caminhantes, mantinham seus deslocamentos sempre por terra. Desse contato com o território este passa a representar para os indígenas um espaço humanizado, neste caso não pelo trabalho, mas por meio da utilização diária desses caminhos.

No próximo trecho tratar-se-á sobre a visão entre homem e natureza e o desenvolvimento a partir de um determinado território, neste caso o espaço alcançado pelo Peabiru.

2.2 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO NO PEABIRU

Os conceitos são interdependentes e complementares e nesta pesquisa se faz necessário para o momento desenvolver uma reflexão sobre território já que os indígenas neste espaço é que formavam suas raízes e identidades.

Na gênese conceitual de território:

O território surge, na Geografia Política, como espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidades. (SOUZA, 1995, p. 84)

Percebe-se então a evolução do território natural, que se vincula a geografia clássica, para o território político, e também que a partir das leituras realizadas pode-se verificar que as discussões estiveram distribuídas em três grandes matrizes, assim determinadas por Saquet (2007, p. 15) na qual ele apresenta as escolas em:

A partir dos anos 1950-70 na geografia moderna: a) a primeira, partir das argumentações de J. Gottmann, R. Sack e N. Entrikin; b) a segunda, com os estudos de G. Deleuze, F. Guattari, M. Foucault, H. Lefebvre e C. Raffestin e, c) a terceira, com as abordagens de G. Dematteis, A. Bagnasco, F. Indovina, A. Magnaghi, B. Becattini e M. Quaini. A segunda, comumente denominada de escola francesa, é mais difundida e conhecida no Brasil, sendo que há uma interação bastante significativa entre autores e argumentações do segundo e do terceiro grupos.

Esses autores foram de acordo com Saquet utilizados, pois mantêm em suas discussões o território como elemento central. E sob essa perspectiva de análise os povos indígenas também mantinham o território, mas não apenas como discussão e sim elemento central e real, necessário a sua sobrevivência, que leva diretamente a relação de poder.

A questão do poder, relação está bem descrita por Saquet (2007, p. 30) afirmando que:

Há uma preocupação em demonstrar a importância da natureza exterior do homem, condicionando a expansão no espaço, a miscigenação e a própria organização social, o que implica na constituição do estado como a principal forma de poder e controle. Desse modo, a natureza e o Estado assumem centralidade em sua argumentação e compreensão do conceito de território. [...] Ratzel embora descreva algumas relações sociais conflituosas, naturaliza o povo e o território, ligando-os ao Estado-Nação.

É notório nas discussões teóricas como a de Saquet (2007) e Candiotto (2004) que Ratzel não consegue superar sua visão naturalista de território, herdada primordialmente da biologia, compreendendo o território como uma parcela

do espaço, delimitada, com ou sem a presença do homem, bem como da visão de sua política, o território com base sustentável do Estado-Nação.

Raffestin em sua obra *Por uma Geografia do Poder*, diz que na evolução dos pensadores geográficos do território a visão de Michel Foucault acerca da compreensão do poder, o mostra como uma rede de relações variáveis e até mesmo multiformes. É exercido e se constitui na relação, historicamente.

Isto é, o poder significa, nessa perspectiva, relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e está envolvida em outros processos da vida cotidiana, como a família, as universidades, a igreja, o lugar de trabalho. (SAQUET, 2007, p.32).

No caso dessa pesquisa o estudo destas reflexões serve para entender a importância do resgate do Caminho do Peabiru como possibilidade para o desenvolvimento cultural, social e econômico da sociedade atual que vive as margens desse caminho antigo.

Pode-se propor assim se territorializar contemporaneamente o Caminho do Peabiru para o desenvolvimento do turismo como uma atividade de alavancamento para as economias das pequenas cidades ao longo do caminho e de suas ramificações.

Auxiliando nestas questões utiliza-se de uma referência de Saquet a partir de suas leituras de Raffestin citando Foucault quando se verifica que o que se prioriza nas relações entre os homens é o poder como diz Raffestin (1983, p.65, apud Saquet, 2007, p.33) “Foucault não expandiu o campo do poder, ele simplesmente o precisou e o limitou ao campo relacional que é o da comunicação e da troca. Ele não afirmou que tudo é poder e sim que cada relação é poder [...]”.

Isso pode ser percebido claramente durante o desenvolvimento das pesquisas realizadas nesse trabalho no ramal designado de Botucatu entre as cidades de Jardim Olinda no estado do Paraná e Presidente Prudente no estado de São Paulo, trecho de aproximadamente 126,5 quilômetros, que se pode perceber visivelmente o poder presente nas ações das Prefeituras, das instituições e das empresas que começam a ter envolvimento com a implantação do Projeto Caminho do Peabiru, em ações sociais que se efetivam durante os trabalhos diários daquele projeto, visando ao controle e a dominação sobre os homens e as coisas, neste caso

o projeto. Mostra então a unilateralidade que o poder tem e conseqüentemente quer exercer onde está instalado. O que obriga a adoção de outra metodologia, mesmo sabendo que as relações de poder são um componente indispensável na efetivação, ou re-efetivação de um caminho que por ali passou a mais de 500 anos atrás.

Partiu-se para uma nova proposta de gestão de projetos dentro deste território (ramal do caminho Peabiru pesquisado) que nasce como uma possibilidade de auxiliar no desenvolvimento da população local. Para isso existiu a necessidade da busca de novos modelos de planejamento para projetos e neste caso um projeto que tem sua ação sobre um território (Peabiru antigo) e sobre vários territórios (Peabiru Moderno) quando abordado sob a ótica da política, sociedade e economia elementos não presentes no início dos séculos XVI e XVII nesta região para a população que nela residia.

Esta nova proposta vem alicerçada a partir do conceito de planejamento ambiental que pode ocorrer por meio do acompanhamento sistemático das transformações ocorridas no espaço geográfico na sociedade e em seu padrão de comportamento, pode-se inferir que, nas últimas décadas, a temática Planejamento, têm sido abordadas, muito mais no sentido de ação “defensiva”. Isto porque se antecipa às discontinuidades provocadas por fatores como: o fenômeno da globalização; a revolução tecnológica; a tecnologia da informação (TI) e seus reflexos à humanidade.

Paralelamente a essa dinâmica excepcional ou ao ritmo que vêm sendo empregada em todos os setores econômicos, inclusive a geografia, exige-se um conjunto de habilidades (humanas, técnicas e conceituais) no tratamento da mudança que se pretende alcançar/atingir. Isso transfere ao Planejamento a atuação como uma perspectiva em contraste ao ocorrido num passado (reconstrução) deixando de ser uma condicionante do meio para abarcar as mudanças sócio-espaciais nos processos de crescimento e desenvolvimento.

Mas esse processo precisa ser lastreado por ferramentas que auxiliem este crescimento ou desenvolvimento que serão apresentadas nos próximos capítulos. Essas “ferramentas” tecnológicas podem e devem começar a ser utilizadas pelos planejadores em turismo como elementos imprescindíveis a uma busca por excelência no desenvolvimento de pesquisas sérias e de ponta. O planejamento então passa a ter papel fundamental, pois será o elemento balizador no momento da identificação das metodologias mais adequadas para o

desenvolvimento de projetos nas áreas de geografia, turismo e áreas afins, como poderemos verificar nos próximos capítulos.

No entanto conhecer parte das ciências envolvidas e balizadoras de toda a pesquisa que se desenvolveu até o momento é sem dúvida fundamental, para isso será necessário percorrer alguns caminhos desde o turismo e a geografia até a geografia do turismo, para então, organizar essas atividades por meio do planejamento e demonstrar quais métodos de planejamento, e nesse caso, qual tipo é o mais adequado e foi adotado para a pesquisa.

3 DA GEOGRAFIA DO TURISMO AO PLANEJAMENTO EM TURISMO

3.1 EVOLUÇÃO NO ESTUDO DO TURISMO

A historiografia sobre o fenômeno turístico está cada dia mais complexo em sua dimensão teórica e filosófica, além de estar elaborando descobertas. Esse é um fator importante para que o turismo possa ser objeto de estudo e desenvolva pesquisas de excepcional relevância na área. Sua avançada contribuição está no desafio colocado aos pesquisadores para a busca de uma nova compreensão conceitual do fenômeno do turismo. Mas esta possível construção acadêmica é uma abertura que só será viável quando conseguirmos fazer uma autocrítica de nossos arcabouços teóricos atuais, em que os pensamentos, premissas, teorias, visão de realidades tradicionais e a própria visão holística, que foram confundidas até mesmo pelos os teóricos atuais do turismo das mais variadas vertentes, desde marxistas até os fenomenólogos forem dialeticamente reconstruídas.

A formulação de uma proposta se faz necessária pela preocupação com o estudo do fenômeno do turismo como um pleno processo da vida para os dias atuais – incluindo percepções, emoções e comportamentos – e entende-lo como um movimento histórico que envolve uma transferência de informações e representações mentais de um mundo exterior como algo que necessita de um aumento substancial de axiomas científicos e filosóficos.

É interessante focar a importância de entender a interdependência que o estudo do turismo trás para a compreensão dos futuros sistemas turísticos. Nesta interdependência, todos os membros, como comunidade, turistas e comerciantes têm que estar interligados numa vasta e intrincada rede de interações. A sua própria existência depende de suas relações com outras coisas, sendo assim há uma dependência mútua de todos os processos vitais para o acontecimento do estudo do turismo como um movimento principal para o crescimento organizado desta atividade. Ele tem que ser comparado às relações ecológicas, onde o comportamento de cada membro vivo do ecossistema depende do comportamento de muitos outros, demonstrando que a diversidade deve ser buscada a cada passo

na formulação da construção não apenas de novas compreensões científicas para o turismo e sim para todos os estudos e suas relações, mas como escreve Capra (1996, p. 235):

A diversidade só será uma vantagem estratégica se houver uma comunidade realmente vibrante, sustentada por uma teia de relações. Se a comunidade estiver fragmentada em grupos e em indivíduos isolados, a diversidade poderá, facilmente, tornar-se uma fonte de preconceitos e de atrito. Porém, se a comunidade estiver ciente da interdependência de seus membros, a diversidade enriquecerá todas as relações e, desse modo, enriquecerá a comunidade como um todo, bem como cada um de seus membros. Nessa comunidade, as informações e as idéias fluem livremente por toda a rede, e a diversidade de interpretações e de estilos de aprendizagem – até mesmo diversidade de erros – enriquecerá toda a comunidade.

Percebe-se, também, problemas nas áreas de evolução destas conceituações pela falta do aprofundamento do estudo e entendimento do todo para chegar às partes. Mas se esbarra na dificuldade para exercer a mudança de concepção mecanicista para a nova relação que é a de concepção sistêmica. Como Capra (1996, p.33) afirma, a tensão básica é a tensão entre as partes e o todo. A ênfase nas partes tem sido chamada de mecanicista, reducionista; a ênfase no todo de holística, orgânica, ecológica e histórica. Podemos afirmar que a definição holística para a ciência do século XX, tornou-se conhecida como “sistêmica”, pois interpreta uma visão científica mais técnica, e será uma das necessidades de estudo para a introdução desta nova concepção no meio científico do turismo.

Deste modo se o impacto que adveio com a ciência do século XX foi à percepção de que os sistemas não podem ser entendidos em suas partes, o turismo sendo estudado de forma fragmentada não permitirá um entendimento amplo, o que leva novamente ao conceito reducionista. Desta forma a relação entre as partes e o todo tem que ser revertida, a partir da organização de uma epistemologia, mostrando a importância deste estudo e de como a contextualização advinda do pensamento sistêmico, significa o contexto de um todo mais amplo, elevando o estudo do turismo até mesmo como uma ciência de modo necessário para as gerações futuras.

A importância de se compreender o turismo de forma sistêmica facilita na compreensão e na busca de uma profunda alteração de valores que

abalam a sociedade industrial moderna, como assim se refere Krippendorf (2001, p.21):

Se, apesar de tudo, quisermos abordar o problema, devemos destruir o alcance normal da nossa reflexão intelectual e de nossos critérios de julgamento. As teorias, os cálculos econômicos, os programas políticos e as doutrinas não são de nenhuma ajuda neste caso específico. Devemos ir além, invocando especialmente a intuição da fantasia social, definida como aptidão de não crer no caráter definitivo da ordem estabelecida, de propor novos conceitos, de formular soluções substitutivas.

Diante da escassez de estudos epistemológicos do turismo e ainda pela sistemática aqui proposta, a qual determina a necessidade de uma nova compreensão epistemológica para a construção dos futuros sistemas turísticos. É pertinente admitir a insuficiência de estudos epistêmicos existentes para a elaboração deste projeto de investigação, buscando encontrar caminhos metodológicos que estabeleçam a construção de mais um campo teórico e social para o turismo. Se assim for pode se auxiliar o estudo do turismo como ciência, já que uma investigação mais densa em quantidade e qualidade no novo campo teórico-epistemológico do turismo é quase inexistente.

Deste modo, avançar no dinâmico estudo da realidade turística, investigando fundamentos teóricos já conhecidos como também, novas referências, que busquem uma nova compreensão científica deste objeto. Visando:

- ✓ Organizar e estruturar as concepções teóricas que explicam a necessidade da mudança do paradigma mecanicista até a concepção sistêmica, quem sabe visão ecológica;
- ✓ Mostrar a crise de percepção existente e que os problemas são sistêmicos, significando dizer que estão interligados e são interdependentes;
- ✓ Propor uma síntese global que integre as novas descobertas em um único contexto.

Esta busca por novas compreensões científicas como a de visão ecológica foi referenciada por Florestan Fernandes em sua obra Elementos de Sociologia, onde apresenta as grandes formas da vida social, trabalho de 1959,

como parte de um manual destinado a série de ciências sociais da Biblioteca Universitária da Companhia Editora Nacional, onde afirma que em todos os níveis de manifestação a vida requer certas condições dinâmicas, que atestam à dependência mútua dos seres vivos. Deixa claro que estudos já realizados mostram que as relações comunitárias das plantas podem ser descritas e interpretadas através de categorias sociológicas, Fernandes (1974, p.37) afirma ainda que,

Estudos clássicos de Braun-Blanquet distinguem dois tipos de relações sociais entre as plantas. As relações de dependência, nas quais a união dos organismos repousa numa espécie de dependência recíproca, como ocorre com a simbiose nutritiva, vinculada ao parasitismo. As relações comensais, nas quais a união envolve organismos que competem separadamente, mas partilham dos recursos existentes no habitat comum. Nas comunidades de plantas de organização simples, os comensais são iguais; nas comunidades de plantas de organização complexa, os comensais são desiguais e concorrem, com suas necessidades diferentes, para uma utilização mais completa das possibilidades do habitat comum. Em suma, a vida comunitária das plantas funda-se em relações de dependência e de comensalismo; sua expressão universal e constante é a competição. Onde a luta por um lugar em que germinar e crescer ou para obter luz e alimento pode ser demonstrada, existe competição existe relação. Do ponto de vista dinâmico a sociabilidade das plantas é um produto direto da competição, que regula a distribuição dos indivíduos no espaço e no padrão daí resultante da relação deles entre si. No entanto a variação no grau de sociabilidade pode afetar as condições gerais de interação das plantas. O aumento da sociabilidade, por exemplo, é útil às plantas em competição com outras espécies.

Embasando-se nas análises de Florestan Fernandes, as comunidades de estudiosos do turismo não são congéries. Nelas, a coexistência pode ser variavelmente afetada pela condição gregária dos estudiosos, produzindo então a emergência de estados epistêmicos que não se fundam, de modo característico, em padrões estritos de interdependência epistemológica. Por isso referenciar as condições de coexistência das comunidades vegetais, mostra com exemplos mais simples o fenômeno de agregação científico e social que deveria existir entre os pesquisadores do turismo. A função social do meio neste caso pode sofrer uma diferenciação nítida; aparecendo como uma condição, às vezes mal percebida, da interação dos pesquisadores através da utilização de epistemes existentes ou em construção.

O termo “união” ou até mesmo “associação” aplica-se bem as modalidades de agregação social das plantas. Contudo, parecem-me, que para os

estudiosos acerca do estudo do turismo esta união ou associação não possui um ponto de vista comum, resguardadas a escolha de quaisquer categorias de análise para com o turismo, pelos pesquisadores, para um crescimento e transformação do turismo em uma ciência, como objeto comum, e ainda das propriedades específicas da associação ou união propriamente ditas; desde os marxistas, fenomenólogos, estruturalistas, liberais os neoliberais e outros.

Existe a necessidade de uma síntese das teorias e modelos atuais, para o esboço de uma teoria emergente, no campo teórico-epistemológico do turismo. O que pode ser realizado a partir do momento em que estudiosos se unirem como um sistema único e realizarem trocas de informações na busca da formulação de uma teoria que guie estudiosos do turismo para a cientificação do mesmo.

Isso esta fazendo com que se fragmentem as possibilidades de tornar o turismo uma ciência de respeito. Em conseqüência disto, as transições de um nível de pesquisas para outros ou das formas de pesquisas de um mesmo nível (epistemologia) entre si são antes gradativos que absolutos. E a variação no grau de sociabilidade dos pesquisadores em turismo esta afetando as condições gerais de crescimento do mesmo. O aumento da sociabilidade, por exemplo, é necessário para que possamos combater o embate de outras ciências já devidamente constituídas contra a formação da ciência do turismo.

E deve-se aqui ressaltar a importância de estudiosos da geografia humana que vêm a anos procurando interpretar as relações do turismo com a geografia sob o viés das interações ocorridas entre meio ambiente e sociedade, área essa que está intitulada de geografia do turismo e a quais ambas as profissões podem e devem se unir para buscar o desenvolvimento da sociedade a partir dos conhecimentos já desenvolvidos por ambas.

Na seqüência é apresentada a dialética como um método de análise que pode ajudar no estudo do turismo e a seguir como pode a geografia do turismo auxiliar nas discussões de desenvolvimento das sociedades a partir de modelos de planejamento utilizados para o turismo.

3.2 A DIALÉTICA COMO MÉTODO DO ESTUDO DO TURISMO

O sistema da dialética consiste em ultrapassar a contradição entre tese e antítese por meio da síntese que, por sua vez, é contradita, e o processo se repete até que se atinja para aquele momento a resposta. Cada movimento revela-se como sendo a verdade do momento anterior: a antítese é a verdade da tese, e a síntese será a verdade da antítese. No pensamento do filósofo grego Heráclito de Efeso (540-580 a.C.), a dialética é a forma de pensar e compreender a realidade como um processo em permanente contradição.

A autora Moesch (2002, p. 49) descreve que:

[...] Hegel (1770-1831) busca ir além do real, vencendo a superação característica de toda a realidade finita. Marx (1818-1883) superou, dialeticamente, as posições de seu mestre Hegel, criticando sua concepção idealista. Sua concepção da dialética materialista (Demo, 1980: 88) entende a realidade histórico-social como uma totalidade: um todo integrado, no qual as partes (o econômico, o social, o político, o cultural, o individual, o local, o nacional, o internacional, o objetivo, o subjetivo etc.) não podem ser entendidas separadamente, senão numa relação com o conjunto. Não é uma totalidade vista como a simples soma aritmética das partes, mas como a articulação interna de todas as múltiplas relações.

A dialética é um processo crítico, da realidade em movimento, que devido à tensão e às contradições que os elementos exercem entre si, esta em constante transformação.

Têm como marca reconhecer, no mesmo nível de importância, condições objetivas e subjetivas das estruturas históricas. As condições objetivas são aquelas dadas, externamente aos indivíduos, sem a sua opção própria. As condições subjetivas são aquelas que dependem da opção humana. A realidade da natureza é determinada dentro de um esquema aleatório de causa e efeito, independente da vontade humana. Já a realidade social não é determinada, mas condicionada, o que permite atribuir-lhe maneiras típicas, regulares de seu acontecer.

Segundo Moesch (2002, p.51), “o processo de conhecimento científico é um processo de constante aproximação, colocando o problema da forma da reflexão epistemológica como instigante”. O entendimento dessa reflexão será enriquecida, se aberta à colaboração das diversas disciplinas no campo do turismo.

A busca pelo verdadeiro conhecimento deve permitir apreender a ciência como um processo vivo, no qual, todos os elementos e aspectos se encontram em constante interação. Esse processo de conhecimento decompõe a realidade, para descobrir sua constituição mais íntima, estudando os fenômenos de maneira isolada em cada um de seus aspectos, mas sempre dentro de um movimento de totalização em que se conectam múltiplas relações.

Para a formulação teórica do turismo, Moesch escolheu o processo discursivo dialético, pois possibilitam o estudo do conhecimento e a teoria do conhecimento como expressões históricas, dividido em três aspectos fundamentais: o primeiro é o da imediatez indeterminada pela sensação, a totalidade abstrata, afirmado pelo o que vê, sente e percebe. O segundo momento é a negação do anterior: análise das múltiplas determinações essenciais, que se escondem sob as aparências das coisas e dos fenômenos. Chega ao estágio das contradições, em que os contrários entram em conflito, cruzam um no outro, tornam-se idênticos e condicionam a resolução das contradições. O terceiro momento é chegar à síntese, supondo que os momentos anteriores foram superados, os opostos resolvidos pela negação, até chegar a resultados satisfatórios reproduzidos no e pelo pensamento.

Quando as condições objetivas e subjetivas são conhecidas segundo Moesch (2002, p. 55) no processo de interação entre o mundo objetivo e subjetivo, “manifestam-se fenômenos da realidade, caracterizados como corpos isolados, que em determinadas circunstâncias, se encontram resultando um estado de correlação e interdependência universais”. A conceituação se forma no processo de desenvolvimento histórico do conhecimento e da prática social, de modo que as categorias existem objetivamente e refletem as propriedades e os aspectos universais da realidade objetiva.

O ponto de partida, segundo Cheptulin (apud MOESCH, 2002, p. 54), deve ser as categorias de matéria, de consciência e de prática. A categoria fundamental para a Dialética Histórico Estrutural é a contradição, que se apresenta na realidade objetiva como uma interação entre aspectos opostos, assim para o processo da Dialética Histórica Estrutural - DHE, as categorias se formam no desenvolvimento histórico do conhecimento e na prática social. “O sistema de categorias surge como resultado da unidade do histórico e do lógico e do movimento do abstrato ao concreto, do exterior ao interior, do fenômeno à essência”. Elas não constituem um número definido. Aparecem em razão das atividades desenvolvidas

pelo homem ao atuar sobre a natureza e a sociedade, em seu afã de conhecer e transforma-la.

Nesta perspectiva uma das categorias fundamentais é a matéria, pois é objetiva, existe independente de nossa consciência e sendo refletida por esta. Para a DHE, existem duas categorias gerais de existência da matéria: o espaço e o tempo. Entende-se pelo espaço prescindindo a existência de territórios ou ecossistemas, e pelo tempo cuja dinâmica eterna é o movimento.

O fenômeno turístico é composto pela categoria matéria já que precisa se expressar no tempo e no espaço, tendo como forma fundamental um sistema social.

Segundo Moesch (2002, p. 54), o pressuposto do conflito social é outra categoria dialética: toda a formação social seria contraditória, e, assim, historicamente superável. “A formação social seria uma realidade que se forma, processualmente, na história. Este aspecto formativo histórico é dinâmico na unidade dos seus contrários, ou seja, gesta dentro de si as condições de aparecimento de uma nova fase”.

O fenômeno turístico na unidade de seus contrários carrega o desenvolvimento histórico, quando estabelece um movimento de expansão e massificação que contradiz sua própria essência, a da diferencialidade. Nesta colocação podemos apresentar a visão de João dos Santos Filho (2005, p.15) um dos maiores teóricos da atualidade quando a questão é tratar ou entender o turismo como uma ciência. Primeiramente deixando claro que é preciso entender todos os processos teóricos como importantes para o desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental do turismo ao longo dos tempos e em segundo lugar é imprescindível repensar fenômeno turístico em outra dimensão teórica, avançando ainda mais para a compreensão científica e ontológica.

O turismo é um conjunto de demais conjuntos, com experiências que podem ser compreendidas como uma unidade rica e contraditória, cheia de elementos constitutivos que se acham num movimento próprio e constante, estando em relação com outros que possuem características similares, estabelecendo entre eles relações dialéticas.

A DHE é fundamento que possibilita e dá sentido à investigação das experiências cotidianas, cria um caminho particular que deveria ser usado em pesquisas ligadas ao turismo: partindo de uma prática social; organizando um

processo de interpretação crítica dessa prática, do descritivo ao reflexivo; realizando de forma rigorosa análise, síntese e obtendo conclusões teóricas e ensinamentos práticos, que permitam fazer da pesquisa uma interpretação crítica, experiências e uma metodologia transformadora e criadora.

Compreendida então está evolução no entendimento do turismo por meio das reflexões de Moesch (2002), apresenta-se uma nova leitura mais densa e aprofundada sobre a temática do turismo enquanto ciência que recai sob uma leitura da ontologia materialista sustentada por Santos Filho (2005, p.13) que apresenta que:

A linha teórica e metodológica que adotam se entende que a ontologia do ser social se refere a uma leitura histórica, considerada por Lukács a teoria social elaborada por Marx e capaz de abarcar a perspectiva de desenvolvimento, por meio do concreto pensado, em que a relação entre teoria e prática se dá através da abstração no movimento de práxis. Com isso, a sensação de autonomia que o pensamento cartesiano tenta atribuir às categorias teóricas permanece inoperante, descobrindo uma nova etapa no desvendar da essência dos objetos. [...] Com esse pressuposto, entendemos que existe a possibilidade de realizar uma leitura ontológico-materialista do fenômeno turístico, em que o trabalho processa a criação da história do gênero humano e constitui-se na categoria máxima da relação entre realidade material e movimento teleológico de pré-ideação (razão) em busca da liberdade humana.

Pode-se verificar que “nasce” então um novo entendimento sobre o fenômeno, a capacidade de crítica, de visão de totalidade e a possibilidade de perceber que os conceitos são produtos do movimento da história.

Pretende-se fechar esta evolução do campo conceitual do turismo apresentada aqui, demonstrando que são importantes que novas leituras se façam e que se materializem novas categorias e conceitos, buscando então resgatar nossa latinidade e nada melhor então que tratar de resgatar a história tão fascinante deste caminho antigo muito importante como foi o Peabiru e repensar refletindo sobre o que o professor João dos Santos Filho (2005, p. 75) apresenta, para ai sim, buscar no planejamento uma ferramenta essencial para a evolução e aprimoramento no estudo do Peabiru:

Vamos deslocar o eixo das discussões sobre a história do desenvolvimento da humanidade de uma visão eurocentrista para outra fundada no resgate de nossa latinidade e descobrir que a

história das civilizações é o resultado de todo um processo de etnias, culturas e sistemas que está inserido numa determinada economia política que todos os povos latinos devem escrever, pois são os atores da sua civilização.

No outro capítulo buscar-se-á desenvolver uma evolução da geografia do turismo, e por que para cada tipo de turismo o planejamento deverá ser específico, evoluindo até o modelo proposto por alguns autores de modelo de planejamento ambiental.

3.3 A GEOGRAFIA DO TURISMO E AS PAISAGENS

Começa a ser discutida no Brasil em meados da década de 1990 por poucos autores da geografia dentre eles a professora Adyr Balastreli Rodrigues da Universidade de São Paulo que consegue em poucos anos chamar a atenção dessa área importante para o desenvolvimento da sociedade, pois é entendida como uma válvula de escape das tensões das sociedades modernas, com a saída das populações dos grandes centros em busca de lazer, descanso e recreação, normalmente para locais com pouca infra-estrutura e que acabam sendo fortemente degradadas por essas práticas de turismo, principalmente o turismo conhecido como de sol e praia.

Porém no mundo, o tratamento geográfico do fenômeno turístico aparece de acordo com Rodrigues (2001, p.40) já em 1905,

Curiosamente, um dos trabalhos mais antigos onde foi usada a expressão "Geografia do Turismo", data já de 1905, escrito na cidade austríaca de Graz, por J. Stradner, citado por A. L. Gómez (1988, p. 46), que assinala: "Stradner fue el introductor en la bibliografía germana especializada del término Geografía del Turismo (Fremdenverkehrs Geographie), el cual, desde entonces, há servido para designar a la rama de nuestra disciplina que se há ocupado de analizar de una manera particular ciertos impactos producidos por lo que de una manera amplia pudiéramos llamar em fenómeno del ocio". Não se deve, entretanto, confundir turismo e ócio, uma vez que o conceito de ócio é muito mais amplo que o de turismo.

Verifica-se principalmente na Europa que o estudo do turismo no âmbito da geografia acentua-se a partir da década de sessenta, com estudiosos principalmente na Espanha, seguida da Alemanha.

Uma das maiores críticas nos trabalhos relacionados à geografia do turismo é que nas últimas décadas, os trabalhos publicados interessando a esses estudos têm grande morosidade em acompanhar a evolução do pensamento geográfico, principalmente em pesquisas empreendidas no âmbito das ciências sociais, nas áreas da Psicologia e da Antropologia Social.

Na década de 1990 uma das maiores preocupações era com a conhecida onda ecológica, sob o rótulo do ecoturismo, em particular sobre a necessidade de preservação ambiental, sobretudo nos Estados Unidos e Canadá.

Dentro dessa perspectiva e complexidade o turismo tem em suas raízes três fenômenos básicos conhecidos como áreas de turismo emissor, áreas de deslocamento ou transporte e áreas de turismo receptor. E fica evidente que são nessas áreas que se manifesta materialmente o espaço turístico ou é alterado o espaço anteriormente predominante, além é claro, de se realizar o consumo dessas áreas pelo sujeito da atividade, conhecido como turista.

De acordo com Rodrigues (2001, p. 43) “a dificuldade para definir-se espaço turístico está basicamente em captar o peso ou força que esta atividade exerce na produção do espaço.” Podem-se citar facilmente os espaços de atividade turística com vocação natural para tal como os Parques ambientais e as praias de um lado e de outro lado espaços produzidos pelo turismo para o turismo como as cidades como Las Vegas e no Brasil de Parques como Beto Carreiro em Santa Catarina e Hopi Hari do no estado de São Paulo. Esses funcionam na captação de turistas e as cidades que estão ao seu redor além de captarem os turistas, os distribuem para outras áreas turísticas.

Esses dois tipos de espaços turísticos contrastantes são exemplos de áreas a serem estudadas pela Geografia do Turismo. Com a explosão do turismo desde as últimas décadas, multiplicam-se os núcleos turísticos concebidos artificialmente desde seu início, sendo dotado de toda a infra-estrutura necessária para o designarmos de espaço turístico, esse último como todo o espaço geográfico, não pode ser definido por fronteiras rígidas, pois um de seus principais elementos é a demanda e essa é um elemento exterior e não tem como ser prevista com exatidão.

Analisando sob esse aspecto, se devidamente planejado os estudos de resgate histórico da história e conseqüentemente dos caminhos antigos que levavam e traziam pelo Peabiru, podem-se conceber sumariamente os elementos básicos para a formação do espaço turístico para esta atividade que são de acordo com Rodrigues (2001, p. 45) “oferta turística, demanda, serviços, transportes, infraestrutura, poder de decisão e de informação, sistema de promoção e de comercialização.”

No caso em estudo existirão então dois produtos, o primeiro será voltado ao turismo tido como de Peregrinação ou Religioso, em função de ser atribuído a caminho a passagem por ele do Apóstolo de Cristo São Tomé e um segundo relacionado à busca pelo resgate das tradições dos povos indígenas que pelo Peabiru se deslocaram por séculos. Ainda podem-se citar outras formas de turismo que podem ser praticadas como ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural etc.

A demanda, portanto poderá ser segmentada e atendida por serviços específicos e meios de transporte adequados para cada atividade ou tipo de atividade turística. As infra-estruturas necessárias deverão ser planejadas por equipes multidisciplinares levando em conta à interação e a multiplicidade de fatores que são inerentes as atividades de turismo, para que então as decisões e informações sejam suficientes para que o sistema de promoção e divulgação do Caminho do Peabiru seja efetivamente colocado em ação.

É evidente que esses elementos se encontram em ação e interação recíproca, não podendo ser compreendidos separadamente. Daqui nota-se a importância da busca de trabalhos conjuntos entre várias disciplinas científicas visando o desenvolvimento equilibrado das atividades ligadas à cadeia do turismo em específico aqui a geografia e o turismo.

Mais uma contribuição da geografia para as atividades de turismo vêm da leitura das paisagens que para o turista acaba sendo se não o principal, na maior parte das vezes é um dos elementos de maior importância. Para tanto o conceito de paisagem não é tão simples como parece.

De acordo com Font (1989, p. 35-45) “desde que o observador é um sujeito, o conceito de paisagem é impregnado de conotações culturais e ideológicas.” Nesse sentido entender ou abstrair das paisagens significados tem para cada observador um resultado diferente e, portanto para cada peregrino ou

turista do Caminho do Peabiru, a paisagem deverá ter uma relação diferente de abstração. Nesse caso a paisagem será abordada sob o enfoque físico para auxiliar na ordenação do uso do espaço físico por meio das atividades turísticas, já que essa pesquisa enfoca a utilização de elementos práticos que possam ser utilizados em planejamento de atividades de turismo, como o Caminho Peabiru.

Para a geografia o estudo da geomorfologia já começa a se destacar como uma área do conhecimento com um conjunto de conhecimentos teórico-práticos próprios que de acordo com alguns autores se configura como uma ciência emergente. De acordo com Guerra (2006, p.17) são inúmeros os autores que tratam o assunto, como (Cooke e Doornkamp, 1977 e 1990; Coates, 1981; Cooke et al., 1985; Hart, 1986; Hooke, 1988; Goudie, 1990 e 1995; Selby, 1990 e 1993; Gerrard, 1992; Goudie e Viles, 1997; Botelho, 1999; Guerra et al., 1999; Cunha e Guerra, 2003; Guerra e Cunha, 2003 e 2004; Fullen e Catt, 2004; Guerra e Mendonça, 2004; Vitre, 2004. Dentre outros.

A geomorfologia é o estudo das formas do relevo, levando-se em conta a natureza, origem, desenvolvimento de processos e a composição dos materiais envolvidos. Todos estes aspectos fazem parte do corpo teórico-conceitual e aplicado de centenas de artigos, livros, relatórios, monografias, dissertações e teses, exaustivamente abordadas nessas publicações espalhadas pelo mundo. (GUERRA, 2006, p.17)

Pode-se verificar ao longo das leituras acerca do tema que o conceito da geomorfologia ambiental aparece inserido em grande parte das discussões dentro das conceituações de geologia. Segundo Hart (1986 apud Guerra 2006, p.19) o termo geomorfologia foi desenvolvido por geólogos, provavelmente McGee e Powell, nos Estados Unidos, na década de 1880.

Assim se verifica o quão distante e mais próximo as ciências naturais está o termo geomorfologia ambiental e de certa forma ligado mais a área física do termo do que as relações abordadas na atualidade pela temática, onde de acordo com Guerra (2006, p.21) “o termo surge a partir do reconhecimento do papel da ação do homem nos processos geomorfológicos e na evolução das formas de relevo”, ou seja, o homem agindo como um agente geomorfológico.

Percebe-se já em Hart (1986, apud GUERRA 2006, p.21) que,

Na medida em que o homem usa uma porção da superfície terrestre, ele tem que conhecer formas de relevo, solo, rochas, recursos hídricos etc. Além disso, esse conhecimento pode possibilitar um melhor aproveitamento dos recursos existentes, bem como evitar que catástrofes venham a ocorrer na área ocupada.

Partindo-se deste pressuposto e analisando o caso do desenvolvimento do turismo neste caso do Peabiru na maior parte das vezes no meio rural, a geomorfologia ambiental quando utilizada como ferramenta de apoio a Geografia do Turismo pode solucionar uma série de problemas relacionados ao meio físico com que os planejadores na área se deparam no momento. Por isso é importante conhecer elementos relativos ao manejo ambiental, avaliação de recursos naturais, técnicas geomorfológicas de mapeamento, avaliação de paisagens como imprescindíveis ao desenvolvimento adequado do turismo no meio rural.

Dos temas investigados pela geomorfologia ambiental se destacam os principais como: Geomorfologia Urbana, que busca compreender os rápidos processos de transformação ocorridos pela transformação dos espaços naturais agora ocupados por edificações e suas conseqüentes pressões sobre o meio físico urbano. E geomorfologia em Áreas Rurais tem o papel de analisar as mudanças provocadas nas áreas de ocupação da produção rural que após a evolução de técnicas agrícolas tem impactado o meio físico com tecnologias como a da irrigação, levando a locais antes improváveis modificações e conseqüentes danos ambientais em decorrência destas transformações.

Geomorfologia aplicada a geografia do turismo, gera subsídios para o aproveitamento de áreas antes não rentáveis com implantação de atividades menos impactantes, já que a atividade turística está intimamente ligada ao consumo de espaços físicos, vinculados as belezas naturais, um dos principais agentes de geração do fluxo turístico. De acordo com Seabra (2003, apud Guerra 2006, p.43) a geomorfologia tem dado uma grande contribuição, nesse sentido, em especial em áreas onde ocorre um grande afluxo de turistas, como nas trilhas de alguns parques, podendo, por exemplo, determinar a capacidade de suporte dessas trilhas e, conseqüentemente, auxiliar no desenvolvimento sustentável dessas áreas.

Outras aplicações da geomorfologia são escritas como a exploração de recursos minerais, no aproveitamento de recursos hídricos, na produção de energia hidrelétrica, no saneamento básico, aplicada a unidades de conservação, ao

estudo de áreas costeiras, aplicada aos Estudos de Impactos Ambientais, no diagnóstico de áreas degradadas, nos estudos de movimentos de massa, na erosão dos solos, nas linhas de transmissão de energia elétrica, na recuperação de áreas degradadas, dentre outras aplicações possíveis.

É fácil perceber que a geomorfologia ambiental aplicada ao turismo pode contribuir significativamente na compreensão da dinâmica das alterações do relevo terrestre para o uso no turismo e que a partir destas concepções esta interdisciplinaridade pode ser útil na proteção e preservação do meio ambiente e que as sociedades possam viver com maior qualidade de vida.

É importante ressaltar novamente que o enfoque da utilização da geomorfologia ambiental para o turismo é apenas físico, já que os dados gerados e captados para pesquisa serão parte do planejamento como ferramentas de apoio e decisão para a implantação de atividades de turismo.

3.4 DESCRIÇÃO GEOMORFOLÓGICA DA PAISAGEM

É possível definir como ambiente natural tudo o que está no entorno, como: as plantas, os animais, os organismos vivos (microscópicos e macroscópicos), o solo, o mar, a atmosfera, entre outros. O meio em que os seres humanos vivem, pode ser compreendido como natural, porque não foi criado pela mão do homem, é um ambiente que já existe há milênios, e não existe nenhuma interferência humana em sua construção inicial. Por isso, entende-se o meio em que se vive como um ambiente natural. Consequentemente, tudo o que possui vida dentro do planeta terra e pertence ao ambiente natural, inclusive o homem.

Devemos lembrar que o ambiente natural abrange, além das partes subterrâneas, a crosta terrestre, as águas oceânicas e continentais, os organismos vivos e o que V.I. Verdaski, geólogo russo falecido em 1945, denominou pela primeira vez biosfera ou esfera de vida, para designar a camada de gases que rodeia a terra, onde se desenvolve o fenômeno da vida, por meio do ciclo de energia solar. (BOULLÓN, 2002, p.115).

Nos dias atuais o ambiente tem sofrido transformações, gradativamente, porque o homem tem interferido no meio ambiente de forma brusca, rompante e irresponsável, pensando apenas em si mesmo e no progresso desmedido, os locais mais pobres, e onde a globalização ainda não tem avançado o ambiente não tem sofrido drásticas mudanças em nível de desenvolvimento tecnológico, provavelmente, estão livres da poluição, de queimadas, de desmatamento, entre outros fenômenos causados por consequência da globalização, ou seja, a aceleração tecnológica.

Em ambientes naturais o homem tem agido como parte integrante do ambiente natural, adaptando-se ao meio e não desviando o curso natural da vida aos interesses econômicos do mundo civilizado. O homem citadino usufrui da natureza, do ambiente natural, para sua própria sobrevivência, alimentando a interdependência do homem para com a natureza.

Esta, não é uma afirmação de que o ser humano precisa viver como homem retrograda, mas que precisamos cuidar da natureza para nossa própria sobrevivência, pois, se desviarmos o ciclo natural do ambiente em troca de alguns interesses tecnológicos e econômicos, pensando no meio natural como mercadoria, um dia os recursos naturais se findaram. E o que será da existência do homem?

Em suas origens e mesmo hoje em dia, naqueles locais pouco explorados (como a bacia do Amazonas), habitados por grupos étnicos em estado selvagem, o homem comporta-se como uma parte a mais dos sistemas que habita, adaptando-se ao meio natural, e não ao contrário, como ocorre nas partes mais “civilizadas” de nosso planeta (BOULLÓN, 2002, p.115).

Consequentemente, a paisagem é associada ao ambiente natural e verdadeiramente é, segundo Boullón (2002, p.117) “O termo paisagem é tradicionalmente associado ao espaço natural, seja este um lago, uma montanha nevada ou um bosque”. A paisagem faz parte do ambiente ao entorno do sujeito, seja ela uma paisagem rural e até mesmo paradisíaca, que são paisagens conhecidas pela sua beleza natural.

O ambiente rural, mesmo com a intervenção do homem na natureza, ele conserva o ciclo natural do meio, o homem se adapta ao espaço como parte integrante, assim, como nos Caminhos Antigos, os produtores rurais se apropriam do meio para retirar seu sustento, no entanto, deveria ter sido realizado forma

responsável para que não prejudique o seu ciclo natural, aprendendo a entender a natureza, denominar os estados do tempo e os fenômenos naturais, tornando-se parte desse ecossistema, diferentemente do homem da cidade. Também nos Caminhos do Peabiru, se pode deparar com belíssimas paisagens naturais, como: lagos, reservas ecológicas, cachoeiras, entre outros.

Ao comparar o léxico do homem da cidade com o do campo, vemos que este o enriqueceu com uma grande quantidade de modismos para denominar os estados do tempo e os fenômenos da natureza que não contam na vida urbana (BOULLÓN, 2002, p.128).

No ambiente rural, as comunidades estão mais aptas a perceber o ambiente em seu entorno, a diferenciar as paisagens, observar que cada uma tem uma função e um valor diferenciado, possuem a sabedoria de extrair da natureza alimentos, medicação, entre outros modismos.

E para que os turistas das cidades possam interagir com a natureza é necessário que o indivíduo observe o ambiente a sua volta, fixe o olhar e consiga penetrar nas paisagens, porém, os turistas estão acostumados a ver a paisagem de forma isolada, ou seja, todos conhecem as árvores, os pássaros, várias espécies de animais, no entanto, no ambiente urbano das cidades as árvores seguem uma linha de organização, envoltas de calçadas de cimento, os pássaros estão em gaiolas, os animais em zoológicos, para observação, e a paisagem é rigidamente planejada e arquitetada, exclusivamente para satisfazer as vontades do homem. Diferentemente da paisagem rural e/ou natural.

Segundo Boullón (2002, p.117) para entender-se e definir a paisagem é necessário um conhecimento aprofundado, do meio que se pretende analisar, por isso, é preciso o maior número de dados possíveis dos caminhos antigos, para que por meio desse ambiente natural, seja possível fazer uma descrição física do caminho e qualificar suas paisagens.

A paisagem é uma qualificação estética outorgada aos elementos que constituem o meio ambiente natural, entendemos que para defini-la de modo sistemático deva começar por um conhecimento o mais objetivo possível do meio que lhe serve de base. (BOULLÓN, 2002, p.117).

Quando se pensa em uma paisagem, frequentemente a relaciona-se a um ambiente riquíssimo em recursos naturais e de grande beleza, como, uma enorme floresta cheia de animais, um imenso lago, com cisnes brancos deslizando sobre a água, um conjunto de montanhas ao fundo da paisagem, com uma grande cascata de águas cristalinas, o ar puro, e por fim um belo por do sol. Seria esplêndido, no entanto, a qualidade da paisagem que muitas vezes pode ser confundida com beleza, pode variar de pessoa para pessoa, porque sua qualidade não pode ser definida com precisão.

A distinção do belo, do paradisíaco, será interpretada de forma diferenciada por cada indivíduo que avalia a paisagem, ou seja, o que pode ser belo para uma pessoa pode não ser tão belo para outra. Mesmo que pudéssemos definir um tipo de qualidade da paisagem padrão, como se é visto no mundo da moda e entre outros segmentos, onde a beleza pode ser padronizada ou seguir uma linha de estilo, o nosso objeto (paisagem), neste caso, está aquém dessa idéia, porque não se pode interferir na interpretação individual de cada indivíduo. Afirma Boullón (2002, p.121) “Não é possível definir com precisão a qualidade de uma paisagem, já que essa ação não se pode afastar, mesmo que se queira de avaliações subjetivas”.

Ao fazer-se uma análise da paisagem se deve estar atentos a algumas variáveis de suma importância, que ajudarão a analisá-la de forma correta e coerente. Essas variáveis são muito importantes, pois, auxiliam a perceber o ambiente natural em que estamos inseridos. Segundo Boullón (2002, p. 124 – 125), as variáveis são: a topografia, a vegetação, o clima e o habitat.

A primeira variável, topografia refere-se às diferentes formas que a crosta terrestre pode assumir sendo um dos extremos a planície e outro as altas montanhas, passando por uma série de formações intermediárias que, por sua singularidade, podem se transformar no elemento paisagístico mais chamativo. (BOULLÓN, 2002, p.124).

O tipo de vegetação, nas paisagens abertas que abrangem um panorama extenso, atua como a “vestidura da topografia e pode representar o elemento principal para as visões próximas que se têm quando se entra e circula por um bosque, uma área cultivada ou uma zona ondulada coberta de flores silvestres”. (BOULLÓN, 2002, p.124). Segundo Boullón (2002, p.125) “O clima é um componente complementar muito importante, porque serve para conhecer em que época do ano e a que hora do dia cada paisagem encontra sua plenitude estética”.

E por último, e não menos importante o habitat, ele é o responsável pelo enriquecimento da paisagem, pois é através dele que se conhecem as formas de vida encontradas no local. No Peabiru podem-se encontrar várias formas de vida diferentes, nas lagoas ao longo do caminho, por exemplo, é possível encontrar as capivaras que as rodeiam para se alimentar, banhar-se etc., assim também na trilhas ecológicas, onde famílias de macacos, jaguatirica, varias espécies de pássaros, vários tipos de insetos, répteis, entre outros podem ser visualizados.

Finalmente, e para os atrativos que cabem nas tipologias da paisagem natural, o conhecimento do habitat é necessário porque graças a ele, a informação se enriquecerá e mostrará por um lado, as formas de vida de cada lugar e seu efeito sobre a natureza e, por outro, as condições ecológicas requeridas pela espécie selvagens e plantas autóctones para a sua existência. (BOULLÓN, 2002, p.125).

Para tornar ainda mais claro, que a paisagem não está isenta de avaliações subjetivas, pode-se analisar a forma que o turista visualiza a paisagem. Na leitura e apreciação estética da paisagem o que importa é o que o turista observa por meio de seus sentidos, direcionados pelo seu estado de espírito, ou seja, a partir do momento que este viajante está em contato direto com a natureza, o seu estado de espírito (alegria, descontração, euforia, tristeza, entre outros), influenciará na sua maneira de interpretar e/ou avaliar a paisagem, por exemplo, se o turista estiver alegre, tudo o que está a sua volta terá muita beleza e exuberância, porém, se o viajante estiver triste, nada em seu entorno terá beleza ou o interessará. Por isso, seu estado de espírito influenciará diretamente na maneira que ele vê a paisagem.

Na leitura da paisagem não cabem as previsões nem a dedução de certos elementos, efetuada a partir da presença de outros, como faz a pesquisa científica em seus trabalhos para aprofundar-se no conhecimento do ambiente natural. Portanto, em vez do método científico para a apreciação estética da paisagem o que vale é o que o turista comum capta por meio de seus sentidos, influenciados por seu estado de espírito. (BOULLÓN, 2002, p.126).

Para se entender melhor, na construção da paisagem Segundo Barthey apud Boullón (2002, p.137 - 140) existem 10 modalidades sensoriais que auxiliam na construção da paisagem, sendo eles, a visão, a audição, a pressão e o tato, a temperatura, a cinestésias (o sentido muscular), a dor, o gosto, o olfato, o sentido vestibular e o sentido químico comum. Todas essas modalidades sensoriais

são sentidas pelo turista por meio da percepção, ou seja, a combinação de todas essas modalidades, que formam a percepção da imagem, e o viajante consegue vislumbrar o cenário da paisagem.

Portanto, todas as modalidades são responsáveis por captar uma parte do cenário. A visão, a audição e o olfato, são responsáveis por identificar a distância. Através da visão o viajante pode de uma forma fraca e confusa ver a paisagem, no entanto, só à visão não faz com que o turista obtenha uma imagem precisa do ambiente, então se faz necessário à junção dos sentidos, visão, audição e olfato.

A contribuição da audição é coletar todos os sons produzidos pela natureza e a do olfato perceber os odores existentes naquele ambiente, sendo assim, o olfato é o elemento que completa a imagem da paisagem com lembranças mais duradouras do que os encontrados em qualquer dos outros sentidos.

Depois, por intermédio do tato podemos perceber a textura das coisas. Existem dois tipos de tato, o ativo que é aquele quando tocamos uma superfície de uma paisagem e o outro quando somos tocados por uma flor, um galho de uma árvore e até mesmo por um animal. Em conjunto com a modalidade do tato estão as sinestésicas, que é a percepção do tato por meio dos movimentos corporais e dos músculos.

Os movimentos corporais se referem ao campo gravitacional, ao terreno sobre o qual alguém se senta ou se deita. Todas as participações dos músculos têm o caráter de uma seqüência e proporcionam mais que uma apreciação total e simultânea do espaço, fragmentos sucessivos de informação (BARTHEY apud BOULLÓN, 2002, p.140).

O sentido vestibular se localiza na parte não auditiva do ouvido interno, ele é o responsável por captar a sensação do equilíbrio e nele tem origem a vertigem, que o turista sente quando está, por exemplo, no topo de uma montanha. Já a dor, o gosto e o sentido químico comum só participam da percepção da paisagem em alguns casos específicos.

A dor como proteção do indivíduo, é a responsável por avisar ao viajante uma situação de perigo, o gosto quando se resolve provar o sabor da água de uma fonte, ou de uma fruta, e o químico quando no contato com uma planta que

irrita a pele, a sombra, o reflexo do sol, entre outros. Por fim, a temperatura quando se fica exposto ao sol ou quando se mergulha na água.

Depois vem o registro vestibular, que se localiza na parte não auditiva do ouvido interno. Tal registro funciona involuntariamente, capta a sensação do equilíbrio e nele tem origem a vertigem, que às vezes o turista experimenta quando assoma a um precipício. Outras sensações muito importantes são as térmicas, que percebemos pela pele, quando nos expomos ao sol ou mergulhamos na água. Já a dor, o gosto e o sentido químico comum só participam esporadicamente da percepção da paisagem. O primeiro, como proteção do indivíduo; o segundo, quando resolvemos provar o sabor da água, de uma fruta ou de uma erva e, o último, ao respirar pólen ou ao sermos tocados por uma planta que irrita a pele (BOULLÓN, 2002, p. 140)

E por último, e não menos importante para a análise física do Caminho do Peabiru as considerações relevantes sobre a visualização da paisagem. Existem quatro situações que são responsáveis pela visualização da paisagem, segundo Boullón (2002, p.149) são: luz frontal, a contraluz, a luz vertical e a luz rasante. É por meio da luz que o viajante consegue identificar a cena e captar a imagem. Essa luz ambiente transforma as paisagens em diferentes cenários paisagísticos, dependendo do tipo de iluminação que a paisagem está sendo exposta no momento, e por isso, podemos identificar alguns fatores como: profundidade, formas e perfis, o achatado da paisagem, e até mesmo as texturas e as formas. Isso ocorre quando o turista visualiza a paisagem de diferentes pontos estratégicos, então, é necessário que o viajante circule pela paisagem e interaja com o meio.

A luz ambiente é uma das chaves para a captação da paisagem, pois é a que ilumina a cena, os elementos que a compõem e o espaço entre eles. Conforme a posição do sol em relação ao objeto e ao sujeito, distinguem-se quatro situações que produzem outras tantas imagens diferentes de uma mesma paisagem:

- Luz frontal: ilumina todo o campo visual e permite apreciar a profundidade.
- Contraluz: desenha os perfis das formas que se recortam contra o céu, destaca mais os perfis que os detalhes e deixa ver as transparências.
- Luz vertical: ilumina cada parte, mas com a perda das sombras lançadas, com o que às vezes a paisagem se “achata”.
- Luz rasante: mostra as texturas dos planos e as formas iluminadas desse modo. (BOULLÓN, 2002, p.149).

Portanto a imagem da paisagem assim como sua visualização não deve ser apreciada apenas de um ponto de observação, pois, se o turista a observar de apenas um ponto de vista, não conseguirá assimilar toda a paisagem, e quando o viajante visitar uma paisagem semelhante nada virá em sua lembrança.

Na realidade, o conhecimento de uma paisagem ficará empobrecido se o limitarmos às unidades visuais que se pode abarcar de um ponto fixo; por exemplo, podemos contemplar um lago a partir de um mirante e ir embora, tendo obtido dele uma só imagem, insuficiente para nos assegurar que já conhecemos esse atrativo. Conseguiremos isso se continuarmos descendo por um caminho secundário que nos levará até suas margens, se as percorrermos por uma trilha perimetral que o rodeia e se, depois, navegarmos por suas águas. Isso significa que a paisagem natural não pode ser captada de uma só vez, mas que se vê no tempo, e deslocando-se diante de observações sucessivas que fornecem cada uma delas, fragmentos da realidade. (BOULLÓN, 2002, p.156).

No entanto, se adentrarmos a uma paisagem aberta como o de uma lagoa e caminharmos por suas margens, passearmos de barco, observar de um mirante, tocar em uma de suas árvores, e até mesmo darmos um mergulho em suas águas, conseqüentemente, serão capazes de assimilar e captar o cenário paisagístico, de forma, a memorizarmos as imagens secundárias da paisagem, ou seja, o cenário como um todo.

Demonstrando a necessidade de uma visão integrada de todo e não fragmentada da forma como alguns pesquisadores exploram seus estudos. Percebe-se assim que a integração das áreas de pesquisa entre ciências exatas e sociais é elementar para que possamos desenvolver novas metodologias de trabalho nas pesquisas da Geografia do Turismo e até mesmo versatilizando a geomorfologia ambiental e utilizando de suas aplicações para o turismo.

Após todas essas considerações, foi objetivada que a análise física do ambiente natural do Caminho do Peabiru poderá auxiliar no processo decisório para a implantação de uma estrutura de recebimento de turistas permanente no Projeto. A finalidade do estudo do ambiente físico ao longo dos caminhos terá como objetivo, analisar a qualidade e a descrição da paisagem. E então, por meio dessa análise contribuir futuramente para o diagnóstico com um possível resultado favorável a implantação do receptivo turístico nestes atrativos locais.

Demonstra-se a partir destas bases teóricas que a geomorfologia ambiental em conjunto com a análise da paisagem para a Geografia do Turismo é uma metodologia realmente valorosa no processo de planejamento ambiental para a implantação de atividades com fins turísticos neste caso em específico e mostra caminhos para o desenvolvimento de novas abordagens com esta ou outras metodologias semelhantes, visando, um melhor desenvolvimento sócio-ambiental das comunidades visitantes e receptoras.

No próximo capítulo trabalhar-se-á com um conceito imprescindível para auxiliar no desenvolvimento desse planejamento ambiental, para tanto é necessário conhecer o que vêm a ser o planejamento para as atividades de turismo, para em um segundo momento entender a necessidade de se buscar novas ferramentas para auxiliar no desenvolvimento de projetos para a implantação de atividades turísticas, nesse estudo a organização e planejamento para as atividades como o projeto Peabiru no ramal Botucatu.

4 PLANEJAMENTO EM TURISMO COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS TURÍSTICOS

É certo, que o planejamento da maneira que é conhecido atualmente sofreu várias transformações, desde as populações nômades e agrícolas já se praticava tal atividade de maneira empírica no cotidiano e que hoje se designa chamar de planejamento intuitivo. Da mesma idéia de organizar as tarefas cotidianas presentes na vida dos seres humanos, evoluiu para as tarefas coletivas e que depois de muito tempo já nas populações da Idade Média passam a integrar o cotidiano daqueles que se ocupavam de organizar as vilas e depois pequenas cidades.

A idéia de planejamento é uma das concepções mais fortes tanto das civilizações Ocidentais quanto nas Orientais, sustentadas de certa maneira por um provérbio popular, porém, sábio: “Planejamento é prever para prover” (provérbio árabe). Relacionando ainda o planejamento, este, é intrínseco ao ser humano e é um estado complexo. Para muitos autores como Colin Hall (2001, p. 43), “é uma palavra bastante ambígua e de difícil definição” isto porque se pretende que o planejamento de forma geral e neste caso a partir das concepções de turismo e geografia que o mesmo supere o conceito de “lista de verificação”. Ao contrário disso busca-se estudar profundamente o tema e aguardar que possa ser visto de forma ampla, levando, como trata Hall os profissionais a conceituar o campo complexo em que o planejamento do turismo atua.

É preciso ter claro que o planejamento no turismo é algo extremamente novo já que enquanto academia a área tem poucos estudos que datam de pouco mais de 35 anos, para tanto a análise da estrutura de toda a atividade, seja da natureza, seja do homem, necessita, o estabelecimento de conceitos, no contexto onde ela ocorre, demonstrando sua união ou integração que podemos chamar de Planejamento Turístico. O planejamento surge em razão da necessidade de se organizar antes de se implantar ou realizar alguma tarefa. No turismo este processo é resultado da soma de recursos naturais, sociais e econômicos e seu estudo é complexo. Assim se deve conceituar e descrever o Planejamento Turístico, identificando suas relações e o porquê de seu surgimento.

Planejamento é organizar ou definir um futuro determinado, para que se possa atingir uma meta pretendida. Assim planejar é um conjunto de decisões interdependentes; é a atitude anterior a tomada de decisões; é prever para prover, enfim o planejamento está presente no dia-a-dia, desde à hora em que se acorda até ir deitar se está utilizando do planejamento. Os seres humanos pensam antes de agir e controla o tempo de suas ações, se serão mais rápidas ou lentas, assim as vidas são cheias de ações planejadas. Para Barretto (1991, p.13):

O planejamento é uma atividade, não é algo estático, é um dever, um acontecer de muitos fatores concomitantes que tem que ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo. Sendo um processo dinâmico é lícita a permanente revisão, a correção do rumo. Exige um repensar constante mesmo após a concretização dos objetivos.

Observa-se que Barretto parte com uma abordagem mais dinamizada do planejamento, já se utiliza de minúcias e são elas que orientam e tem dimensões que devem necessariamente existir assumindo vários significados conforme seus aspectos, já Petrocchi (1998, p.20) afirma que:

O planejamento é a visão do futuro próximo ou distante e contribui para que tarefas sejam mais bem realizadas e objetivamente sejam mais facilmente atingidas, por pessoas ou organizações. Ordena as ações e da prioridade a elas. Permite mapear dificuldades ou obstáculos e, assim, escolher previamente caminhos alternativos.

Percebe-se a partir desta visão que este autor trata do planejamento com um entendimento mais superficial e não tão ligado aos pequenos detalhes que são de ímpar importância nesta análise. Deve-se sempre lembrar que quando se tratar de planejamento é preciso se falar em planejar cientificamente, pois assim ele assume outra conotação.

Do planejamento se pode entender que sendo este um processo contínuo, tem uma série de fases ou etapas. E sendo assim estas fases coexistem formando sempre ao final um produto ou resultado desta soma de fatores. Uma vez tomada à decisão de planejar o processo passa por várias fases metodológicas, também chamadas etapas ou elementos fundamentais, Holanda (apud BARRETTO, 1991, p.30).

Observamos diversas definições para o termo planejamento, mas sempre temos em comum duas idéias. Para Newman (apud BARRETTO, 1995, p.12) “Planejar é decidir antecipadamente o que deve ser feito. O planejamento é uma linha de ação preestabelecida.” Já para Baptista (apud BARRETTO, 1995, p.11), o termo planejamento se refere, “Ao processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de problemas.” No conceito de Ackoff (apud Barretto, 1991, p.13)“ é um processo que se destina um ou mais estados futuros desejados que não irão ocorrer a menos que alguma coisa seja feita.” Segundo Barretto (1991, p.12) a definição mais precisa provem de Munhoz Amato, para quem o planejamento é a:

Formulação sistemática de um conjunto de decisões, devidamente integrado, que expressa os propósitos de uma empresa e condiciona os meios de alcançá-los. Um planejamento consiste na definição dos objetivos, na ordenação dos recursos materiais e humanos na determinação dos métodos e formas de organização, no estabelecimento das medidas de tempo, quantidade e qualidade, na localização espacial das atividades e especificações necessárias para canalizar racionalmente a conduta, de uma pessoa ou grupo.

Como podemos perceber, tem-se duas idéias centrais de complexidade no planejamento voltado para o turismo, ou seja, sempre existe um sistema, processo ou mecanismo. A idéia é a de provocar uma ação voltada para o futuro, ou seja, sempre devemos planejar para que no futuro possamos desfrutar do que existe hoje, que corrobora para complementar o conceito de desenvolvimento sustentável.

4.1 PLANEJAMENTO TURÍSTICO

O planejamento para o turismo reúne uma necessidade para a organização tanto social quanto espacial para esta atividade. Estes dois grandes grupos se dividem em culturais (criados pelo homem, seja a partir da natureza ou de qualquer outra atividade humana) e naturais (que já existe natureza antes da intervenção humana). As características básicas dos recursos turísticos culturais, de acordo com Barretto (1991, p.61) são:

São criados pelo homem com outra finalidade que não a turística; necessitam de conservação e preservação; é difícil sua identificação visto que, quem determina o que é histórico ou não, tem critérios que nem sempre obedece a mesma lógica; uma vez identificados, o poder público preocupa-se com a sua preservação.

Dentro dos recursos culturais existem os que são contemporâneos, são criados pelo homem, e esta é sua característica básica, como obras de arte, museus, arquitetura, monumentos, exposições, centros culturais, centros de convenções, bibliotecas, zoológico, instituições de ensino e pesquisa, teatros municipais.

Também são presentes os recursos culturais contemporâneos comerciais, criados para o desenvolvimento turístico de uma área, como, parques de diversões, balneários, cinemas teatros privados, autódromos, estádios, casas de diversões diurnas e noturnas, cassinos, clinics de montanhas, feiras, pesqueiros. Estes tem finalidade lucrativa e requerem mudanças constantes a fim de manter o interesse do público.

O outro grande grupo é o dos recursos turísticos naturais e foi dividido por Barretto (1991, p.60), por três características básicas:

São permanentes, mas requerem conservação e preservação sob pena de se esgotarem; muitas vezes estão em lugares de difícil acesso o que torna sua exploração difícil e dispendiosa, correndo-se o risco de se descaracterizar a região através da infra-estrutura necessária para o estabelecimento do núcleo; sua identificação requer conhecimentos de geologia, botânica, biologia e física, entre outros, e muita visão para prever o sucesso de tal empreendimento.

Assim conceituamos os dois grupos de recursos turísticos que são imprescindíveis se saber para que se faça qualquer tipo de planejamento, formando assim idéias para qualquer área, onde se queira trabalhar com planejamento.

Ainda se pode subdividir o planejamento turístico em níveis, obedecendo a critérios de complexidade crescente, para que se possa em pouco tempo, selecionar o objeto do planejamento.

É possível então a divisão em vários níveis feita por Barretto (1991, p.63) que divide:

Planejamento de primeiro nível - Eventos, excursões, viagens.
Planejamento de segundo nível - transformação de cidades em núcleos turísticos; ativação de núcleos turísticos preexistentes; criação de complexos ou cidades turísticas (construção de equipamentos turísticos).

Planejamento de terceiro nível - Políticas nacionais para incentivar a atividade turística no país e organiza-la abrangendo os outros dois níveis

Pode-se observar que o planejamento de primeiro nível, é um esquema bastante simples onde existem pequenas mudanças. Requer pouco pessoal e pouca infra-estrutura e tempo de preparação, como diz Barretto (1991, p.64) ele tem: "dois documentos básicos: um Cronograma, atribuindo tarefas nos dias específicos e um check list de equipamentos e utensílios. Ambos permitirão o planejamento e o controle. A avaliação do trabalho constará, posteriormente, de um breve relatório".

No planejamento de segundo nível, temos um maior grau de complexidade, envolvendo mais tempo e recursos, mas por sua vez com os resultados deste trabalho mais duradouros.

O planejamento de terceiro nível, como pode acontecer a nível nacional, abrange também outros dois níveis, onde podem ser construídos vários complexos em determinada região ou em nível local pelas prefeituras e/ou empresas privadas.

Ainda devemos destacar o planejamento ambiental que se distingue dos três níveis anteriores, que são os feitos nas praias, montanhas, lagos e represas e serviços de estradas. Este merece destaque, pois será o modelo ambiental que buscaremos utilizar para o desenvolvimento do Projeto de Resgate do Caminho de Peabiru.

Nesta separação dos diversos níveis do planejamento turístico, deve ser observado que este sistema foi criado para buscar a qualidade nos serviços oferecidos, pelas mais diversas áreas do turismo. Por isso o sistema, deve ser composto em seus mais diversos segmentos e como diz Petrocchi (1998, p.54), "estes sistemas devem ser estudados tanto separadamente quanto em conjunto, sempre com o objetivo de oferecer qualidade ao usuário dos serviços turísticos".

O turismo cresceu e o planejamento se uniu a ele formando um conjunto, que separa e organiza as mais diferentes áreas que o turismo abrange,

com o intuito de zelar pela qualidade nos serviços prestados e acima de tudo cuidar do meio ambiente e do patrimônio cultural.

O planejamento para o turismo se tornou imprescindível, para desenvolver com um padrão próprio o turismo. O planejamento turístico cria condições para que a atividade turística possa se desenvolver com um padrão de excelência, dando a cada passo condições para o turismo se desenvolver.

Assim se vê a necessidade de uma análise sistêmica do planejamento, como necessidade de uma heterogeneidade que vem do complexo crescimento da tecnologia.

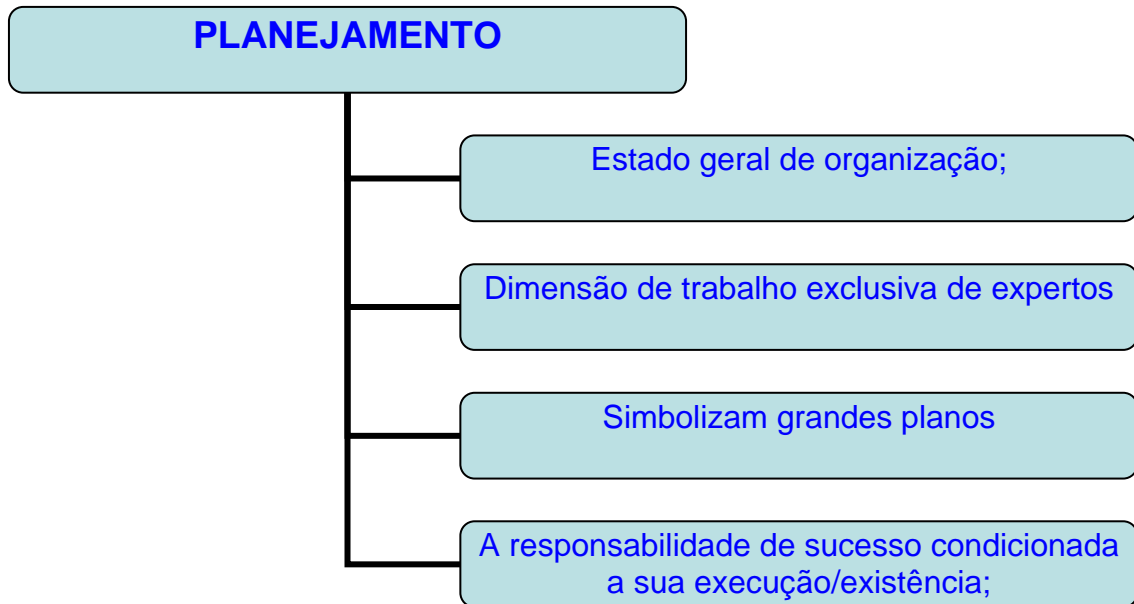
O planejamento turístico ou planejamento do turismo é um moderno conjunto de conceitos estabelecidos, e afirma que cada variável, em um sistema, interage com as outras variáveis de forma tão completa que não podem ser separados.

Uma única variável, pode ao mesmo tempo ser causa e efeito. O que já existe não permanecerá imóvel. Pois não pode ser desmembrada. Não será possível entender um nervo, ao funcionamento de um coração, as idéias a um pensamento ou planejamento turístico se forem isolados de seus contextos.

4.2 PLANEJAMENTO AMBIENTAL NO TURISMO

Como foi possível perceber anteriormente existem determinadas atividades que podem ser organizadas a partir das técnicas de planejamento. O objeto a ser estruturado nesta pesquisa surge com a proposta de se buscar a reterritorialização de caminhos antigos como o Peabiru a partir da utilização de metodologias como o planejamento, porém, por não se enquadrar aos modelos básicos existentes e comumente utilizados pelos planejadores em turismo se enquadra em um modelo conhecido como Planejamento Ambiental, visando ativar ou criar atividades de turismo nestes locais antigos valorizando a cultura a história a natureza, dentre outros pontos.

O planejamento ambiental como os demais é alinhavado pela percepção de um significado de:



Quadro 1 - Organograma hierárquico do planejamento

Fonte: Organizado por Mora Filho (2008).

Para autores como é comentado por Dror (1973, p.71) “ao contrário do que se convencionou o Planejamento pode ser entendido como um processo de decisão” ou que “Planejar é o processo de preparar um conjunto de decisões a serem colocadas em prática no futuro, direcionadas para o cumprimento de metas pelos meios preferidos”.

Com base nessa linha teórica dos autores, o planejamento enquanto processo deve obrigatoriamente distinguir-se de um plano escrito, programático, sob pena de redução ao seu próprio fim, não sendo este um superlativo ao resultado. Isto porque escapa do ambiente empresarial de produção, controlado pela produtividade *versus* tempo. O planejamento ambiental no turismo é parte de um sistema sócio-ambiental de relação de causa e efeito, com dinâmica e sistemas de *inputs/outputs* que deve ser observado em ocorrência de cinco interfaces, percebidas durante as atividades de campo no projeto de pesquisa do Caminho do Peabiru: planejador, comunidade, empresa turística, meio ambiente e poder público.

Entretanto, esse processo quando abstraído para o campo do planejamento do turismo, passa a ser mais atenciosamente estudada face sua complexidade e a relação de setores (direto-indiretos) envolvidos na sua cadeia de produção, assim como, os elos fortes e fracos, presença de nodais de estrangulamento (paralisa do processo). Para Chadwick (1971, p.132), planejamento é processo do pensamento humano e a ação baseada nesse

pensamento – presente, passado, futuro – isto é, uma atividade bastante generalizada. Esse aspecto abre uma primeira especificação técnica do processo, que é base de um diagnóstico para subsidiar a tomada de decisão. O futuro diz respeito à tendência – ao prognóstico.

Mesmo havendo semelhanças com o passado do planejamento, o que os diferencia de maneira fundamental é o grau de intensidade, como na globalização – a intensidade que entrelaça tudo num único mercado. Como também o número de pessoas e locais envolvidos a participar desse processo de reterritorialização dos caminhos indígenas antigos, submetidos a sofrer os impactos, determinando fluxos e natureza de produção.

A partir deste momento é que se pode afirmar ser necessário à busca por uma nova concepção de planejamento baseada em equilíbrio ou na busca deste, já que na prática do turismo utiliza-se do espaço para existir relação e que na maioria das vezes esta relação é de causa e efeito e que esta relação é geradora de fortes impactos. A questão chave aqui é que o modelo de causa e efeito não deve ser replicado no planejamento de atividades ligadas ao turismo, sob a pena de gerar novos esgotamentos ambientais e desequilíbrios ecológicos, corroborando para o que Rodriguez (2007, p. 209) diz serem causas fundamentais desta crise:

A uma atitude de desconhecimento e ignorância das propriedades dos sistemas naturais, que tem motivado uma ocupação e exploração dos recursos naturais; a uma posição de desdém e negligência sobre o papel da Natureza na implementação dos sistemas econômicos, segundo o papel dos limites e leis ecológicas e sobrevalorizando o papel da tecnologia na transformação e exploração dos recursos, sob uma filosofia de domínio das leis naturais por parte da sociedade humana.

Mudar estas situações requer mudanças de mentalidade, comportamento e estruturas socioeconômicas. Mas exige antes de implantar as atividades de turismo conhecer os sistemas naturais, ter idéia de como funcionam, de quais são suas potencialidades e limitantes, para, daí então delimitar objetivos para buscar melhorar a relação entre os sistemas naturais e sociais. Para Kostrowicki (1990, apud RODRIGUEZ, 2007, p. 209), ajustar a utilização e a exploração dos recursos naturais e ambientais dos territórios às potencialidades e propriedades dos sistemas naturais exige incorporar o planejamento ambiental ao processo de tomada de decisões.

Deve-se notar uma contraposição muito forte entre o planejamento ambiental e o planejamento tradicional. Como já pudemos notar anteriormente o planejamento convencional caracteriza-se por ter um caráter setorial e linear. Seu objetivo é ter em seu quadro sistemas ambientais rigidamente projetados, estáveis e constantes. Entenda-se que os componentes do processo são vistos e percebidos como isolados, baseados diretamente no sistema de causa-efeito.

Para o turismo o planejamento ambiental concebe-se como um instrumento articulado ao processo de tomada de decisões a gestão ambiental, no contexto do modelo e estilo de desenvolvimento do planejamento do turismo e suas atividades, ele tem características integradoras e sistêmicas, favorecendo a organização do planejamento do resgate de uma rota tão antiga como a do Peabiru e colocando-a no contexto de um regime dinâmico interno e de adaptação das mudanças no meio externo.

No próximo item buscar-se-á entender o processo sistêmico de planejamento ambiental e sua adaptação para as atividades turísticas.

4.3 PRINCÍPIOS DO PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Discutir o planejamento dentro da geografia do turismo é algo um tanto atrevido, já que ainda são poucas as pesquisas que discutem essa temática. Porém são necessárias e há tempos dentro dessas atividades não se vê projetos e propostas de novas metodologias para auxiliarem o desenvolvimento das atividades de turismo das sociedades modernas.

Para isso busca-se, a partir da leitura de alguns textos do Professor José Mateo Rodrigues realizar tal encaixe. Em seu livro intitulado *Geoecologia das Paisagens: Uma visão geossistêmica da análise ambiental*, o livro apresenta os elementos conceituais, teóricos, metodológicos e práticos da Geoecologia da Paisagem. Ramo esse da ciência que tem sua gênese nos trabalhos realizados no século XIX por Humboldt, Lomonosov e Dokuchaev. De acordo com Rodriguez (2007, p. 7).

Devido ao grande arsenal conceitual e aos métodos de estudo elaborados, a Geoecologia da Paisagem pode enquadrar-se como uma ciência ambiental, que oferece uma contribuição essencial no conhecimento da base natural do meio ambiente, entendido como o meio global. Propicia, ainda, fundamentos sólidos na elaboração das bases teóricas e metodológicas do planejamento e gestão ambiental e na construção de modelos teóricos para incorporar a sustentabilidade ao processo de desenvolvimento.

É importante frisar que a busca por um modelo de planejamento que vise essa incorporação de sustentabilidade ao processo de desenvolvimento, tem como já pode ser visto dentro das discussões anteriores voltadas a geomorfologia e as paisagens para o turismo, diversas posições filosóficas e diferentes interpretações científicas.

Deve ficar clara que a concepção de certos princípios para essa pesquisa coaduna com os apresentados por Rodriguez (2007 p. 7-8).

1 A noção de paisagem natural é conceito básico da Geoecologia. A paisagem natural concebe-se como uma realidade, cujos elementos estão dispostos de maneira tal que subsistem desde o todo, e o todo subsiste desde os elementos, não como se estivessem caoticamente mesclados, mas sim como conexões harmônicas de estrutura e função. A paisagem é, assim, um espaço físico e um sistema de recursos naturais aos quais se integram as sociedades em um binômio inseparável Sociedade / Natureza.

2 A paisagem se concebe como um sistema de conceitos formados pelo trinômio: paisagem natural, paisagem social e paisagem cultural.

3 A paisagem natural se concebe como um geossistema, o qual define-se como espaço terrestre de todas as dimensões, onde os componentes da natureza encontram-se em relação sistêmica uns com os outros, e como uma integridade definida interagindo com a esfera cósmica e a sociedade humana. Conceber a paisagem como um sistema significa ter uma percepção do todo, compreendendo as inter-relações entre as partes do sistema.

4 É necessário analisar a paisagem desde uma visão dialética. Isto significa aceitar sua existência e sua organização sistêmica como uma realidade objetiva, considerando-a como um sistema material e concebendo-a como uma totalidade, que se apresenta como um fenômeno integrado, não podendo entendê-la nem tratá-la como forma fragmentada.

Daqui pode-se retirar a necessidade de buscar-se o Planejamento Ambiental como ferramenta importante para tratar da organização de atividades que irão envolver a natureza, a sociedade, a cultura e a economia. Como se trata de um modelo ainda em construção, nesta pesquisa não existe aprofundamento teórico, já que se busca apresentar algumas metodologias que podem auxiliar no

desenvolvimento dos estudos da Geografia do Turismo e em participar do planejamento de atividades de turismo em áreas não urbanizadas em pequenas comunidades.

A etapa atual da evolução das sociedades e aplicação do conhecimento vinculado com a necessidade cada vez mais urgente de incorporar a dimensão ambiental ao processo de desenvolvimento exige do planejamento ambiental, o enfrentamento das seguintes necessidades:

- Aperfeiçoar e estabelecer um sistema universal de distinção, caracterização e organização dos modelos de planejamento existentes.
- Aprofundar os métodos de análise sistêmica das propriedades e atributos do planejamento.
- Estabelecer critérios sólidos e coerentes que sejam aplicáveis nos trabalhos de planejamento e gestão ambiental e territorial, ligados a Geografia do Turismo.
- Desenvolver os conceitos e os procedimentos de organização do planejamento ambiental, como uma metodologia eficaz na contextualização dos diferentes caminhos para a construção do desenvolvimento sustentável para a execução de planos, programas e projetos em turismo e na geografia.

Dos quatro pontos apresentados, os que já foram analisados anteriormente estavam focados mais no planejamento unido ao turismo com vários modelos de planejamento existentes, que culminaram com a apresentação do método utilizado pela Geomorfologia Ambiental quando das classificações das paisagens para a área da geografia do turismo, mostrando-se como um importante atributo do planejamento ambiental, que gera subsídios para conhecer do objeto a ser planejado.

A terceira necessidade de se estabelecer critérios sólidos e coerentes que sejam aplicados nas atividades de planejamento e gestão ambiental na área da geografia do turismo pode ser citada as novas ferramentas tecnológicas como os softwares Net Draw e Ucinet que serão apresentados na seqüência desse capítulo como elos que irão auxiliar em tão complexa tarefa de aproximar os

pesquisadores das ciências sociais aplicadas aos das ciências exatas, utilizando de modelos matemáticos e informacionais como indispensáveis para a realização de planos, programas e projetos ligados ao planejamento ambiental na área da Geografia do Turismo.

Por fim apresentar aqui alguns conceitos e procedimentos de organização em planejamento ambiental. Para tanto se entende que essa organização deve partir de uma visão sistêmica, que concebe a paisagem como um sistema integrado, no qual cada componente isolado não possui propriedades integradoras. Deve ficar claro que a visão sistêmica vem da concepção sistêmica, a partir da visão metafísica e a visão dialética, conforme Rodriguez (2007, p. 43 apud MIRANDA VERA 1997, p. 56).

A visão metafísica interpreta de forma mecanicista a noção de sistema. A visão dialética permite compreender qualquer objeto (seja paisagem ou meio ambiente como uma totalidade ambiental) desde uma posição integrativa e sistematizadora.

Estas propriedades integradoras somente desenvolvem-se quando se estuda a paisagem como um sistema total.

Parte-se desse pressuposto para trabalhar com a concepção de Planejamento Ambiental e nesse sentido como o planejamento envolve tanto as relações sociais, quanto as físicas, deve-se aqui esclarecer a relação entre o conceito de espaço físico e as noções de espaço geográfico, que é similar a de espaço geográfico. De acordo com Lobato (1995, p. 34).

Os conceitos de espaço experimentaram uma evolução do seu conteúdo, no tamanho histórico correspondente com as diferentes linhas de pensamento: Geográfico tradicional, método regional, possibilismo, nova geografia, geografia humanista e cultural e geografia crítica. De uma posição de conceber ao espaço como preponderantemente formado pelas ações humanas e objetos criados pelo homem, nos últimos anos as novas definições sobre o conceito de espaço vão incluindo a base natural.

Assim encontra-se em Santos (1996, p. 73) que o autor considera, “o espaço, como formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório do sistema de objetos e sistema de ações, sendo as formas que se representam as relações homem / natureza, mais a vida que as anima.” Dessa maneira o sistema de

objetos é considerado como tudo que existe na superfície terrestre, todo resultado da ação humana e a herança da história natural. O sistema de ações é o conjunto de relações sociais de produção.

Para poder-se traçar um paralelo aos conceitos de espaço natural e social e inserir o de planejamento ambiental para a geografia do turismo, Rodriguez (2007, p. 55) coloca que.

O conceito apresentado por Santos de espaço é muito próxima a de "paisagem social" ou sistema socioambiental, é perfeita e completamente articulável com os de paisagem natural ou geossistema. Em primeiro lugar, porque o espaço geográfico, como é definido por Santos constitui um nível de organização da complexidade superior, que inclui em si, a paisagem natural (CAVALCANTI e MATEO, 1997). Essa definição de espaço permite aproximar a de meio ambiente, como categoria filosófica, superando assim, a dicotomia Natureza/Sociedade e articulando a questão ambiental a criação de espaços.

Para a organização de Planos, Programas e Projetos em turismo como a exemplo do Caminho do Peabiru a criação de um roteiro de peregrinação ou turismo, é necessária a ocorrência da articulação apresentada por Rodriguez, já que a atividade de turismo produz relações entre o objeto (nesse caso o meio) e o sujeito (as atividades humanas).

A situação que mais se verifica atualmente em áreas onde a atividade turística se desenvolve, é ligado a esgotamento ambiental, desequilíbrio ecológico e também social. Devem-se principalmente a uma atitude de desconhecimento das propriedades dos sistemas naturais, que motivam ocupação e exploração dos recursos naturais pelas atividades de turismo. E de outra parte a negligência sobre o que representa a figura da natureza na implantação dos sistemas turísticos, segundo o papel da tecnologia na transformação e exploração dos recursos, quase que como se fosse de "domínio" do homem.

Para tanto, mudar essa situação exige mudanças de comportamento, conceitos e até a quebra de paradigmas e quem sabe as estruturas socioeconômicas. Exige dos planejadores que conheçam como funcionam os sistemas naturais e sociais, de quais são suas potencialidades e suas limitações, para então estabelecer escopos objetivando equilibrar as relações entre os sistemas ambientais e sociais.

O planejamento ambiental de acordo com Chávez (1993, p. 15) “se contrapõe ao planejamento tradicional, que é setorial, determinista e linear, buscando uma só opção. Tem como propósito fundamental a busca de sistemas ambientais rigidamente projetados, estáveis e constantes.” Para trabalhar com as atividades ligadas ao turismo, que é considerado um sistema aberto, é necessário que se busque um instrumento articulado ao processo de decisão à gestão social e ambiental.

Para Vainer (1995, p. 25) o planejamento ambiental é:

Integrador, sistêmico, multiopcional e probabilístico. Seu propósito fundamental é a busca de comportamentos desejáveis dos sistemas ambientais, no contexto de um regime dinâmico interno e de adaptação às mudanças do meio exterior. A concepção do planejamento ambiental exige uma visão sistêmica, holística e dialética da relação Natureza/Sociedade.

O planejamento ambiental baseia-se nos seguintes princípios apresentados por Rodriguez (1997, p. 43).

- * Desenho integrativo: que implica a integração das diferentes categorias de sistemas ambientais, diferentes níveis de escala, das dimensões dos processos, sobre os planejados e os sujeitos-objetos do planejamento e entre a sociedade e natureza;
- * de diferenciação e integração territorial: que implica em contar a organização e estrutura territorial e os diversos parâmetros da diversidade, com o intuito de aperfeiçoar o fundamento espacial da sociedade;
- * de funcionalidade e dinâmica: que implica a otimização do regime dinâmico-funcional sob condições de um tratamento multidimensional aberto;
- * de validade e participação social: que significa o enriquecimento mútuo do saber técnico e a experiência, aspirações e condicionantes psicossociais da população;
- * de garantir a capacidade institucional para a gestão ambiental: que implica a otimização dos procedimentos da administração e coordenação que assegurem a coerência interna e externa segundo os recursos disponíveis.

Estes princípios são conhecidos como as cinco etapas que não podem faltar ao planejamento ambiental.

Justamente o Planejamento Ambiental pretende desenvolver-se sobre a base da idéia de que é o homem e suas atividades (sociais e econômicas) e as suas relações com os objetos (natureza) em sua totalidade como um sistema de

relações, é que unidos levarão a formação de modelos como um eficaz instrumento pela gestão e o planejamento de atividades de turismo.

Os modelos definem-se como o substituto, na forma análoga, do objeto original. Definido por Rodriguez (2007, p. 57) como, “permitindo combinar os princípios de reducionismo e integração sintética sendo, portanto, instrumento insubstituível na investigação de objetos de organização tão complexa como são as paisagens.” O termo modelo, como apresentado aqui pode ser entendido como tipo de planejamento utilizado para auxiliar no processo de organização da atividade turística nesse caso.

O modelo de planejamento escolhido para auxiliar no desenvolvimento de um projeto de turismo deve ajudar na estrutura, funcionamento, dinâmica e desenvolvimento das atividades de turismo e das relações e processos que ocorram neles em conexão com outros fenômenos que coexistam simultaneamente.

Porém uma das atividades mais importantes para a confecção de um Projeto é a etapa de organização do escopo do projeto, ao se escolher a partir da experiência dos profissionais envolvidos o modelo de planejamento a ser utilizado, e no caso do Caminho do Peabiru, onde existe o envolvimento de atividades sociais e econômicas em meio à natureza, é necessário que se elabore nos trechos a serem colocados em funcionamento a classificação das paisagens contemporâneas (ou antropogênicas) e é a partir do critério de grau de mudanças das paisagens que Rodriguez (2007, p. 163) propõe as seguintes categorias.

- Paisagens naturais (radicais não modificadas ou debilmente modificadas): que não experimentaram o impacto da atividade econômica ou que ocorreu de forma através da migração tecnogênica dos elementos químicos, devido em particular a contaminação regional e global da atmosfera;
- Paisagens antroponaturais (mudadas, modificadas ou derivadas): têm experimentado a transformação principalmente dos componentes bióticos. Distinguem-se de acordo com a profundidade das mudanças as paisagens naturais secundárias, as modificações antropogênicas amenas (com uma cobertura vegetal muito transformada, mas que ainda conservam a capacidade de recuperação); as recuperações antropogênicas fortes (que perderam a capacidade de recuperação do estado original);
- Paisagens antrópicas (tecnogênicas): nas quais se mudam não só os biocomponentes, mas também os inertes (relevo, embasamento geológico). Nelas distinguem-se as paisagens reguladas (paisagens

industriais, hídricas, urbanas, etc.) e as autodesenvolvidas (savanas e desertos antropogênicos, morros mediterrâneos, etc.).

Como resultado da análise espacial das combinações apresentadas acima e tendo como referência a classificação proposta do Rodriguez para as paisagens antropogênicas, adapta-se como apresentada na figura 20, para o uso em turismo de forma sintética e voltada ao Projeto Caminho do Peabiru um conjunto de critérios de classificação de paisagens antropogênicas.

| Categorias | Classes (Formas da atividade humana) | Tipos (Utilização e Ocupação) | Mudanças e Intensidade da Modificação (Hemerobia) | Componentes Naturais Afetados pela Modificação |
|---------------------------------|---|--|--|---|
| Naturais e Semi-naturais | Áreas Naturais | <ul style="list-style-type: none"> • Áreas naturais sem uso funcional • Reservas, parques e diversos tipos de áreas protegidas | Não modificadas ou levemente modificadas | Composição da Atmosfera |
| | Exploração Florestal | <ul style="list-style-type: none"> • Bosques virgens e produtivos • Bosques e secundários • Plantações florestais | Levemente Modificada | Cobertura Vegetal e mundo animal |
| Antropo-naturais | Turística | <ul style="list-style-type: none"> • Parques recreativos • Zonas turísticas • Roteiros de Peregrinação | Modificação leve a moderada | Mesorelevo, Microrelevo e microclima |
| | Pastoril | <ul style="list-style-type: none"> • Pastos naturais • Pastos herbáceo-arbustivo • Pastos artificiais ou melhorados | Modificação moderada a forte | Microrelevo e microclima |
| | Agrícola | <ul style="list-style-type: none"> • Plantações arbóreas perenes • Campos e focos agrícolas e sub. • Plantações agrícolas de sequeiro | Modificação forte a muito forte | Solos, águas superficiais e subterrâneas |
| | | Plantações agrícolas irrigadas ou dissecadas | Modificação forte e transformação artificial | |
| Antrópicos | Urbana | <ul style="list-style-type: none"> • Cidades intermediárias ou grandes • Povoados e vilas rurais • Pequenas propriedades | Artificialização e transformação antropogênica | Mesorelevo e mesoclima |
| | Exploração de recursos hídricos | <ul style="list-style-type: none"> • Reservatórios pequenos e rios e canal • Grandes Barragens | | |

Figura 4 – Classificação Sintética das Paisagens Antropogênicas no Turismo.
Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Rodriguez (2007, p. 165).

Quando o assunto é o turismo é necessário que se leve em consideração a avaliação do impacto econômico sobre o meio ambiente e o caráter e grau de transformação do território pela atividade econômica que é a do turismo nesse caso, distinguindo-se de acordo com Glushko e Ermanov (1988, apud

RODRIGUEZ 2007, p. 164) os seguintes tipos de classificação geocológica das paisagens contemporâneas:

- Paisagens otimizadas: incluem as modificações antropogênicas das paisagens naturais com potencial biológico acrescido, onde se cria uma nova estrutura paisagística. Em geral desenvolve-se sob rigoroso controle do homem, se utilizando de um conjunto de medidas de proteção;
- Paisagens compensadas: incluem as modificações antropogênicas das paisagens naturais com um potencial biológico próximo ao natural. Nelas substitui-se a vegetação natural, por formações vegetais equivalentes, segundo a produtividade biológica. Com a utilização de medidas regulares sustenta-se o estado de partida dos geocomplexos, para apoiar a estrutura paisagística natural ou transformada;
- Paisagens esgotadas (oprimidas): são as modificações antropogênicas em condições de uso extensivo. Caracterizam-se por mudanças na estrutura paisagística que esgotam as propriedades da maioria dos componentes, debilitando das relações inter e intrapaisagísticas. Em geral, leva ao empobrecimento da composição das espécies da cobertura vegetal, decresce a produtividade, degradam-se os solos, existindo, em geral, efeitos ecológicos negativos;
- Paisagens alteradas: são complexos antropogênicos nos quais predominam a atividade econômica irracional, que conduz ao desenvolvimento espontâneo de processos irreversíveis e a degradação completa das paisagens.

Dentro das classificações apresentadas, pode-se com certeza afirmar que no ramal Botucatu onde se desenvolveram a maior parte dos levantamentos dessa pesquisa, encontra-se com freqüência as paisagens esgotadas e as paisagens alteradas.

Parte-se desse pressuposto e entende-se que são necessárias aplicações de mais técnicas que possam subsidiar as ações e conseqüentes mudanças antropogênicas que serão impressas pelo desenvolvimento do Projeto Caminho do Peabiru nesse Ramal, com isso nos últimos anos tem sido aplicada a técnica da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), referindo-se particularmente aos sistemas paisagísticos que são os que mais interessam as atividades de turismo.

Para isso é necessária a definição de alguns conceitos como expõe Mujina (1973, apud RODRIGUEZ 2007, p. 166).

- Ações humanas (impactos): são os meios e formas mediante as quais a atividade humana dá lugar à alteração dos sistemas paisagísticos. Distinguem-se, por exemplo, os seguintes tipos de

ações: extração e introdução de substâncias e energia na natureza, transformação de substâncias e energia na natureza, construção de obras artificiais e etc.

- Mudança na natureza (provocada pela atividade antrópica): são aquelas modificações e transformações nas propriedades de estrutura, funcionamento, dinâmica) dos componentes e complexos naturais provocados pelo impacto das ações humanas. Distinguem-se as mudanças primárias e secundárias. As mudanças primárias são aquelas provocadas diretamente por ações humanas, por exemplo, as mudanças na reserva e circulação da energia e substância, as mudanças no estado químico, físico e mecânico de substância e energia; as mudanças na dinâmica (regimes) dos processos naturais, etc. As mudanças secundárias na natureza são aquelas mudanças provocadas por reações em cadeia, geralmente de forma indireta. São, portanto, as mudanças na estrutura, relações, volume e produtividade dos sistemas naturais.

Existem ainda as mudanças na natureza divididas em casuais e colaterais. As mudanças casuais são as imprevistas produzidas como resultado da exploração dos recursos naturais, tanto os extensivos (turismo, pecuária) quanto os intensivos (extração de minerais).

As mudanças colaterais são diretas e comumente provocadas pela construção de obras lineares como ferrovias, canais, linhas energéticas e etc.

Os efeitos ambientais dessas mudanças são resultados promovidos pelas ações humanas sobre os sistemas naturais, que de uma forma ou outra incidem na atividade vital, social e econômica das sociedades humanas que neste caso irão se beneficiar da atividade turística. Os benefícios podem ser positivos, quando de caráter favorável, ou negativos, quando de caráter desfavorável.

Para Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2007, p. 167) é necessário que se distingam os tipos de efeitos negativos, e sob nossa análise também, pois será nesse ponto que faremos um salto para os aspectos que mais interessam para a análise sob a ótica da geografia do turismo.

- Nas funções da natureza: a degradação quantitativa e qualitativa dos recursos naturais (a função de reprodução de recursos); a contaminação e degradação do meio ambiente humano (e função de formação do meio); a redução de territórios livres e crescimento de paisagens alteradas (função de espaço); a redução de áreas de paisagens virgens e o decréscimo da diversidade das paisagens e da biota (função de conservação do fundo genético) da geodiversidade e da biodiversidade;
- Nas funções econômicas: o decréscimo do volume e qualidade da produção; o incremento dos prazos de manutenção dos elementos técnicos e o equipamento; o decréscimo da produtividade

do trabalho e dos gastos materiais na produção; o crescimento da flutuação e redução da qualificação dos recursos humanos; as mudanças na estrutura e especialização da economia; nos fluxos de transporte e na infra-estrutura, etc.;

- Nas funções sociais: a deficiência na saúde da população; o acréscimo da migração da população e a redução do tempo livre; o crescimento dos gastos do tempo nos serviços sociais; as mudanças na estrutura demográfica da população; as correntes de migração e a ocupação da mão de obra.

Far-se-á nesse momento um parêntese, pois, é necessário que fique claro, que os efeitos nas funções econômicas e sociais são denominados de Conseqüências Ambientas. Estas conseqüências ambientais são o foco da metodologia voltada para sistemas informacionais que poderão auxiliar na geografia do turismo.

Nas atuais condições de intensificação da produção social, tem-se dado cada vez mais importância ao papel da avaliação da informação, com o objetivo de organizar de forma racional as estruturas produtivas e a tecnologia contemporânea, estando condicionado ao intenso desenvolvimento da informática, como um amplo campo de evolução em todas as esferas da atividade da humanidade.

Com objetivos comuns de estruturar sistemas informativos, direcionados a garantir as informações necessárias para a utilização racional e proteção dos recursos naturais, o meio ambiente e as sociedades, dentro da Geografia foram desenvolvidos os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e dentro da Antropologia e Sociologia foram desenvolvidos os métodos de Análises de Redes Sociais (ARS).

Ambos os sistemas são desenvolvidos a partir de complexos meios técnicos, idiomáticos e algoritmos que incluem base de dados e de conhecimentos sobre os aspectos territoriais da interação Natureza/Sociedade/Cultura.

O objetivo dos SIGs é a manifestação territorial, espacial e regional da informação. E o objetivo das ARSs é de identificar estruturas sociais, visualizar a complexa rede social que é tecida na região estabelecida pelo projeto e assim informar-se do contexto social entre o qual irá trabalhar para planejar de melhor maneira as ações necessárias para o desenvolvimento do mesmo.

Um dos elementos centrais dessa pesquisa é apresentar essa nova ferramenta, pouco conhecida da Geografia, além de apresentar um estudo de caso

voltado ao Projeto Caminho do Peabiru no Ramal Botucatu, apenas como exemplo das inúmeras possibilidades para a utilização das ARS pela geografia do turismo.

Para que isso ocorra é necessário que o leitor conheça com detalhes a história destes antigos caminhos e com riqueza de detalhes parte da história do Caminho Peabiru em uma extensa, porém, importante revisão bibliográfica sobre o tema, já que as fontes são de difícil aquisição e até mesmo raras como poderá se verificar nas leituras que se apresentarão.

Toda essa fundamentação culminará com a demonstração da evolução de uma das atividades de campo realizadas na pesquisa, deixando claro que é possível a partir destes territórios no passado desterritorializados da cultura indígena ser territorializados por meio do turismo com a criação de um roteiro de caminhada sobre partes destes caminhos antigos tornando novamente estes territórios em locais valorizados e conseqüentemente desenvolverem sob os aspectos sociais, culturais, econômicos e até mesmo ambientais a população que vive atualmente em suas cercanias.

5 A HISTÓRIA DO CAMINHO PEABIRU

A concepção de que existiram caminhos antigos que se estenderam por grande parte do território da América do Sul e mais precisamente dentro dos atuais limites geográficos brasileiros, no período compreendido entre os séculos XV até XVIII, é um assunto discutido na atualidade, mas sem comprovações ou embasamentos suficientes.

Na época da chegada dos primeiros conquistadores, por volta de 1500, o Brasil e grande parte das Américas eram habitados por índios das mais diferentes etnias, que viviam espalhados por grandes extensões do território nacional, e que atualmente, apenas fazem parte da memória por meio dos relatos da história colonial ou lembrados como pontos de coordenada geográfica de sítios arqueológicos indígenas. Percebe-se que da mesma forma que Todorov (2003, p. 50) diz que existia grande desconhecimento da cultura dos índios e de sua assimilação com relação às questões relativas à natureza, não se pode esperar encontrar nos escritos de Colombo ou outro “descobridor” qualquer, descrições detalhadas, da população ameríndia que vivia aqui, nem dos caminhos que estas pessoas utilizavam.

Era uma terra repleta de riquezas, e as populações que aqui estavam presentes, já a faziam há muito tempo como afirma Preziosi (1995, p.23).

Os povos que viviam na América antes da invasão dos espanhóis e portugueses chegaram mais ou menos na mesma época das grandes migrações humanas por todo o planeta. Isso aconteceu por volta de 50.000 anos atrás, já por volta de mil anos antes de Cristo, se deu início a formação das grandes civilizações em continente americano. São as grandes civilizações que nós conhecemos como Maia, Asteca e Inca.

O que parece inegável e chega a afetar a razão dos pesquisadores da atualidade, é que até o presente momento os dados foram tratados pelos pesquisadores do passado como se estas memórias não fossem importantes para constarem dos primeiros relatos além dos mesmos terem sido alterados como veremos nas primeiras cartas dos jesuítas e também como afirma novamente Todorov (2003, p. 265).

A boa informação é o melhor meio de estabelecer o poder: vimos com Cortez e as ordenanças reais. Mas, por outro lado, o direito à informação é inalienável, e não há legitimidade do poder se este direito não for respeitado. Aqueles que não se preocupam em saber, assim como os que se abstêm de informar, são culpados diante de sua sociedade: ou, para dizê-lo em termos positivos, a função da informação é uma função social essencial. Ora se a informação for eficaz, a distinção entre “impor” e “propor” continuará a ser pertinente.

É oportuno analisar-se a historiografia do descobrimento, pois na maior parte dos relatos os grandes feitos foram atribuídos apenas aos conquistadores e nunca as sociedades que aqui viviam. Atualmente o que se verifica é que a verdadeira informação foi deixada de lado e sofre-se a imposição da história da maneira que mais convenientemente foi acordada entre as Coroas Portuguesa e Espanhola ou aos pesquisadores da época.

Ao se procurar evidenciar a história dos caminhos antigos como importante ferramenta para a discussão da colonização da América do Sul e mais precisamente do Brasil, é a partir das localidades como neste caso o Caminho do Peabiru que se tenta re-configurar por meio de mapas históricos e “coordenadas geográficas” a história desses antigos caminhos.

Os limites e certa imprecisão contada na maioria de nossos livros de história e geografia, é que estabelecem os contextos atuais sobre a configuração destes caminhos que foram utilizados para a colonização tanto espanhola quanto portuguesa, dessa forma, poder-se-á utilizar da cartografia atual e dos mapas antigos para abordar-se a rota denominada atualmente de Caminho do Peabiru, como podemos verificar na figura 5, e mais especificamente em um ramal designado por dois nomes “Botucatu” ou “Campo Mourão”.

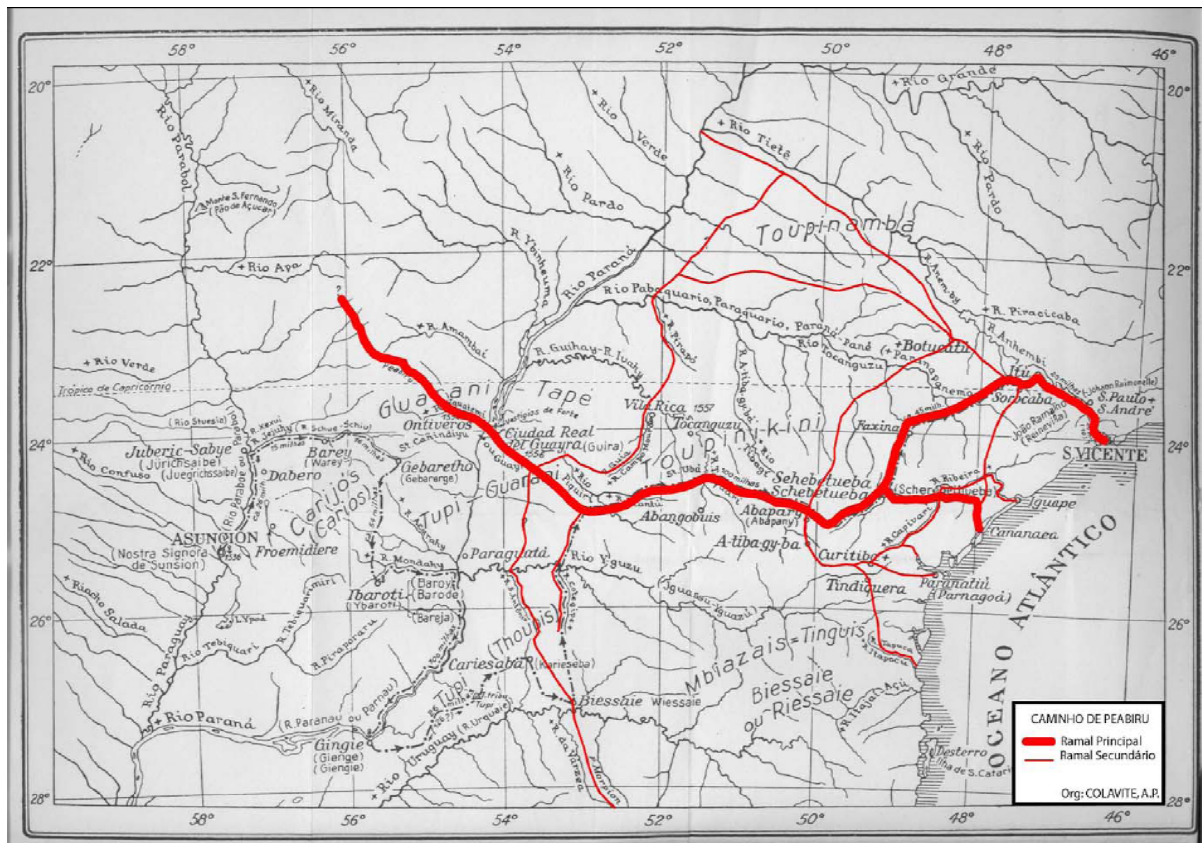


Figura 5 – Caminho Peabiru e Ramais Secundários.
Fonte: Colavite (2006)

Deve-se também entender que não apenas a história foi deixada à margem da cientificidade neste caso, também a geografia que analisa os espaços foi parcialmente apagada, como ressalta Santos (2006, p. 29) dizendo que,

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica, não é, todavia, completamente explorada.

De maneira injusta permanece um silêncio então sobre o espaço e sua importância para a história da América do Sul, o que deixa claro que é preciso rever não apenas os aspectos da história colonial brasileira ou os fazeres da elite política que devem ser preservados e valorizados, mas, a história e a cultura de outros segmentos de uma população tão heterogênea como a brasileira que também devem ser valorizadas como os índios e os primeiros negros escravos em sua maioria Africanos.

O meio natural, técnico, técnico científico e informacional são bases teóricas auxiliares importantes para que se possa compreender o processo histórico de produção do espaço e para auxiliar a construção de novos campos teóricos ou revisar os já existentes a partir de métodos e metodologias visando valorizar a literatura sobre a história da colonização brasileira.

O meio técnico é diretamente responsável pelas transformações que ocorreram no passado, porém, na atualidade esta busca por informações e o resgate histórico e físico do Peabiru que se é necessário realizar, pode trazer novas transformações, só que estas novas transformações precisam estar ligadas às novas técnicas desenvolvidas socialmente, culturalmente e ambientalmente.

A rota Peabiru, por exemplo, possui importância por vários motivos. A “estrada” era muito utilizada pelos índios nos seus afazeres e ainda possuía um significado extremamente simbólico como espaço de passagem para a chamada “Terra sem Males” ou a terra prometida, local sagrado para a cultura indígena, além disso, de acordo com a narração de Visconde de Porto Seguro no livro História Geral do Brasil (16xx, p. 154), os índios acreditavam, por tradição e crença, na existência de certo barbado Semi-Deus Sumé, que lhes ensinará a utilizar a mandioca, e que este Sumé teria andado pelos caminhos indígenas, o mesmo relato diz ser São Tomé, um dos apóstolos de Cristo que peregrinou por várias partes do globo antes de se dirigir para o território asiático. Estes caminhos também podem ser considerados uma porta de entrada para a terra encontrada pelos portugueses. Além disso, permitiu que os Europeus adentrassem o sertão e constituíssem inúmeras vilas.

De acordo com Galdino (2002, p. 17) era enorme caminho que cortava o continente e serviu de passagem para aventureiros, sacerdotes soldados, caçadores, entre outros. Porém, mesmo sendo certo afirmar que existiam as trilhas, a dificuldade está em comprovar quem foram os seus construtores com precisão. Parece certo que esta afirmação é quase uma incógnita.

Dessa forma, os poucos trechos conhecidos que restam estão fadados a desaparecer num duplo sentido. Por um lado, podem sumir por completo fisicamente. Por outro, podem deixar de ser conhecidos da população nas próximas gerações.

Este desaparecimento pode ser evitado por um trabalho que reconstrua alguns elementos da rota, mesmo que esta reconstrução seja somente

simbólica ou apenas a partir de um minucioso trabalho bibliográfico e arqueológico. Mas são poucos os vestígios desta trilha no Brasil. A agricultura pode ser considerada a grande responsável por esta situação. A utilização das terras nas atividades de plantio apagou boa parte do trajeto. Além disso, os pequenos trechos que restam estão completamente abandonados por órgãos que deveriam ser responsáveis pelo serviço de preservação do patrimônio histórico e cultural.

Cabe ressaltar, inicialmente, que serão investigados os territórios onde estavam dispostas as tribos indígenas, que compreendem atualmente os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo em território brasileiro e os países do Paraguai, Argentina, Bolívia e Peru, pois é inimaginável explicar a colonização do território Sul Americano sem deixar claro ou pelo menos aprofundar os estudos acerca dos avanços no território adentro pelas bordas do continente pelos colonizadores portugueses e espanhóis, sem conhecimento geográfico destes territórios, daí a necessidade de se manter ou tentar manter um bom vínculo com as populações indígenas no litoral, como Sodré (1963, p.129) diz:

Sem o gentio, portanto, não se dava um passo. Era ele que remava, caçava, pescava, fazia as farinhas, lavrava a terra, guiava as expedições, passava as cachoeiras, indicava os perigos e os meios de escapar a eles, apontava os tipos de flora e da fauna, construía os povoados e dava apoio irrestrito na maioria das vezes.

Pode-se afirmar que a conquista do território então seria por demais complicada se não fosse o apoio indígena e como cita Vicente Salvador (apud WEHLING 1994, p.99). “No nordeste, no sudeste e no sul, os portugueses finalmente deixaram de arranhar a costa como caranguejos para conquistar os sertões”. E isso graças a “gentilidades” dos povos moradores que aos poucos foram catequizados e depois escravizados, quando não mortos como animais, sem piedade alguma por parte dos colonizadores.

5.1 VISÕES ACERCA DO CAMINHO DO PEABIRU

Rosana Bond, (2005, p.82) fala sobre o mais conhecido desses caminhos, o “Caminho de Peabiru”:

O Peabiru somava aproximadamente três mil quilômetros, desde o oceano Atlântico ao Pacífico, atravessando terras do Brasil, Paraguai, Bolívia e Peru. No território boliviano e peruano, o Peabiru se interligava com o sistema de estradas incas.

Luiz Galdino (2002, p.17) fala sobre o Peabiru como uma rota interligando os territórios sul americano bem como suas ramificações.

É certo que existia a trilha dos Tupiniquins, assim como existia a trilha dos tupinambás e as dos Tamoios. E havia a trilha dos Ganá, a dos Carijós e, sobretudo a dos Guaraní. Diante de tal panorama, composto por uma intrincada rede de trilhas, o Peabiru teria conquistado maior celebridade pelo fato de ligar o planalto de Piratininga ao Guairá e a Assunção, escalas importantíssimas a caminho do Peru.

O artigo de autoria de Igor Chymz e Zulmara Clara Sauner (1971, p. 37), do centro de estudos e pesquisas arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, coloca que.

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos, especialmente em setembro de 1970, Abril e Maio de 1971 sobre o caminho de Peabiru abrangeram os municípios de Campina da Lagoa, Ubatã e Corbélia os dois primeiros situam-se à margem direita do rio Piquiri e, o último, à margem esquerda do mesmo rio. O trecho estudado atingiu partes de três regiões estabelecidas para o cadastro de sítios arqueológicos: PR, RO, PR UB e PR CO, respectivamente. As duas primeiras estão delimitadas pela estrada de rodagem que parte do Porto Vera Cruz, no rio Piquiri, passa pela sede do município de Campina da Lagoa e continua em direção a Campo Mourão, ambas são separadas da CO pelo curso do rio Piquiri.

Evidências científicas contidas nestas publicações dos autores citados acima indicam uma possível veracidade da obra do Peabiru e sua localização em território brasileiro.

Hipóteses sobre o caminho de Peabiru identificam o desenho das estradas e dos ramais como sendo concebidas pela civilização Inca, como fosse uma extensão de seu império até o oceano Atlântico, vestígios de fragmentos de cerâmicas e utensílios encontrados no estado do Paraná na década de 1970 fortalecem este pressuposto, pois, foram identificados como sendo de origem dos índios Peruanos (Incas), civilização tida como uma das mais avançadas culturalmente na época dos descobrimentos. Foram observados aspectos culturais

fortes dessa civilização nas nações indígenas dos Itararés (antepassados dos guaranis), com as mesmas técnicas agrícolas relacionadas às fases de plantio e semelhanças em ritos religiosos.

A descoberta dessas relíquias tão distantes do território peruano por estar vinculado ao fato das culturas indígenas em sua maioria cultivarem hábitos de não estabelecerem residência em um mesmo território por muito tempo (cultura nômade), assim pode considerar-se que as teses da passagem dos Incas em território brasileiro têm fortes evidências.

Existem vários mistérios e indagações sobre a construção do caminho de Peabiru, por parte de vários pesquisadores que se dedicam ao seu estudo, e de acordo com as hipóteses já conhecidas o sentido da construção do caminho para as civilizações indígenas era o objetivo do etéreo, a busca da terra sem mal, na qual não existiam doenças, guerras, fome, e todos se faziam entender independente da cultura e da língua, ali também não existiria a morte.

Sobre a busca da terra sem mal, Sergio Buarque de Holanda, em *Visões do Paraíso* (2004, p. 259 e 283) descreve:

Que a suposta longevidade dos índios fosse efeito dos bons céus, bons ares, boas águas de que desfrutavam eles, é o que a todos resulta patente, [...] Ora a idéia desse mundo resguardado de toda espécie de calamidades e padecimentos físicos, tanto quanto a outra, que ela se enlaça estreitamente, da longevidade extrema dos seus moradores.

Interessante a leitura possível de ser realizada sobre a cultura ameríndia, talvez em reflexão com a cultura do século XXI seria a busca pelas cirurgias plásticas e cremes especiais buscando a longevidade, tentando de certa forma lutar contra o tempo real e linear. Porém, este tempo linear e real é que foi utilizado para a construção destes caminhos antigos que foram depois utilizados pelos colonizadores e então como seria possível pelas condições de transporte e tecnologia disponíveis na época a conquista espanhola do continente percorrer em 30 anos um território de mais de vinte e quatro milhões de quilômetros quadrados de norte a sul e de leste a oeste? (TEIXEIRA, 1978, p.9.).

Possivelmente, foi à maior estrada em extensão já construída pelas mãos do homem, verdadeira maravilha da humanidade que é real e ainda se encontra intacta em pequenos trechos de áreas com vegetação nativa preservada

repleta de mistérios, histórias e lendas sobre sua construção, o seu sentido místico e religioso.

A gigantesca obra da criatividade e persistência dos antepassados indígenas sul americanos começava no litoral brasileiro, nas imediações dos municípios paulistas de Cananéia e São Vicente, adentrava o território paraguaio seguindo para a Bolívia, onde atravessa a gigantesca cordilheira dos Andes e indo até a região sul do Peru, chegando até o oceano Pacífico, essa rota era o caminho principal, ou tronco, ligando vários trechos secundários, conhecidos por ramais, estabelecendo desta forma uma ligação rápida e dinâmica entre os vários povos e culturas indígenas de todo o continente sul americano. Partindo destas considerações, imaginemos agora o deslumbrar do “novo mundo” instigando a curiosidade e ambição pela conquista das novas terras, riquezas e poder, sobre esta condição desbravadora da espécie humana, os colonizadores, para isso, Euclides da Cunha, (1995, p. 11) aponta a seguinte hipótese:

A terra atrai irresistivelmente o homem, arrebatando-o na própria correnteza dos rios que, do Iguazu ao Tiete, traçando originalíssima rede hidrográfica, correm da costa para os sertões, como se nascessem nos mares e canalizassem as suas energias eternas para os recessos das matas opulentas. Rasgam facilmente aqueles estratos em traçados uniformes, terrenos além do Paraná a feição de largos plainos ondulados, desmedidos.

Não se pode ainda relatar com exatidão sobre as datas do início da construção do Peabiru, o arqueólogo da universidade Federal do Paraná Igor Chmyz (1976, p.105) concluiu que: “A obra do término do caminho do Peabiru tem por volta de mil anos”, no ano de 1971, este pesquisador encontrou um sítio arqueológico da cultura indígena Itararé com cerca de 850 anos nas margens de um provável ramal do Peabiru nas imediações do município paranaense de Campina da Lagoa, mas infelizmente este ramal foi destruído um ano depois após a sua descoberta por motivos do cultivo agrário da terra, por estarem situados em propriedades particulares.

Chmyz, (1976, p.112). “Os índios guaranis que habitavam a maior parte do território brasileiro e paraguaio eram detentores de todo o conhecimento sobre o traçado do caminho principal do Peabiru, bem como as suas ramificações.”

A técnica do caminho segue o mesmo padrão desde o tronco principal até seus ramais secundários: uma trilha cavada no solo com aproximadamente 1,40 m de largura por 0,50 m de profundidade, a questão que se coloca entre os pesquisadores é: como foi possível concretizar tal uniformidade nesta obra, bem como os métodos e técnicas utilizadas em sua construção e possíveis ferramentas empregadas? Ainda são desconhecidos e intrigam cada vez um número maior de interessados.

O caminho de Peabiru era apenas forrado por uma espécie de grama com uma trama de raízes bem uniformes, o que impossibilitava que outras espécies vegetais e até mesmo ervas daninhas ali não se desenvolvessem, essa cobertura vegetal tinha a função de não deixar que ocorresse a erosão do solo com as chuvas e o grande número de pessoas que passavam pelo caminho, motivo pelo qual, se apresenta intacto até os dias atuais em curtas áreas preservadas de matas e florestas.

Segundo o padre espanhol Antônio Ruiz de Montoya, (1639, p.87) da companhia de Jesus que se referiu ao caminho do Peabiru e suas características da seguinte maneira:

Alude-se à fama corrente, em todo o Brasil, entre os moradores portugueses e os naturais que habitavam a terra firme, de como o santo apóstolo principiou a caminhar por terra desde a ilha de São Vicente, em que hoje se vêem rastros, que manifestam esse princípio de caminho [...], nas pegadas que [...], deixou impressas numa grande pedra, em frente à barra, que segundo público testemunho se vê no dia de hoje, a menos de um quarto de légua do povoado, há pouco mais de sete léguas da costa, terra a dentro, existe um caminho ancho de oito palmos, e nesse espaço nascia certa erva muito miúda que, dos dois lados, crescia até quase meia vara, e ainda quando se queimassem aqueles campos, sempre nascia à erva e do mesmo modo.

A cobiça dos europeus fez com que a grandiosidade de uma obra milenar como é o Peabiru passasse despercebido sendo simplesmente usada para facilitar a entrada mais facilmente pelos conquistadores. Verdadeiras maravilhas da engenhosidade humana, cuja fantástica riqueza cultural inserida na história desta complexa rota foi deixada de lado por aqueles que se diziam civilizados.

5.2 A UTILIZAÇÃO DO PEABIRU PARA A CONQUISTA DO TERRITÓRIO

Foi em função da exploração do ouro e da prata que despertou a imigração europeia de uma grande leva de “colonizadores” que em suma assolaram o continente através do caminho do Peabiru.

É muito importante constatar que justamente a estrada serviu como porta de entrada que trouxe a devastação e destruição para vários povos indígenas, bem diferentes do sentido lírico de sua construção, que seria o de apenas conduzir o homem para próximo daquilo que acreditavam ser o paraíso na terra, a verdadeira eterna morada dos seus antepassados e deuses.

Foi justamente por meio da grande diferença cultural entre os povos europeus e indígenas que se abriu o caminho para destruição de sua civilização mediante os primeiros contatos com os europeus, Arno Wehling (1994, p. 95) relata sobre os a concepção de valores para as sociedades indígenas e como os portugueses se aproveitaram deste fato:

A bondade e inocência originais do homem, a inexplorável lei natural, o pacto governante – governados, a possibilidade de viver sem acumular riquezas eram teses sociais que recebiam forte endosso empírico, documental, com a visão do paraíso construída ao longo do século XVI.

Holanda (1963, p.18-25) sobre a conquista portuguesa e o seu real interesse apresenta que:

Essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez - se antes com desleixo e abandono. O que o Português vinha buscar era, sem duvida a riqueza, mas a riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho.

Observa-se que a busca ou a procura da terra sem mal (um local sagrado) dos indígenas sul americanos se identifica perfeitamente com aspectos culturais dos europeus no século dos descobrimentos, seria a visão do “paraíso terreno”, a terra prometida de Moises, a “Canaã” bíblica tão procurada durante toda a idade Média, e que finalmente se mostrará real logo abaixo dos trópicos.

A busca justamente deste paraíso é que motivou a construção do caminho de Peabiru por várias civilizações pré-colombianas, e foi justamente esta rota que colaborou com a invasão e conquista dos novos territórios pelos europeus com uma enorme facilidade de locomoção através de sua região costeira até os sertões mais distantes, resultando na quase extinção da população nativa.

O Peabiru foi de grande importância pelo traçado que cortava o continente, e pelos personagens que por ele transitavam: soldados, sacerdotes, aventureiros, missionários, indígenas e escravos os verdadeiros desbravadores de nossa América.

Atualmente o Peabiru pode e deve gerar riquezas quando relacionado à prática do Turismo planejado com o enfoque sócio e cultural. Doris Ruschmann, (apud LUGO, 1991, p. 50) complementa, afirmando que “os fatores que originam a cultura de um povo constituem-se de um posicionamento geográfico, de seu lugar na história, da época e das condições do encontro com outras culturas, e das organizações culturais previamente existentes”.

Nesse contexto, cabe salientar que o desenvolvimento turístico do roteiro do caminho de Peabiru depende do conhecimento teórico e empírico, pesquisas e estudos sobre o tema ajudam a compreender e enxergar as reais importâncias culturais, históricas e sociais deste caminho antigo que pode gerar em um futuro próximo grande interesse por parte da população em conhecer sobre sua existência e gerar assim necessidade da elaboração de certa estruturação turística.

A colonização e a perda cultural

O historiador brasileiro Boris Fausto (2003, p.37) analisa o seguinte quadro em relação à distribuição das principais etnias indígenas no Brasil no momento da chegada dos portugueses ao no início do século XVI:

Quando os europeus chegaram à terra que viria a ser o Brasil, encontraram uma população ameríndia bastante homogênea em termos culturais e lingüísticos, distribuída ao longo da costa e na bacia dos Rios Paraná – Paraguai.

Podemos distinguir dois grandes blocos que subdividem essa população: os tupis – guaranis e os tapuias. Os tupis – guaranis estendiam-se por quase toda a costa brasileira, desde pelo menos o Ceará até a Lagoa dos Patos, no extremo Sul. Os guaranis localizavam-se na bacia do Paraná – Paraguai e no trecho do litoral entre Cananéia e o extremo sul do que viria a ser o Brasil. Apesar dessa localização geográfica diversa dos tupis e dos guaranis,

falamos em conjunto tupi – guarani, dada a semelhança de cultura e de língua.

Segundo Sergio Buarque de Holanda (2004, p.72) que se refere ao mesmo assunto deslumbra a seguinte teoria:

Vários grupos tribais etnicamente habitavam o Brasil no período da conquista. No entanto, apenas tribos pertencentes ao estoque lingüístico tupi foram descritas de forma relativamente extensa e precisa. Foram, ao mesmo tempo, a principal fonte de resistência organizada aos desígnios dos colonizadores e o melhor ponto de apoio com que eles contaram, entre as populações nativas.

De acordo com estas citações, pode-se identificar tanto nas obras literárias de Fausto e Holanda de como a cultura indígena foi utilizada pelo europeu para que a mesma lhe abrisse as portas do novo “mundo” a ser conquistado, o português ao relacionar a nação e língua tupi, bem como suas ramificações lingüísticas como sendo as mais faladas em todo o território, trataram de estudá-lo a fim de facilitar a comunicação com os outros povos indígenas, e assim, possibilitar um contato mais ágil fazendo com que mais rapidamente possível seus intuitos fossem garantidos, independentemente da interação profunda com uma nova cultura.

Sergio Buarque de Holanda (2004, p. 83) ainda acrescenta:

O anseio de submeter o indígena passou a ser o elemento central da ideologia dominante do mundo colonial lusitano... “submeter” os indígenas equivalia a reduzi-los ao mais complexo e abjeto estado de sujeição. Tomar-lhes as terras, fossem “aliados” ou “inimigos”; convertê-los a escravidão, para dispor de suas pessoas, de suas coisas e de suas mulheres; tratá-los literalmente como seres subumanos e negociá-los – eis o que se entendia como uma solução razoável e construtiva das tensões com os diferentes povos aborígenes.

Já para Darcy Ribeiro (1995, p.49) aborda a questão cultural como:

Frente à invasão européia, os índios defenderam até o limite possível seu modo de ser e de viver. Sobretudo depois de perderem as ilusões dos primeiros contatos pacíficos, quando perceberam que a submissão ao invasor representava sua desumanização como bestas de carga.

Pouco importava aos conquistadores receber algum tipo de influência ou interagir com uma cultura que não fosse a sua própria, passado os primeiros contatos teria que ficar bem claro aos nativos que eles tinham que aceitar os portugueses como os novos e únicos donos da terra e de tudo que ali se encontrava, e que qualquer tipo de insubordinação ou revelia a esta nova realidade seria punida com castigos físicos e até mesmo a morte.

Pois, como identificavam os índios como indivíduos de menor importância, um tipo de produto natural de consumo descartável, mercadoria para escambo, que a qualquer hora poderia ser substituída, eliminada ou trocada de acordo com as conveniências, sem que nada alterasse esta concepção. Holanda (apud ROLT 1982, p.43) deixa claro quando diz que:

Os portugueses apresentaram os brasileiros como selvagens, sem qualquer noção de religião; e como canibais, sem qualquer senso de humanidade: mas isso se fazia para justificar suas invasões do país e os bárbaros massacres dos pobres habitantes; é claro que os índios não eram mais canibais, ou antropofágicos, do que os próprios europeus.

A necessidade de trajetos, caminhos, estradas ou rotas interligando as várias populações indígenas em meio a densa vegetação no século XVI, até mesmo a questão do domínio do povo tupi e suas derivações na maior parte do continente necessitou de um complexo sistema de locomoção e comunicação através dos tempos no processo de colonização.

Arinos (1967, p.308) aborda sobre a importância e influência da língua tupi para a aproximação com as demais tribos indígenas:

Os tupis da costa, da "língua geral" como lhes chamavam os jesuítas, já haviam afastados os tapuias, da "língua travada", para o interior, quando o português arribou. E, assim, as primeiras relações afirmaram-se com os tupis. Estes ocupavam toda a costa, desde o Norte até o Sul. Como falavam a mesma língua, tupi – guarani facilitou o contato com o adventício.

As relações das divisões dos povos e culturas tupis são diretamente ligadas ao surgimento da nação guarani, com o mesmo tronco lingüístico o "tupi-guarani" e com características muito aproximadas no eixo cultural, foram estes dois

povos os mais numerosos em todo o continente sul americano no período da colonização.

Sobre os hábitos indígenas naquela época, Capistrano de Abreu, (1963 p.39) descreve a tremenda simplicidade quanto ao sistema de vida daquelas populações:

De caça e principalmente de pesca era composta sua alimentação animal. Possuía agricultura incipiente de mandioca, de milho, de várias frutas. Viviam em pequenas comunidades. Pouco trabalho dava fincar uns paus e estender folhas por cima, carregar algumas cabaças e panelas: por isso andavam em contínuas mudanças, já necessitados da escassez dos animais próprios à alimentação.

Para as civilizações que já habitavam o território brasileiro não existia a necessidade do acúmulo de riquezas pessoais ou coletivas em uma sociedade que vivia pautada no dia a dia, usufruindo a natureza e fazendo parte dela em uma complexidade sutil e harmoniosa.

5.3 A TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA

O contato com o europeu veio desestruturar esta pacífica relação com o meio ambiente natural, trazendo consigo a escravidão, ganância, doenças, intolerância e principalmente a violência na forma de uma lâmina afiada de espada dilacerando os corpos inocentes ou simplesmente explodindo cabeças com o espantoso estrondo covarde de uma arma de fogo queimando suas vidas quase que instantaneamente na frente de seus pais, irmãos, mulheres e crianças sem a mínima piedade ou chance de defesa.

Os índios queriam apenas e tão somente levar uma existência tranqüila em suas terras e dela tirar o seu sustento como há milênios seus antepassados assim o fizeram repassando seus costumes e ensinamentos através dos tempos, porém, bruscamente essa cadeia fora interrompida pela ação “civilizatória” européia, sendo que nunca mais se restabeleceu com a mesma intensidade após o fatídico ano de 1500.

Boris Fausto (2003, p.40) relata o difícil embate entre culturas tão diferentes e distintas da seguinte maneira:

A chegada dos portugueses representou para os índios uma verdadeira catástrofe. Vindos de muito longe, com enormes embarcações, os portugueses, e em especial os padres, foram associados na imaginação dos tupis aos grandes xamãs (pajés), que andavam pela terra, de aldeia em aldeia, curando, profetizando e falando-lhes de uma terra de abundância. Os brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais.

Mais uma vez, se desenha um cenário dos mais dantescos, uma cultura totalmente desconhecida e oposta tentando a qualquer preço se sobrepor a outra impondo regras e condutas até então nunca utilizadas na cultura nativa.

Os Bandeirantes e os Jesuítas na convivência com os Índios

De acordo com Helio Viana (1967, p.192) que informa sobre o período da história do Brasil correspondente as bandeiras da seguinte maneira:

As entradas e as bandeiras, movimentos de expansão territorial característicos do Brasil, proporcionaram ao país a sua configuração geográfica. O bandeirantismo, designação dada ao movimento de penetração realizado principalmente por moradores da Capitania de São Vicente (depois denominada São Paulo), começou com o ciclo da caça ao índio, ainda na segunda metade do século XVI; entrou no setor da mineração com o ciclo do ouro, ciclo do sertanismo de contrato, e terminou, ainda na era de setecentos, nos ciclos de povoamento.

Em relação ao período das primeiras expedições de exploração dos sertões (áreas além da região costeira), as assim designadas “entradas e bandeiras” oficialmente foram criadas para garantir a coroa portuguesa a legalidade na demarcação, posse e domínio dos novos territórios descobertos no início do século XVI, porém, na prática, foi um pouco diferente quanto os seus objetivos.

Escravizar, pilhar, saquear, promover o pânico, inserir a cultura do terror, estuprar, aleijar, humilhar, matar, passar por cima de tudo e de todos que cruzasse o caminho destas “gloriosas” expedições, sempre apoiado na mais visceral brutalidade animalisca nunca presenciada até então por aqueles povos, que nem mesmo em suas freqüentes guerras tribais, tinham visto tamanha aberração, covardia e desrespeito por semelhante.

Honra, os índios conheciam, até mesmo nas situações de guerra, o que os brancos faziam naquele momento atentava contra qualquer tipo de valor ético ou humano, nem a mais feroz das onças começava a devorar sua caça sem antes ter a certeza de que a mesma já estivesse sem vida através do sufocamento.

Os integrantes das bandeiras atentaram contra todas as leis e códigos naturais da evolução humana mediante suas irracionalidades colocando seus corpos a serviço da terrível arte sádica da destruição voraz banalizando até mesmo a morte. Posteriormente sendo relegados com os louros e glórias em inúmeros quadros que muito bem poderiam ser pintados com o rubro fluido extraídos das veias abertas dos índios e de certa forma, de todo o continente sul americano, de norte a sul.

Na transcrição de um trecho da carta do padre espanhol Antonio Ruiz de Montoya (1985, p. 243-244) descreve o seguinte episódio, quando da entrada dos Paulistas na redução Jesus Maria:

Resolveram os inimigos queimar a igreja..., Confesso a este respeito que os ouvi dizerem que eram cristãos, pois nessa hora estavam com rosários de grande comprimento. Não há dúvida que tenham fé em Deus, mas são do diabo as suas obras. Por três vezes atiraram setas inflamadas, mas, embora com dificuldade, conseguiu-se apagar o fogo. Mostrando, porém, o sol a sua força plena, o fogo fez, na quarta tentativa, a presa irremediável na palha da igreja. Foi ali então a confusão e o vozerio, os prantos de mulheres e a perturbação de todos. Abriram então um portãozinho, pelo qual saíram os índios assim como o faz o rebanho de ovelhas, indo de seu redil ao pasto. Com isso acudiram ao mesmo portãozinho, como possessos do demônio, aqueles tigres ferozes e começaram, com espadas, facões e alfanjes a derrubar as cabeças, trincar os braços, desjarretar pernas e atravessar corpos, matando com a maior brutalidade ou barbaridade já vista no mundo. Provavam eles o fio de aço de seus sabres em cortarem os meninos em duas partes, em um só um golpe, em lhes abrirem as cabeças e despedaçarem os seus membros fracos. Importavam numa confusão horrenda os gritos, o berreiro e os uivos destes lobos, de mistura com as vozes chorosas das mães, que ficavam atravessadas péla espada bárbara e também pela dor de verem despedaçados seus filhinhos.

A transcrição de apenas um trecho da carta do padre Montoya demonstra a façanha “heróica” das bandeiras, relatando um episódio isolado da expansão dos territórios portugueses pelas mãos dos bandeirantes que tão habilmente empunhavam suas espadas em nome da coroa portuguesa levando pendurado no peito a cruz de cristo, símbolo mor do império e da fé lusitana que tão

bem souberam honrar por meio de muita “bravura” em suas destemidas ações sertanistas.

Como estas pessoas nunca poderão ser esquecidas, temos por hábito ressaltar na forma de agradecimento os nobres e dignos heróis, justíssima forma de saudar a valentia e competência dos bandeirantes na função de adubar os solos de toda a nação com o sangue, os despojeis mortais, a alma e a esperança de milhares de infelizes, sem que destes, qualquer menção honrosa fosse lembrada.

A publicação Atlas do Extraordinário (1996, p.116-117) relata sobre as origens das missões jesuíticas e seu rápido crescimento no mundo:

A companhia de Jesus foi fundada em 1534 por Ignácio de Loyola e ratificada seis anos depois pelo Papa Paulo III, porém os jesuítas missionários espalharam-se pelo mundo todo de forma muito rápida tendo sua concentração voltada principalmente para o novo mundo, de Norte a Sul.

Igor Chmyz (1984, p.13) pesquisador das ruínas das reduções jesuíticas no antigo Guairá (atual estado do Paraná e suas cercanias) afirma que:

Em novas terras, fundaram missões e abriram minas de exploração, com a promessa de salvar as almas dos índios, que então pagavam com mão de obra na extração do ouro e da prata. No Paraná os jesuítas chegam por volta de 1610, e com a chegada dois anos mais tarde do padre Montoya, criam-se as primeiras organizações espanholas compostas por índios menos arredios, o que se denominou missões.

Sobre as reduções jesuíticas na antiga província espanhola do Guairá, atual estado do Paraná descreve André Prous (1992, p.547):

As missões jesuíticas em um prazo de 14 anos se estenderiam então ao longo dos afluentes do rio Paraná, com a finalidade de formar linhas estratégicas de defesa contra os paulistas. Mesmo assim, o governo espanhol permite aos paulistas que ataquem as missões em terras paranaenses com a finalidade de escravizar os índios civilizados pelos jesuítas. De nada adiantou as tentativas de defesa levantadas pelos padres jesuítas, sendo que esta série de acontecimentos provocou o êxodo de 12.000 índios para o que vem a ser hoje o atual estado do Rio Grande do Sul.

As bandeiras paulistas ao atacarem as missões jesuíticas e espanholas no Guairá além da facilidade da não resistência por parte dos índios já

catequizados e menos arredios, sabiam também que essas missões estavam explorando o ouro e prata.

Depois da destruição das reduções jesuíticas no Guairá, ocorrida entre 1628 e 1633, os jesuítas levaram suas reivindicações até as últimas instâncias da igreja católica no vaticano, a ponto do papa condenar com a excomunhão todas as atividades dos bandeirantes, sendo que os mesmos furiosos com esta decisão perseguiram e expulsaram todos os padres jesuítas do território paulista.

Os jesuítas baseados nas Reduções de Loreto e Santo Inácio na foz do rio Pirapó com o rio Paranapanema se juntaram aos jesuítas espanhóis das missões de Vila Rica do Espírito Santo e do Guayrá após os massacres do Guairá (atual Paraná), acompanhados de dez mil índios guaranis desceram o rio Paraná em centenas de canoas e ao chegarem à região do Tape no Paraguai e depois ao longo do rio Uruguai fundaram cerca de trinta reduções, bem como se utilizaram de antigas rotas indígenas em meio à mata ciliar desses rios.

6 ASPECTOS HISTÓRICOS E CARTOGRAFICOS DO PEABIRU

Até que ponto a descrição de todas estas mazelas relacionadas a um período trágico da história do país podem condicionar a construção de novas hipóteses e pressupostos a respeito da exploração do homem pelo homem que é um dos cerne da ideologia do capital tão difundida na sociedade moderna atual.

Não se tenta convencer ninguém sobre teorias políticas, sociais ou filosóficas, apenas quando se aborda um tema que muitas vezes é distorcido da história oficial escrita justamente pela mão de quem compactuou e teve participação direta nos fatos, causa estranheza que os livros didáticos no Brasil não têm esta mesma preocupação e simplesmente reeditarem um conceito histórico de pouco valor investigativo e muito superficial.

Ora, longe da intenção deste trabalho acadêmico manchar a digna honra e reputação de homens que percorreram a pé, em lombo de mulas os mais bravios e difíceis relevos e planícies em todo o território nacional cortando matas, montanhas, vales, brejos, toda e qualquer tipo de barreira natural foi transposta, enfrentando animais selvagens em um ambiente pra lá de hostil para delimitar os atuais limites geográficos e físicos do Brasil em uma espantosa marcha que durante mais de um século percorreu distancias até então inimagináveis devido à grande dificuldade relacionada à densa vegetação e as condições de meios de transporte na época.

Contudo, é necessário considerar-se nesse processo a ajuda de grandes ramificações de estradas e caminhos já abertos na mata antes mesmo da chegada dos primeiros europeus nessas terras que cortavam todo o continente, que tal fato poderia ser mais difícil para a empreitada dos portugueses, somente com o auxilio e o trabalho indígena que pode se viabilizar o êxito dessa conquista.

O índio pagou com seu próprio sangue, sofreu as mais terríveis dores físicas que apenas os animais mais fortes podem suportar, roubou-lhe tudo, inclusive seu bem mais precioso: a vida, por ser infelizmente tão “gentil” diante da crueldade ambiciosa daqueles tidos como “civilizados”, o mínimo que hoje possa ser feito para reparar um micronésio da gratidão ao desenvolvimento da cultura do país seria a reflexão interna de cada brasileiro a esta tão desprezada raiz étnica.

Uma cultura nacional pautada apenas nos preceitos do colonizador, que não expressa sentimentos relacionados à suas verdadeiras origens e histórias, que apenas valoriza seus filhos “ilustres” de acordo com o tom de suas cútis, renega suas tradições mais profundas e não reconhece os valores indígenas e negros tão esfacelados durante os séculos na forma da submissão, ignorância, escravidão física, mental e espiritual.

Nos dias atuais, o sentido de colônia explorada até o extremo continua o mesmo, possivelmente nunca deixou de habitar as lindas paradisíacas paisagens como também os povos abaixo da linha dos trópicos, porém, apenas muda a bandeira, ou as bandeiras dos colonizadores.

6.1 CARTOGRAFIA COLONIAL DOS ANTIGOS CAMINHOS

Avança-se agora ao período de interesse de pesquisa, ou seja, a referencia da cartografia no Brasil Colonial. Deve ser clara a idéia proposta que será de uma tentativa de apresentar as primeiras representações cartográficas do território sul americano, e em um segundo momento, apresentar-se a ocupação territorial existente no período em que o espaço era ocupado predominantemente por etnias indígenas. A partir dessa afirmação e utilizando-se de recortes temporais pode-se detalhar esta ocupação apresentando os principais grupos indígenas, ou seja, os mais representativos e propor seqüencialmente que a partir destas ocupações e em função das mesmas é que foram elaborados os “caminhos de estradas” existentes no território e que deram por sua vez o surgimento as suas bifurcações ou ramais como são conhecidos na atualidade. Alguns pesquisadores como o professor Igor Chymz e Sérgio Buarque de Holanda apresentam a hipótese de criação e utilização dos caminhos antigos primeiramente pelas populações indígenas e apenas em um segundo ou terceiro momento realizado pelos colonizadores portugueses e espanhóis.

A primeira representação cartográfica do Brasil aparece no planisfério de Juan de La Cosa, de 1500, mostrando a Costa Norte até as proximidades da Ponta do Mucuripe (Ceará), cujo traçado revela conhecimento que se prendem à viagem de Vicente Yañez Pinzón. Quanto aos documentos

cartográficos portugueses que retratam o Brasil, o primeiro foi o denominado Planisfério de Cantino, existente na Biblioteca de Estense, em Módena na Itália. Foi elaborado em 1502 por um cartógrafo português anônimo, que se baseou no padrão real a qual está disposta na Figura 6. (MEIRA, 2005)



Figura 6 - Planisfério de Cântino.

Fonte: Biblioteca de Estense, em Módena na Itália. Séc. XVII.

A partir deste momento começam a serem elaborados mapas cada vez mais precisos para a época como podemos notar na figura 5 conhecida como Carta Atlântica de 1513 que mostra a abrangência do que era conhecido no século XVI como território do novo mundo.



Figura 7 - Carta Atlântica - Tabula Terre Nove de 1513.

Fonte: Biblioteca Nacional (1513).

Percebe-se na análise da carta anterior a existência de uma série de elementos que já fazem parte da América do Sul chamada de Terra Incógnita, o que mostra que os relatos e expedições ao novo continente já eram uma constante, inclusive percebe-se nomes indígenas para algumas localidades. Para finalizar, esta seqüência de mapas do século XVI, e de acordo com informações de Faria (2006) além destas edições, Cornelis Wytfliet publicou a obra *Descriptionis Ptolemaicae Augmento* em 1597, significando um acréscimo das terras do Novo Mundo, não registradas por Ptolomeu.

Os constantes avanços territoriais permitiram que se fosse de conhecimento quem eram os grupos indígenas presentes em cada porção das novas terras conhecidas e desta forma foram-se atribuindo nomes correlatos a cada etnia indígena. A divisão encontrada no sudeste e sul do Brasil se dá principalmente a duas famílias lingüísticas principais os Itararés e os Tupis-guaranis.

6.2 AS ETNIAS DO PEABIRU

Designa-se afirmar que a língua do tronco lingüístico Jê pertence aos Itararés e conhecidos por Kaingang e a seus subgrupos lingüísticos e representam hoje a terceira maior população indígena no país. De acordo com Noelli (2004, p. 21) estes habitam os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Viveram sempre no Centro Sul do País, nem para o leste e nem para o oeste, ou seja, no centro dos Estados. Foi um grupo sempre muito aguerrido e fugiam do processo de colonização. Dessa forma, foram pacificados depois dos Guaranis. Percebe-se que há o início do delineamento de territórios indígenas diferentes, mas de forma clara quanto aos seus locais de estada.

Os Guaranis habitavam a região litorânea do sul do Brasil, entre Cananéia e o Rio Grande do Sul, o Estuário da Prata, às margens do Rio Paraná, parte do território do Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia. Estes mantêm ainda hoje hábitos notáveis, falam ainda a língua Tupi e formam ainda hoje a maior etnia indígena do Brasil em população. Viviam como uma sociedade de agricultores e habitavam as melhores áreas do cone sul, sendo por isso, sempre expulsos de suas terras por grupos mais fortes, neste caso, os colonizadores. Ao delinear seus subgrupos Shaden (1974, p.34) afirma que,

Seus subgrupos conhecidos são divididos em quatro ramos os M'byá, pain-taviterã também conhecidos como Caiuás, Avá-xiripá ou Avacatu-etê (Nhandewa) e os Chiriguanos. Uma etnia destes subgrupos é a dos Xetá cuja linguagem nunca chegou a ser grafada e desapareceu junto ao seu povo, localizavam-se onde é hoje a região da Serra dos Dourados. Viviam a época a idade da pedra lascada. Os Guaranis receberam também a denominação de Karijós na região litorânea do sudeste e sul do Brasil e de Kariós na região do atual Chaco Argentino e Paraguai.

O certo é que inúmeras foram as etnias presentes nessas regiões com predominâncias como as verificadas acima. Poderemos verificar adiante a evolução do processo de ocupação dessas áreas.

6.3 AS OCUPAÇÕES TERRITORIAIS INDÍGENAS

Em se tratando de conhecer as ocupações dos grupos indígenas no atual estado do Paraná, referente aos períodos pré-cabralianos ir-se-á adotar alguns cortes cronológicos mais amplos e trabalhar-se-á com períodos até 1500 depois de Cristo. As bases informativas para estas definições estão no Atlas Histórico do Paraná organizado por Cardozo (1986, p. 12-19).

A título informativo, cada figura representado nas páginas em seqüência, indicará áreas onde foram realizadas descobertas arqueológicas e que evidencia a presença de grupos humanos indígenas, sendo que em quase a sua totalidade as pesquisas referentes a este tocante foram desenvolvidas pelo pesquisador e arqueólogo Igor Chmyz da Universidade Federal do Paraná, e as terminologias adotadas foram proposições utilizadas por sua equipe, e que deve ficar claro que estas não são expressões finais e nem mesmo são aceitas por todos os estudiosos acerca do assunto, porém são as mais utilizadas na atualidade.

De acordo com Chmyz (apud CARDOZO, 1986, p. 12) se definem as seguintes nomenclaturas:

Tradição: grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal. Fase: qualquer complexo de cerâmico, lítico, padrões de habitação, etc., relacionado no tempo e no espaço, num ou mais sítios. Assim, uma tradição compreende diversas fases. Sítio Arqueológico: local onde se encontram restos de cultura passada. Sambaqui: sítio arqueológico cuja composição é predominantemente de conchas. Já foram identificados 185 sambaquis no litoral do Paraná.

Com referência as figuras a serem trabalhadas deve-se ressaltar que nas de número 8 e 9 dos períodos de 7.500 – 2.500 A.C., indicam a presença de duas fases, a Vinitu e a Bituruna, com a mesma legenda. No atual estágio das pesquisas, é possível afirmar que se trata de uma mesma tradição que ainda não

esta definida. Do contrário as demais estão definidas ainda por Igor Chmyz conforme disposto por Cardoso (1986, p. 12) e são:

| |
|--|
| - a tradição Humaitá – Figuras 8 e 9 |
| - a tradição Umbu – Figura 9 |
| - a tradição Itararé – Figuras 10, 11 e 12 |
| - a tradição Tupi-guarani – Figuras 11 e 12 |

Quadro 2 - Divisão das tradições/etnias indígenas.

Quanto às tradições Humaitá e Umbu conforme explica Hilbert (1994 apud RODRIGUES, 2001, p.43), na seqüência se apresentam como povos de características de caçadores e coletores, e ainda,

Devem-se colocar alguns problemas levantados após as primeiras análises do material lítico pertencente à Tradição Umbu e Humaitá: a) a definição das tradições Humaitá e Umbu se fundamentam em poucos critérios tipológicos; b) a classificação do material lítico se condiciona à associação com "guias - fósseis"; c) a limitação de poucos atributos para classificação induz a uma extrema polarização entre as duas tradições. Como resultado destas simplificações segundo Hilbert ocorre um determinismo cultural, ou seja, um modelo que não tem sofrido alterações nos últimos 30 anos. A configuração atual é de duas culturas distintas que viveram em ambientes também distintos em sincronia cronológica. A definição em vigor é de que a Tradição Humaitá, não possui pontas de projétil e ocupou as matas subtropicais da encosta do planalto. A Tradição Umbu possuindo pontas bi faciais ocupou as planícies do Pampa.

Já as tradições Itararé e Tupi-guarani são detalhadas por indivíduos cujas características são de agricultores e ceramistas. Em síntese, foram identificados como pode ser verificado no quadro 3, sítios destas tradições nas Figuras 12 e 13, de 500 – 1.000 D.C. e de 1.000 – 1.500 D.C., a superposição de legendas indicando a presença simultânea, no período, de tradições diversas. As Figuras 12 e 13 assinalam já evidências da tradição Casa de Pedra ou Itararé.

A partir do quadro 3 será possível um melhor acompanhamento para as leituras dos mapas apresentados após o quadro e ter uma rápida busca quando da leitura dos deslocamentos indígenas no território do atual estado do Paraná após a figura 13.

| PERÍODOS | MAPAS |
|--------------------|--------------|
| 7.500 – 5.000 A.C. | FIGURAS 8 |
| 5.000 – 2.500 A.C. | FIGURAS 9 |
| 2.500 – 0 A.C. | FIGURAS 10 |
| 0 – 500 D.C. | FIGURAS 11 |
| 500 - 1.000 D.C. | FIGURAS 12 |
| 1.000 – 1.500 D.C. | FIGURAS 13 |

Quadro 3 - Referência temporal para auxílio da visualização das figuras.



Figura 8 - 7.500 a.C. a 5.000 a.C.

Fonte: Atlas Histórico do Estado do Paraná (1986, p.13).

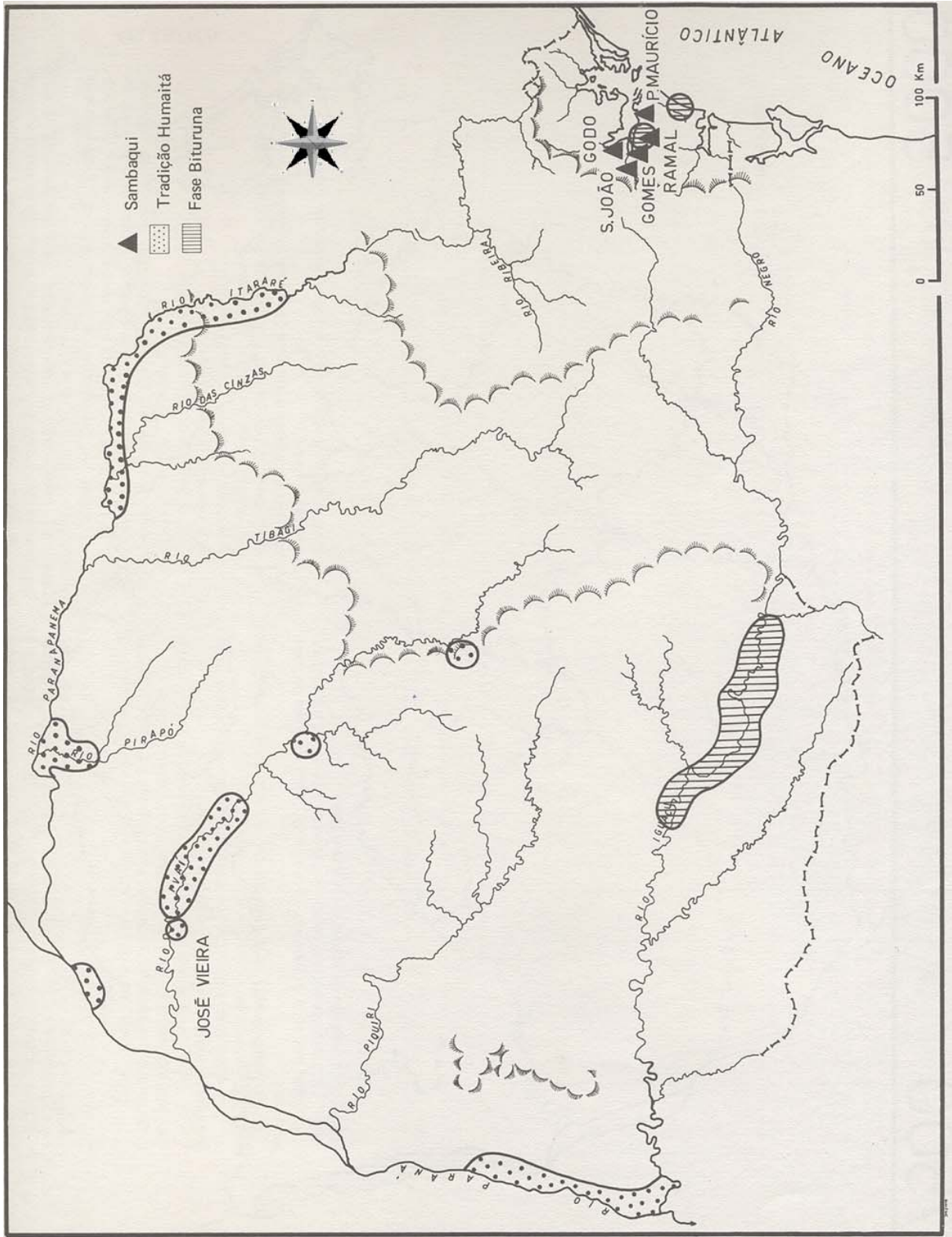


Figura 9 - 5.000 a 2.500 a.C.

Fonte: Atlas Histórico do Estado do Paraná (1986, p.14)

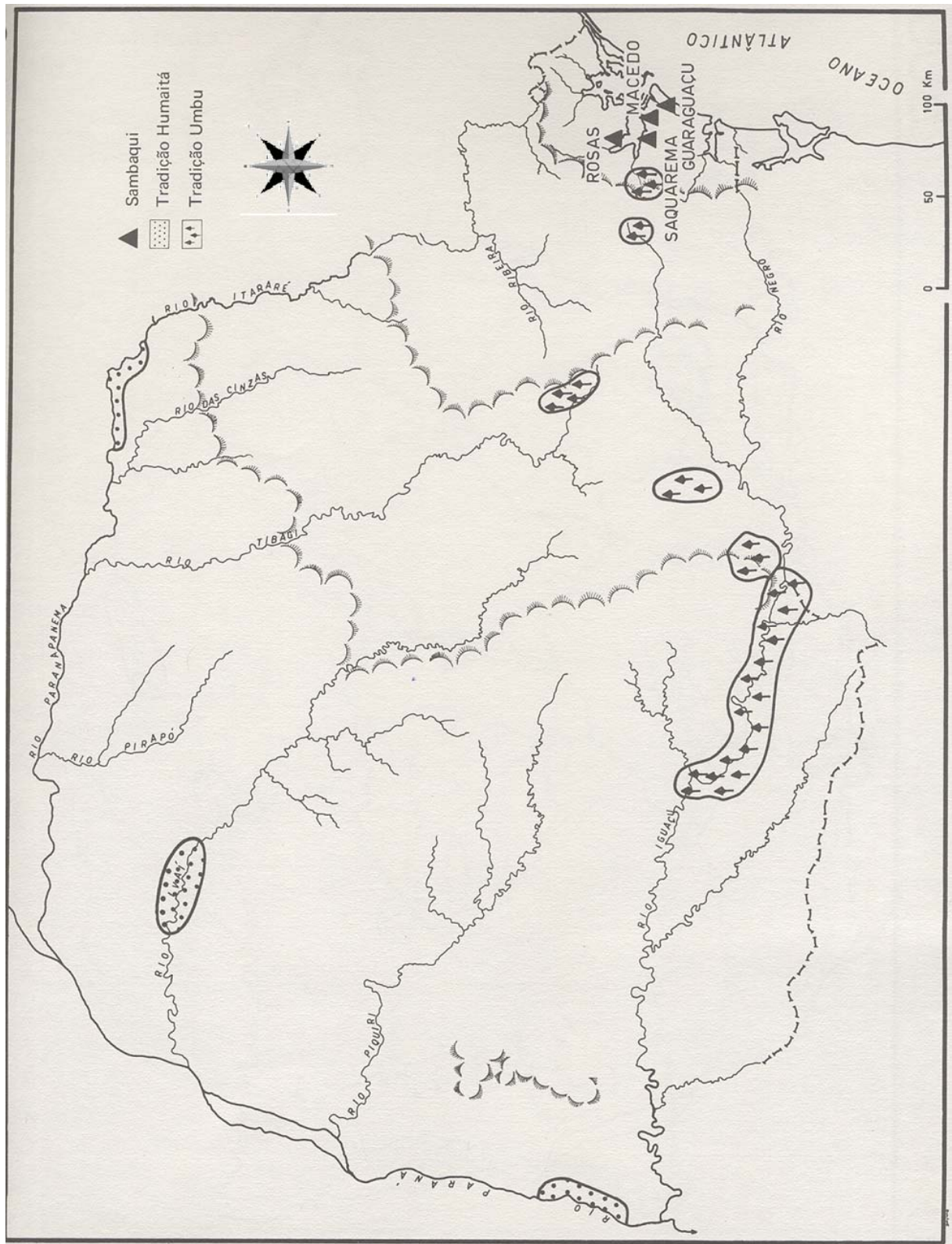


Figura 10 - 2.500 a 0 a.C.

Fonte: Atlas Histórico do Estado do Paraná (1986, p.15).

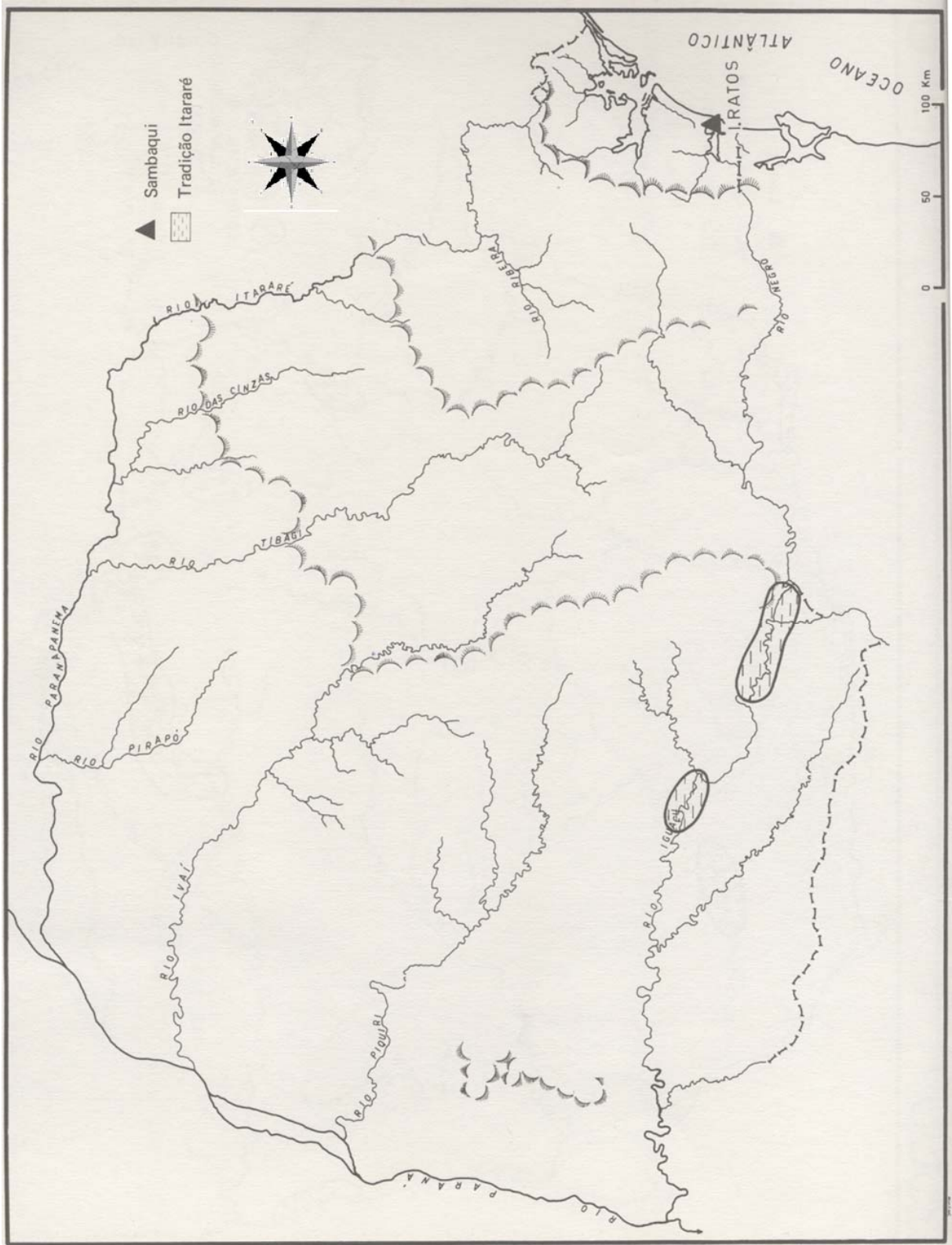


Figura 11 - 0 a 500 d.C.
Fonte: Atlas Histórico do Estado do Paraná (1986, p.16).

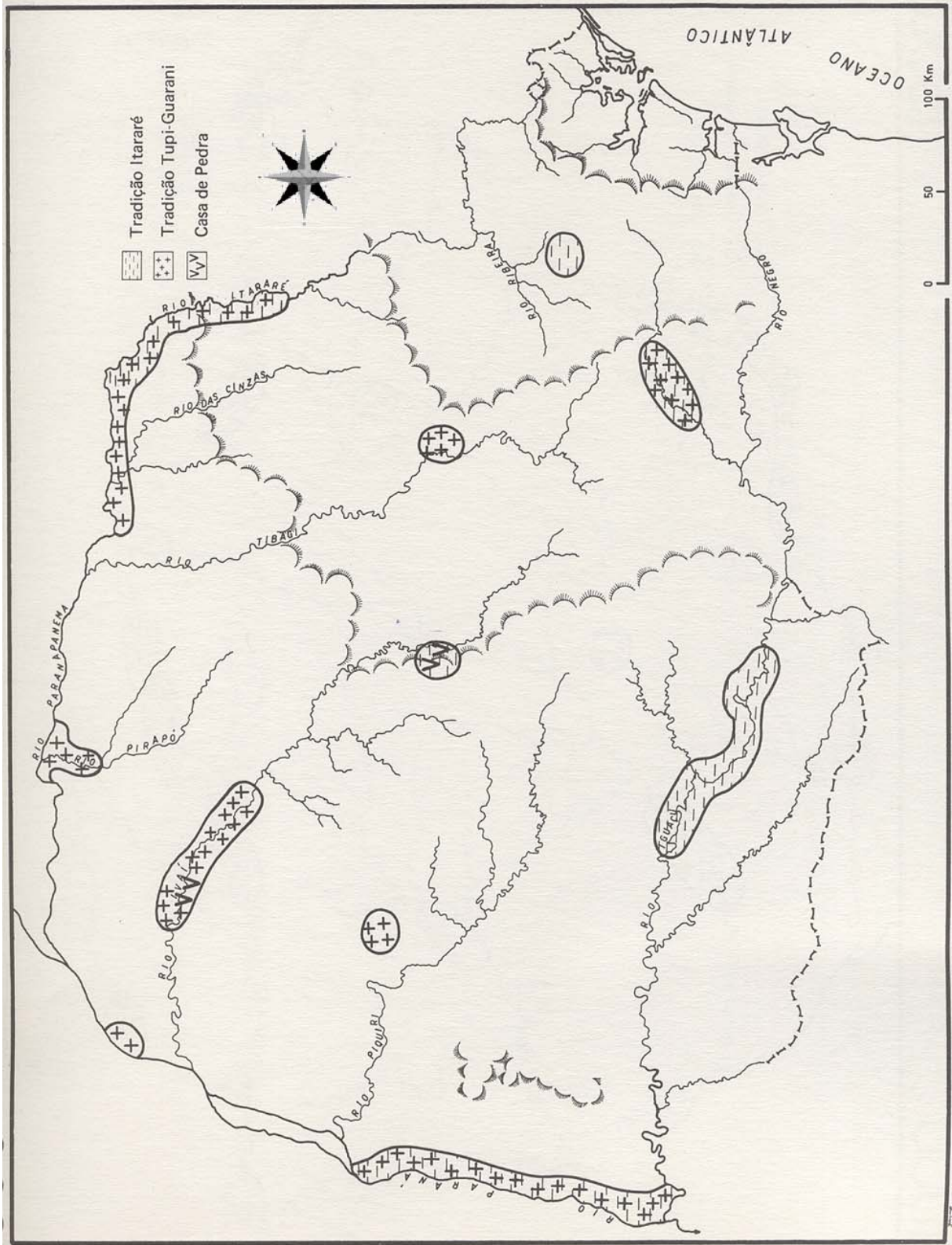


Figura 12 – 500 a 1.000 d.C.
Fonte: Atlas Histórico do Estado do Paraná (1986, p.17)

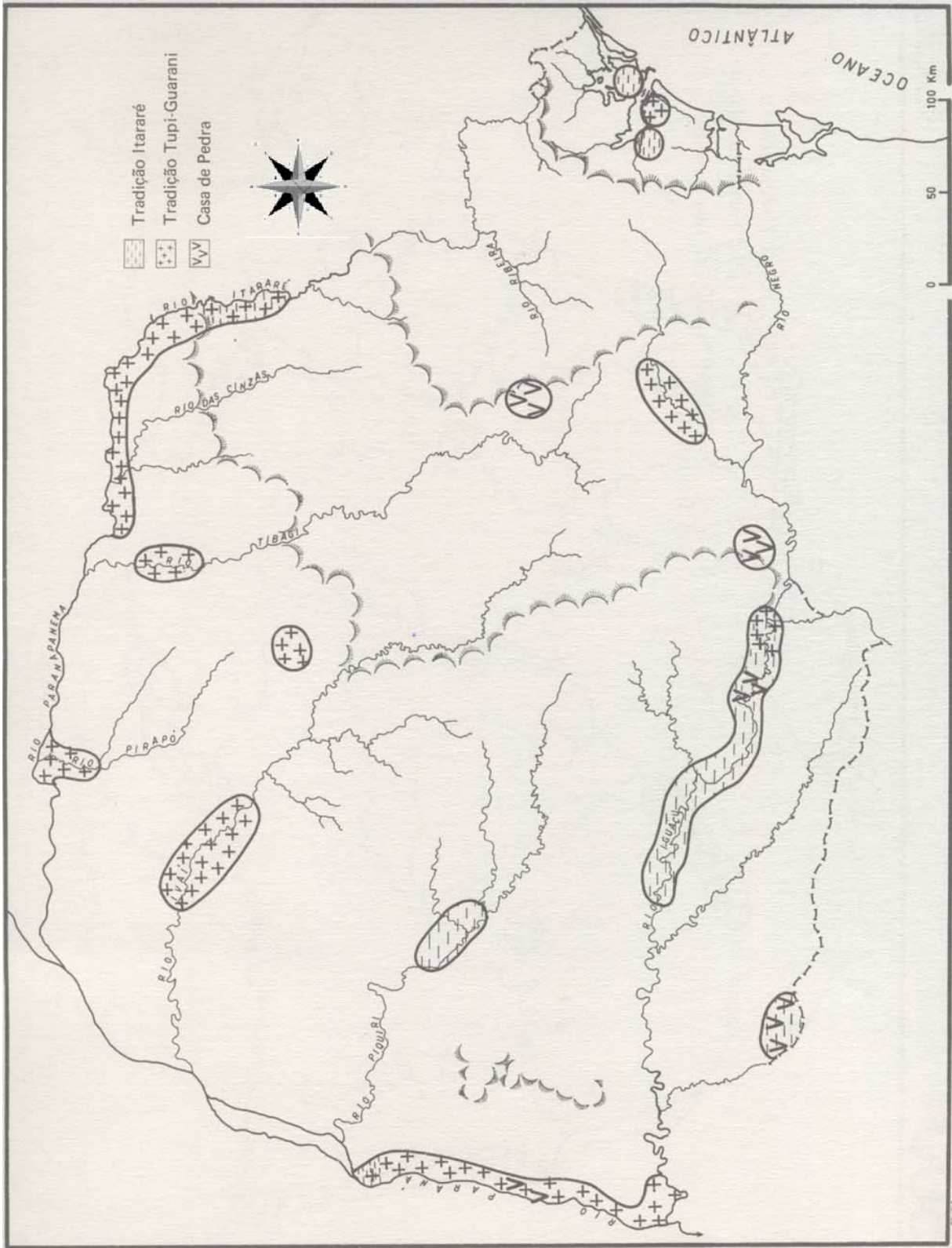


Figura 13 – 1.000 a 1.500 d.C.
Fonte: Atlas Histórico do Estado do Paraná (1986, p.18).

A partir das figuras apresentadas, é que se espera verificar a importante constatação sobre a ocupação do território paranaense pelos grupos indígenas, por meio das pesquisas arqueológicas realizadas pelo CEPA – Centro de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná. O que fica claro é que a rede de caminhos antigos conhecidos como Peabiru, foi obra destes grupos humanos, que seguiram resumidamente a seguinte ordem de ocupação territorial.

Na Fase Vinitu, datada de 7.500 a 5000 A.C., verifica-se a ocupação na porção oeste do Paraná na faixa ao longo do rio Paraná, com limites entre a foz do rio Iguaçu e a foz do rio Piquiri.

Já fase Bituruna, datada de 5.000 a 2.500 a.C., percebe-se já a presença de Sambaquis na porção da Baía de Paranaguá. Notam-se vestígios da Fase Bituruna na porção centro-sul do Paraná ao longo do rio Iguaçu. E observa-se notar uma forte presença do grupo da Tradição Humaitá nas seguintes localidades: na porção oeste do estado do Paraná na faixa que vai da foz do rio Iguaçu acompanhando o rio Paraná até o médio curso entre a foz citada anteriormente e a foz do rio Piquiri. No centro do Estado perto das cabeceiras do rio Ivaí e neste mesmo rio e junto a sua foz do rio Corumbataí, ainda a jusante em uma extensa área ocupando as duas margens da porção a baixo do rio Campo Mourão. A noroeste do Estado a baixo da foz do rio Paranapanema com o rio Paraná. No norte do estado no rio Pirapó em ambas as margens em sua foz com o rio Paranapanema. E a Nordeste do Estado ao longo do rio Itararé até sua foz com o rio Paranapanema.

Em um terceiro momento que vai de 2.500 a 0 a.C., se verifica a inserção da Tradição Umbu. A mesma tradição ocupa as áreas que no período anterior pertenciam a Fase Bituruna na porção centro-sul do estado do Paraná ao longo do curso do rio Iguaçu, porém, percebe-se uma ocupação dirigindo-se levemente a centro-oeste do Estado não as margens do rio Iguaçu, como costumeiramente se notam com a presença dos vestígios arqueológicos chegando até a ocupação desta tradição nas cabeceiras dos rios Iguaçu e Tibagi. Verifica-se uma diminuição considerável de ocupação da Tradição Humaitá nesta faixa temporal, permanecendo apenas vestígios na porção Oeste do Estado no rio Paraná nas proximidades com a foz do rio Iguaçu. No noroeste do estado do Paraná ocorre a ocupação nas duas margens do rio Ivaí logo a baixo da foz do rio Campo Mourão. E a nordeste do Estado na fronteira com o estado de São Paulo uma pequena ocupação nas proximidades da área entre os rios Itararé e das Cinzas.

No próximo recorte temporal de 0 a 500 d.C. observamos a presença da Tradição Itararé e que corrobora com as citações e afirmações que Noelli e Mota (1999, p. 15 apud MEIRA, 2005, p.35) colocam:

O que deve ser levado em consideração é que na época da exploração e reconhecimento do interior, a ocupação territorial de grupos nativos observada por portugueses e espanhóis já havia sofrido mudanças substanciais: o domínio dos Kaingang, conhecidos como “Tradição Itararé” e “Casa de Pedra”, é anterior à expansão Guarani, que ocorreu há aproximadamente dois mil anos. Os nativos dessa tradição ocuparam áreas dos estados sulinos antes dos guaranis, pois em quase todo o Estado do Paraná os sítios Guarani estão próximos ou sobre os sítios arqueológicos dos Kaingang e dos Xokleng.

Conforme as ilustrações organizadas por Cardozo (1986, p.16) com as informações de Igor Chmyz e dos sítios arqueológicos, a Tradição Itararé apenas ocupa ou sobrepõe os sítios do centro-sul do Estado anteriormente de ocupação da Tradição Umbu nas margens direita e esquerda desta região do rio Iguaçu. Não existindo neste período temporal outros vestígios de ocupação indígena.

Deve-se passar agora para um período importante na análise das Figuras nas quais pela primeira vez se conjugam ocupações de mesmas porções territoriais por diferentes Tradições. No período que data de 500 a 1000 d.C. onde se partindo do centro-sul do Estado novamente, notamos a continuidade da presença dos Itararés ao longo das duas margens do rio Iguaçu, e nas porções do primeiro planalto paranaense nas nascentes do rio Ribeira. Na porção territorial pertencente ao segundo planalto paranaense nas margens do rio Iguaçu visualiza-se a ocupação quase que simultânea de grupos da Tradição Itararé e Tupi-Guarani. Esta mesma situação pode ser notada em duas porções do espaço paranaense situadas no oeste do Estado ao longo do rio Paraná da foz do rio Iguaçu a foz do rio Piquiri e no nordeste do Estado ao longo do rio Itararé até sua foz com o rio Paranapanema. Na porção central do Estado observando de oeste para leste, encontramos ocupação Tupi-guarani nas proximidades do médio-Piquiri e no segundo planalto nas margens do rio Tibagi. Nas proximidades da passagem do segundo para o terceiro planalto próximo ao rio Ivaí temos a ocupação da Tradição Itararé seguida da ocupação do mesmo sítio pelo grupo Casa de Pedra. Na porção Nordeste do Estado a baixo da foz do rio Campo Mourão com o rio Ivaí percebe-se a ocupação em ambas as margens pela Tradição Tupi-guarani, seguida da ocupação do grupo Casa de Pedra.

Ainda a noroeste do Estado, mas a margem do rio Paraná existe outra ocupação Tupi-guarani. No Norte do Paraná em ambas as margens do rio Pirapó em sua foz com o rio Paranapanema, ocupação Tupi-guarani.

Por fim no último período de recorte temporal, que vai de 1.000 a 1.500 d.C. tem-se a maior concentração de populações indígenas no território Paranaense percebida em todos os momentos, a qual é também analisada pelas pesquisas realizadas até hoje, que culmina com o início do período de colonização pelas coroas portuguesas e espanholas. Nesse momento nota-se a ocupação litorânea pela Tradição Itararé seguida do Grupo Casa de Pedra. No centro-sul do Estado em área apenas ocupada por Tradição Itararé, vê-se a ocupação em pequenas porções territoriais de Grupo Casa de Pedra e Tradição Tupi-guarani ao longo do rio Iguaçu quase que concomitantemente. A sudeste na atual fronteira com Santa Catarina se percebe ocupação em mesma área de dois sítios um de Tradição Itararé seguido da ocupação do Grupo Casa de Pedra. A oeste do Estado ao longo do rio Paraná observa-se ocupação da Tradição Tupi-guarani, da foz do rio Iguaçu até a foz do rio Piquiri, porém no médio curso destas referências encontraram-se vestígios de Grupo Casa de Pedra e nas proximidades da foz com o rio Piquiri sítio de tradição Itararé, e ainda esse grupo um pouco mais acima foi identificado na área do médio Piquiri. Percebe-se que no período temporal anterior, a noroeste do Estado onde anteriormente tínhamos abaixo da foz do rio Campo Mourão com o rio Ivaí sítios do Grupo casa de Pedra com sítios de predominância da Tradição Tupi-guarani, o primeiro grupo não mais ocupou a região, segue-se a mesma ordem para a área do norte do Estado na foz do rio Pirapó com o rio Paranapanema, todavia mais um sítio Tupi-guarani é localizado nas proximidades da foz do rio Tibagi com o rio Paranapanema. Permanece a nordeste do estado do Paraná a mesma ocupação do período temporal anterior ao longo da nascente do rio Itararé até a foz com o rio Paranapanema de Tradição Itararé com Tupi-guarani.

Ao se observar cuidadosamente os relatos e figuras ilustrativas dos caminhos antigos percorridos pelos colonizadores, tanto portugueses quanto espanhóis, o que nos deixa alerta é que uma sobreposição das imagens dos mapas que retratam a ocupação do espaço pelos grupos indígenas em contraponto aos trechos indicados como de vias de tráfego pelos primeiros europeus em território atualmente paranaense, catarinense e paulista, são comprobativamente verídicos, o que acena para a confirmação da hipótese levantada por Chymz em entrevista a

esse pesquisador no CEPA em 2006, de que os caminhos foram prioritariamente desenvolvidos para ligação entre os territórios pelos povos indígenas e não abertos pelos colonizadores, e nem mesmo pelos Incas como afirmam alguns pesquisadores.

A figura 14 na seqüência retrata bem uma parte deste caminho que saía da foz do rio Ivinhema, seguia pelo rio Paraná a montante, entrando a direita na foz do rio Paranapanema e depois a esquerda subindo o rio Pirapozinho até suas nascentes nas proximidades da atual cidade de Presidente Prudente e dali em direção ao norte até atingir o rio Tietê.

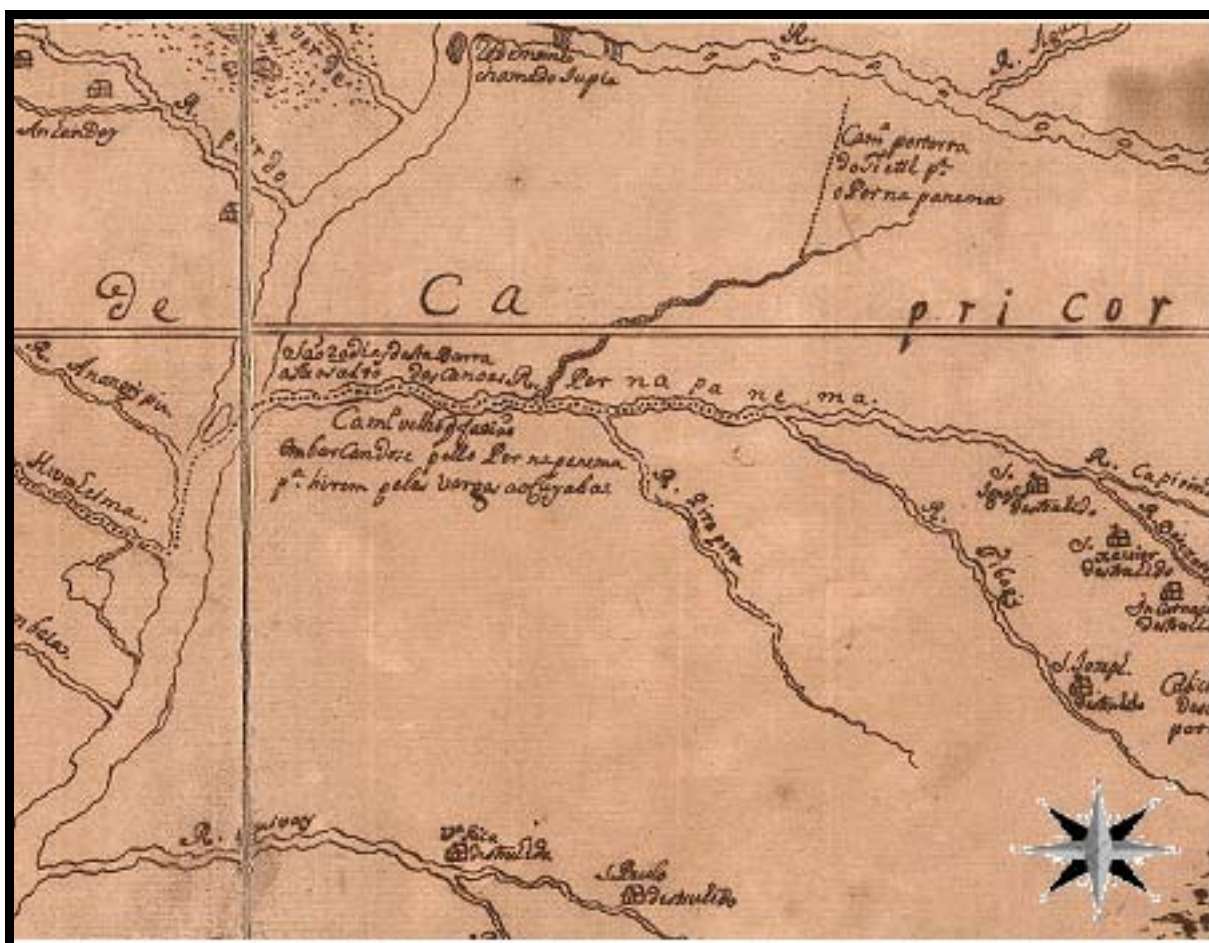


Figura 14 - Caminho por terra do rio Tietê ao rio Paranapanema passando pelo rio Pirapozinho (estado de São Paulo) próximo a foz do rio Pirapó (estado do Paraná).

Fonte: Guardado na Biblioteca Nacional. Ano aproximado 1600.

O Império Inca tem seu estabelecimento datado apenas do século XIII, muito posterior às ocupações na porção territorial paranaense, e os povos

Incaicos baseados em sua superioridade, submetiam outros povos ao seu domínio, estabelecendo junto a estes núcleos de propagação da cultura incaica para as novas regiões dominadas (BUENO, 1998).

Ainda segundo as afirmações de Bueno (1998, p. 37), pode-se verificar que:

Inicialmente, a ampliação territorial dos Incas foi no sentido sul. Sob o governo de Capac Yupanqui, o território abrangia desde Cuzco até o Lago Titicaca. Sua expansão para o norte e noroeste deu-se no governo de Viracocha e, ao final do governo de Huayana Capac, os Incas dominavam, além da costa do Pacífico, desde Tucumán, na Argentina, até Quito, no Equador. Para isso uma extensa rede de estradas bem traçadas foi construída, possuindo postos de inspeção e de pedágio, locais para pouso, pontes suspensas e degraus em pedra em locais de maior declividade [...] Diante do processo organizacional e expansionista é provável que para o leste os Incas também tenham tentado estabelecer conexões.

Ao analisar estas afirmações é provável mesmo que tenha existido tal hipótese, porém deve-se lembrar que na área em questão a leste dos domínios Inca, está situada a planície inundável do pantanal Boliviano e Sul Mato-grossense, de difícil investida e grandes dificuldades de estabelecimento populacional. O historiador Montesinos (apud GALDINO, 2002, p.21) afirma que existiram constantes ataques de tribos Guaranis nas proximidades do Lago Titicaca, indicando uma possível resistência frente à expansão Inca para o leste, visto que uma característica incaica marcante era a tentativa de expansão cultural mediante o deslocamento de suas populações a novos territórios e a tentativa de eliminação de líderes intelectuais locais. Meira (2005, p.36) corrobora para a derrubada da hipótese de que o Caminho do Peabiru foi construído pelos Incas quando diz que:

[...] a hipótese é de que a rede Peabiru foi uma tentativa de expansão Inca gradual, com o intuito de dominar as diferentes sociedades tribais e disseminar sua cultura. Uma vez que as estradas pelo império permitiam a interligação e manutenção imperialista, a expansão da rede para a ampliação do domínio a leste era uma tendência. Contudo, diante do fato comprovado dos Itararés, a possibilidade é que os Incas, se realmente tentaram uma expansão para leste, utilizaram caminhos que já estavam efetivados.

Para tanto se colocará a fim de esclarecimentos a Figura 13 a seguir que retrata os caminhos antigos presentes no território paranaense datado do

período de 1520 e 1540, onde no tracejado que entrecorta o Paraná de Leste para Oeste, em linhas mais grossas e no Leste se ramifica em dois cordões seriam os que levavam a São Vicente e Cananéia. Partindo deste Tronco principal verificam-se divisões conhecidas por “Ramais” que dariam ligações pelo vasto território entre as tribos indígenas, como se pode atestar na figura 14.

E que sobreposto aos demais mapas de ocupação territorial deixa claro que estes caminhos existiam para dar ligação entre as áreas dominadas pelos índios. Citando ainda as referências de Cardozo (1986, p. 22), no que diz respeito às primeiras incursões em território Paranaense ele afirma que,

O português Aleixo Garcia, participante da expedição espanhola de João Dias de Solís que chegou ao Rio da Prata, no seu regresso, em 1516, com outros companheiros náufragos, vieram bater ao litoral catarinense, perto da foz do rio Itapocú. Ali, tomou conhecimento por intermédio de relatos de indígenas da região, de fabulosas notícias acerca da existência de um país, o Império de um poderoso rei branco, em uma serra de prata, no lago onde se punha o sol. Certamente, o Império dos Incas, mas que o desconhecimento das distancias e das terras intermediárias fazia confundir sua localização. Em busca de fadadas e prodigiosas riquezas em ouro e prata, além das pedrarias, desse Império, varando possivelmente terras e rios do Paraná, partiu Aleixo Garcia, expedição cujos relatos a outros inflamariam. Levando um exército de índios, com alguns companheiros, Aleixo Garcia teria descoberto o Paraguai, chegando mesmo a Serra da Prata, onde saqueou tesouros abundantes, iniciando viagem de regresso com precioso botim. Por sua ordem, alguns companheiros se adiantaram, chegando à costa atlântica com peças de ouro e prata e as notícias do achado. Aleixo Garcia, todavia, não voltou, sendo dizimado por índios bravios de regiões paraguaias. A data e o roteiro de sua expedição, porém, permanecem imprecisos. Certamente Aleixo tivera conhecimento e seguira viagem pelo sistema de caminhos, pré-cabralianos, do Peabiru, que cortava o território paranaense em várias direções e freqüentemente palmilhado pelos índios.

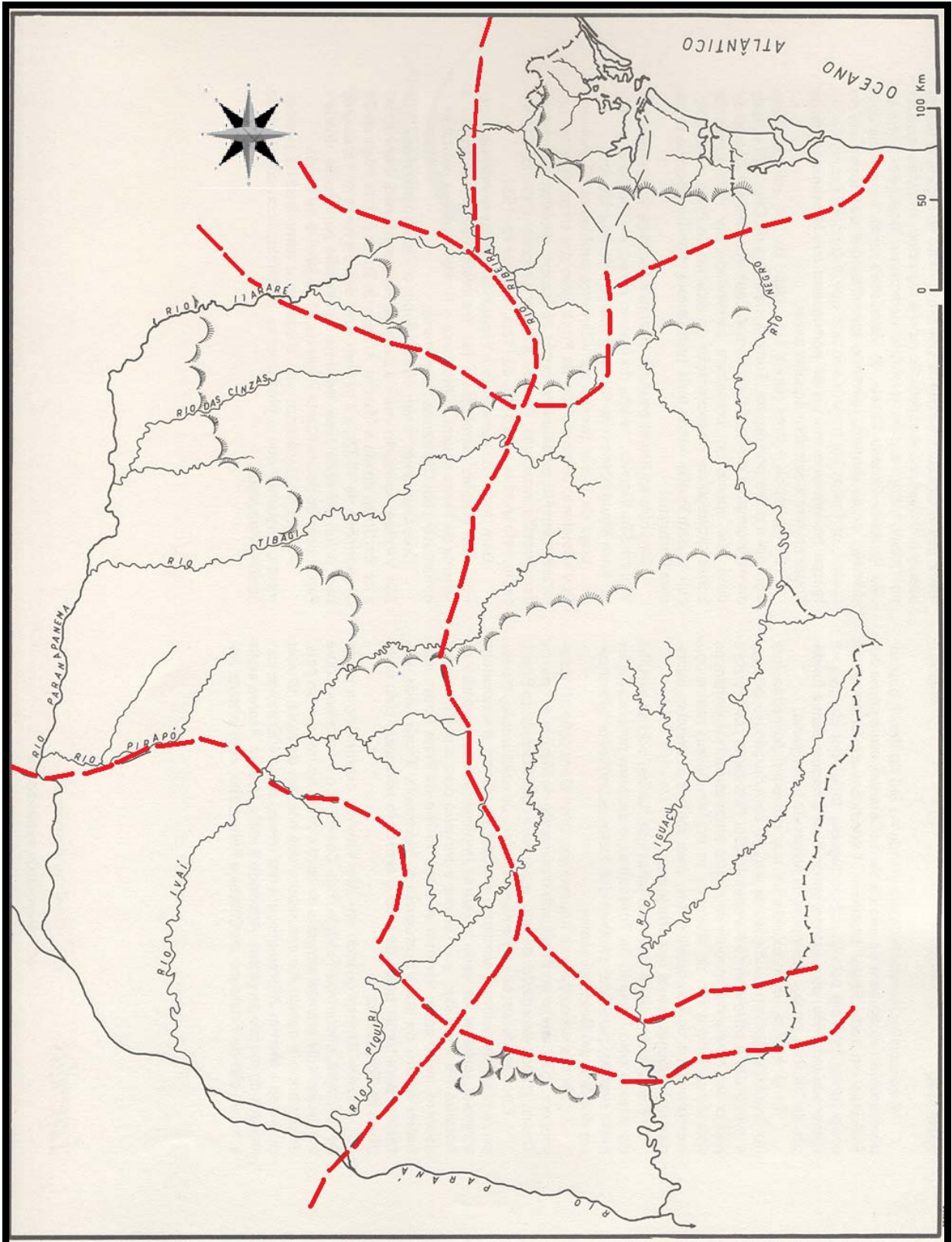


Figura 15 – 1520 a 1540: Ramais do Caminho do Peabiru.

Fonte: Atlas Histórico do Estado do Paraná (1986, p.25)

Salienta-se a análise com a citação de Montoya (apud BUENO 1998, p. 144) onde o mesmo afirma que “existia um caminho chamado Peabiru pelos tupis-guaranis que era demarcado por certa erva muito miúda que dos dois lados crescia até quase meia vara (60 cm), e ainda quando se queimassem os campos, sempre nascia aquela erva do mesmo modo”. Dessa maneira, pode se perceber que o caminho era realmente livre e provido de infra-estrutura de acesso.

Pode se verificar a existência de grandes dificuldades no avanço tanto da colonização espanhola quanto portuguesa nas novas terras, expedições estas que não tinham como realizar obra duradoura, ou seja, a conquista, o povoamento e a colonização ao mesmo tempo. Contudo, o Rei Dom João III resolve em 1530, enviar ao Brasil, sob o comando de Martim Afonso de Souza, uma grande expedição que se confirma mais tarde como à primeira colonizadora do Brasil (CARDOZO, 1986, p. 24).

Com discussão entre: de quem seriam as posses a ocidente e a oriente do Tratado de Tordesilhas, o governo espanhol, que acenava para seu fim nas alturas da atual Bacia de Paranaguá no Estado do Paraná, envia Dom Álvaro Nunes Cabeza de Vaca, a fim de assumir a Governação do Paraguai. De acordo com Cardozo (1986, p. 26),

Com 250 homens e 26 cavalos, a partir da Ilha de Santa Catarina, seguiu por terra, trilhando passos de Aleixo Garcia, embrenhando-se na mata agreste da orla atlântica, chegou ao Rio Iguaçu (atual Araucária), passou nos campos de Curitiba e nos Campos Gerais, de onde continuou pelos caminhos do Peabiru, alcançando o rio Tibagi, depois o rio Piquiri e novamente o rio Iguaçu.

Em canoas adquirida com índios da região, desce o rio Iguaçu, sendo o descobridor dos Saltos de Santa Maria (atuais Cataratas do Iguaçu). Chega ao rio Paraná e por fim a Assunção no Paraguai.

Inúmeros viajantes caminharam pelo atual estado do Paraná, porém um deles teve papel fundamental em suas andanças, pois a retratou de maneira ímpar, deixando seus relatos com informações muito preciosas, foi o alemão Ulrich Schmidel, publicado na Alemanha em 1569.

Maack (1968, p.26) afirma que:

Schmidel realizou a viagem em sentido contrário ao de Cabeza de Vaca. Deixando o rio Paraná, seguiu em direção ao sul, chegando ao rio Uruguai, em Santa Catarina. De lá retrocedeu e, atravessando o território paranaense, foi sair na vila de João Ramalho, seguindo depois para São Vicente no litoral paulista. Durante o caminho fez referência à numerosa presença de índios nas regiões atravessadas, mencionando inclusive a existência de aldeias indígenas, como a de Abapany, na altura de Castro, e a de Tindiquera, na de Araucária.

Neste contexto que os antigos caminhos a cada período vão sendo mais utilizados e que as coroas espanholas e portuguesas, aumentam seu interesse sobre as possíveis riquezas escondidas neste vasto território, o que desencadeia um novo processo no ano de 1553, que foi o de povoamento do território atualmente pertencente ao estado do Paraná.

Talvez estas sobreposições de mapas e caminhos indígenas não se apresentem para muitos como um forte pressuposto teórico que reforce a afirmação de que foram várias as etnias indígenas que ao longo de centenas e milhares de anos abriram várias trilhas que se conformaram em caminhos cada vez mais utilizados por aqueles que queriam ir e vir por tão vasto território.

Pode-se aqui resgatar a hipótese central apresentada anteriormente, que o Peabiru foi construído pelas etnias indígenas principalmente das regiões atualmente compreendidas pelos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, contrapondo um entendimento por parte de alguns pesquisadores do Peabiru como Luiz Galdino e até mesmo Rosana Bond que afirmam que ele foi construído a partir dos territórios dos povos andinos, o que aqui, pode-se reforçar que não é o pressuposto mais fortemente alicerçado pelas descobertas arqueológicas. O único pressuposto que nos parece correto é que é necessário iniciar uma discussão a partir de uma categoria ou conceito que auxilie na discussão da formação destes espaços e é o que será realizado a partir do próximo capítulo.

Porém, acreditamos, na hipótese apresentada por Chmyz de que o Peabiru existente no território Brasileiro foi obra dos indígenas que aqui viviam e não das culturas Incas, Maia ou Astecas. Comprovando-se essa hipótese todos os relatos de expedições e os vestígios arqueológicos são provas suficientes para atribuir a construção desses caminhos antigos as etnias indígenas que em território brasileiro viviam.

Na próxima parte buscar-se-á apresentar algumas as atividades desenvolvidas no Núcleo de Pesquisa da Graduação em Turismo da Faculdade de Presidente Prudente, que em grande parte financiou as pesquisas dessa dissertação e que ao longo dos últimos anos tem representado muito bem as pesquisas desenvolvidas no Peabiru e neste caso no Ramal conhecido como Botucatu, mais precisamente da cidade paranaense de Jardim Olinda, até o município paulista de Presidente Prudente com um total de 126,5 quilômetros de extensão. Algumas potencialidades do trajeto e detalhes que fazem qualquer aventureiro correr atrás de novas jornadas como a dos caminhos do Peabiru.

7 POTENCIALIDADES DO PEABIRU NO RAMAL BOTUCATU

O Brasil ainda possui vestígios históricos, geográficos, culturais e arqueológicos de uma rota muito antiga. Sua extensão ultrapassava os limites territoriais do país, pois atingia até o Peru. A “estrada” ligava o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico. Ela integrava o Brasil, o Paraguai, a Bolívia e o Peru, cortando mata, rios, cataratas, pântanos e cordilheiras, num trajeto de aproximadamente 3 mil quilômetros. Esta rota, ainda hoje envolta em mistério, era chamada de "caminho do Peabiru". O caminho, construído pelos Índios sul-americanos, começava em São Vicente ou Cananéia, no litoral paulista, cruzava o Estado do Paraná de Leste a Oeste, penetrava no Chaco paraguaio, atravessava a Bolívia, ultrapassava a Cordilheira dos Andes e alcançava, finalmente, o sul do Peru e a costa do Pacífico.

Além do chamado tronco principal, o caminho Peabiru possuía vários ramais. Os ramais serviam como elemento de ligação entre diversas regiões, mas também funcionavam como locais aglutinadores de manifestações artísticas. A arte e o folclore se manifestavam, por exemplo, em lendas, rituais e cerimônias representadas nas pinturas rupestres ou em instrumentos construídos pelos diversos grupos indígenas para o uso cotidiano.

Um dos ramais da rota Peabiru cruzava o rio Paranapanema, na divisa entre São Paulo e Paraná. Logo, este ramal estava localizado nas proximidades da cidade de Presidente Prudente. É preciso observar, no entanto, que ele está bastante esquecido e muito provavelmente, descaracterizado por inúmeros fatores econômicos, culturais e políticos. Justamente por isso, pretende-se produzir, organizar e divulgar conhecimentos sobre o ramal Peabiru na região do Pontal do Paranapanema, motivando o incentivo do turismo já que a agricultura e a pecuária se encontram nesta região em crescente queda, isso vem de encontro ao que Novaes (2001, p. 51) diz, que,

Talvez a grande questão do desenvolvimento agrário no Brasil possa ser sintetizada ao se mencionar que quase todas as políticas no setor apontam para a insustentabilidade e, ao mesmo tempo, não se vislumbram no horizonte próximo indícios de mudanças significativas – a não ser na consciência social, que começa a manifestar preocupação com seus rumos.

O que se confirma com as reclamações por parte dos agricultores abordados durante a viagem de estudos. Além é claro de estar valorizando a cultura indígena, tão fundamental para a formação da nossa sociedade.

7.1 O CAMINHO PERCORRIDO

Os trabalhos desenvolvidos especialmente no começo de junho de 2006 abrangeram os municípios de Jardim Olinda e Santo Inácio no Estado do Paraná, pois são fundamentais na articulação do trecho a ser prospeccionado, além de Sandovalina, Tarabaí, Álvares Machado, Pirapozinho e Presidente Prudente no estado de São Paulo como é possível verificar na figura 16. Os dois primeiros do Estado de São Paulo situam-se a margem esquerda do rio Pirapozinho e os dois últimos dividem a área de nascente do mesmo rio.

Os trechos prospeccionados atingiram a totalidade da área sugerida que seria a compreendida pela margem esquerda da foz a nascente do rio Pirapozinho. A primeira parte fica delimitada pela rodovia SP 613 e pela margem esquerda do rio chegando até as proximidades da cidade de Sandovalina. A segunda parte segue pela antiga estrada “Baixela de santo Inácio” denominação dada pelas escrituras das propriedades rurais da região, e o que posteriormente, passa a ser em alguns trechos a ferrovia que ligava Presidente Prudente a Rosana cidade situada à foz do rio Paranapanema no Rio Paraná, até a altura da cidade de Tarabaí.

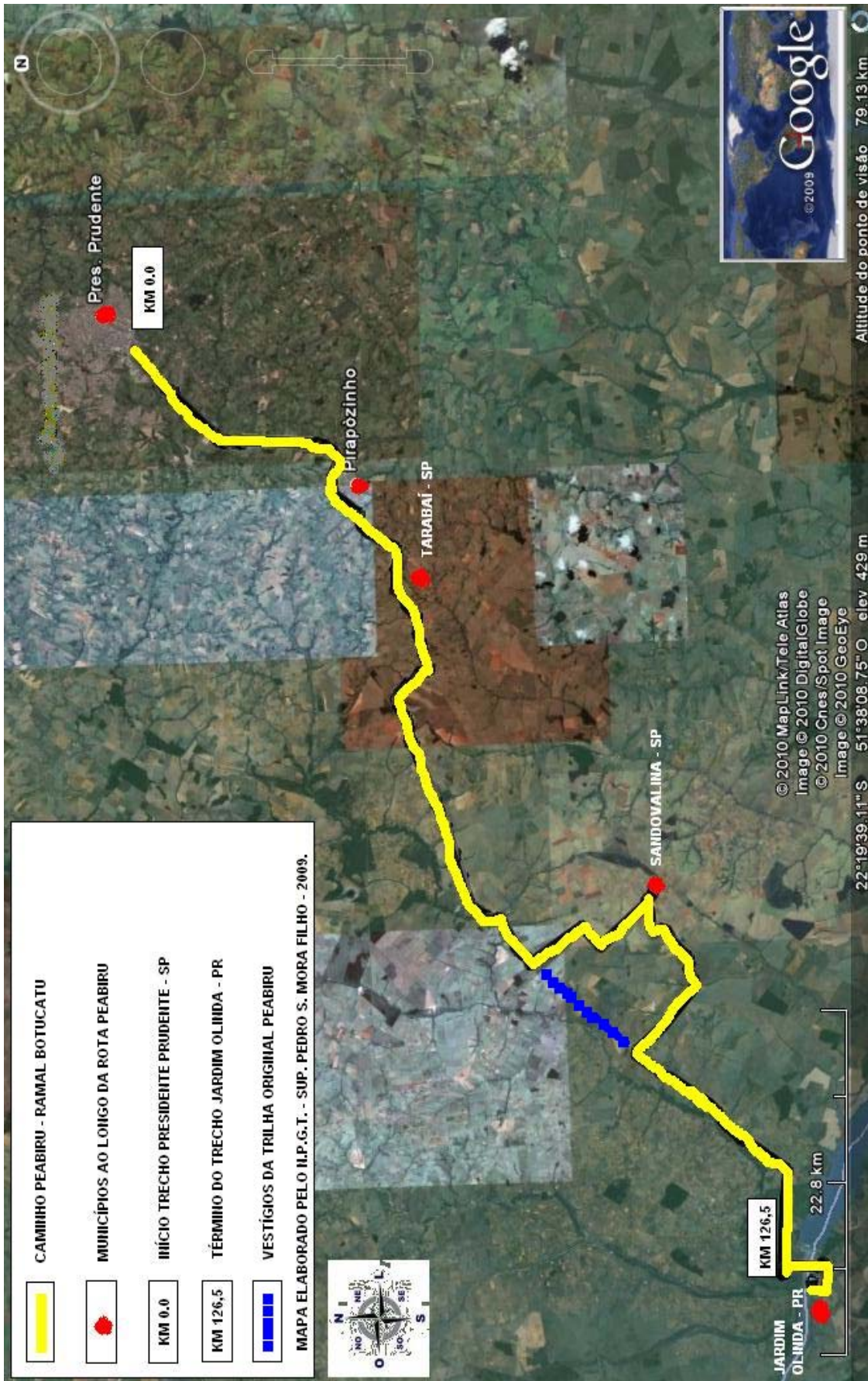


Figura 16 – Caminho Peabiru Percorrido

Deste ponto em diante segue-se pela avenida principal da cidade até a saída da mesma, aonde anteriormente, recebe a denominação de estrada boiadeira, passando pelo município de Pirapozinho e Álvares Machado, pelas nascentes do rio Pirapozinho chegando até a cidade de Presidente Prudente. Este percurso ocorre quase que em sua totalidade em estradas vicinais de terra entre as localidades referidas passando apenas por pequenos trechos asfaltados quando nas cidades.

O detalhamento dos trechos visitados será abordado na seqüência e dividido em cada dia de viagem. A quilometragem total do percurso obtida em GPS (MODELO GARMIM III) foi de cem quilômetros e quinhentos metros da foz do rio Pirapozinho até a entrada da cidade de Presidente Prudente, mais precisamente no setor de captação de águas da Sabesp (Concessionária de serviço de águas e esgoto no estado de São Paulo), conhecida popularmente como represa da Cica. Os pontos georeferenciados serão inseridos nas descrições de cada dia, incluindo-se as entrevistas realizadas com os agricultores e moradores urbanos destas localidades.

7.1.1 1º Dia de Pesquisa

No dia treze de junho de 2006, (terça feira) por volta das 08h00min, à primeira equipe de pesquisadores contendo quatro alunos do curso de bacharelado em turismo da Uniesp / Fapepe e este pesquisador seguiu a partir da ponte do rio Pirapozinho no município de Sandovalina a montante do rio, percorrendo um trecho de sua margem direita.

Tendo como coordenadas iniciais de georeferenciamento: Latitude: 396377 e Longitude 7510478 tiveram início o roteiro de exploração relativo ao trecho que viria ser percorrido durante todo o primeiro dia de incursão a campo.

Aproximadamente após uma hora e meia de caminhada, logo depois de se atravessar uma área de densa vegetação entrecortada por áreas de várzea, foi avistado um desnível no solo com aproximadamente 0,50 m de profundidade, justamente saindo deste trecho de mata onde se havia passado, sendo que o mesmo fora percebido pelo fato de contar com uma vegetação em seu interior diferente da que se apresentava ao seu redor, e também por ser um ponto onde

seria possível cruzar o rio de uma extensão a outra com grande facilidade, é possível notar alguns pontos de argila nas margens.

O ponto exato desta coordenada geográfica não foi possível registrar, pois, o GPS neste momento, não estava com a equipe. (servindo de apoio para uma referência: identificam-se facilmente duas palmeiras bem próximas dentro deste trecho de mata, com fácil visualização, por sua altura destacada das demais espécies vegetais e por serem únicas no local).

Justamente nesta área, identifica-se uma possível “estrada boiadeira” desativada que adentra em meio da vegetação, e some através do capim alto e na região de várzea, pelo fato de se detectar altos indícios de compactação do solo. Posteriormente este local em Imagem de satélite demonstrada abaixo deixa claro uma possível estrada abandonada, pois da ligação a duas estradas rurais de médio porte para a região. Na figura 17 na seqüência, pode ser visto o trecho comentado, pois esta tracejada de preto.



Figura 17 - Imagem das proximidades da foz do rio Pirapozinho com o rio Paranapanema
Fonte: Google Earth. Imagem captada em 24/06/2006. Adaptada pelo Autor, 2008.

Com duas horas de caminhada já atravessando diversas propriedades (lotes de assentamento de reforma agrária), na antiga Fazenda “Padre Juan”, onde foi feito o primeiro contato com a Sr^a. Matias Almeida, moradora do local

á quatro anos que nos relatou nunca ter ouvido falar nada sobre a presença de índios no passado, ou que tenha achado algum vestígio ou qualquer tipo de utensílios dessas civilizações, e também, nos contou sobre a dificuldade em conseguir melhorar a fertilidade do solo no local, segundo ela, apropriado apenas para pasto, e realmente foi a “monocultura” mais encontrada, com exceção de apenas uma roça de milho que tivemos que cruzar, um pouco antes da parada para o almoço.

Esta senhora agricultora, disse que a realidade para a pecuária assim como para a agricultura esta muito difícil e há anos eles vem tendo prejuízos em suas criações. Ao ser questionada sobre outros métodos de plantio ou de culturas de subsistência, a mesma respondeu que vivem ali com o que criam na propriedade mesmo, apenas adquirindo produtos industrializados como sal, óleo etc. Esta afirmação de dona Matias mostra que a colocação de Lutzenberger (2001, p. 61) esta de acordo com esta premissa, pois vai de encontro às afirmações tradicionais em favor dos métodos da agricultura moderna como sendo a única maneira eficiente de resolver o problema da fome mundial e da alimentação de massas. Pois a propriedade em questão vive muito bem com o que é produzido em suas terras.

Logo após, por volta das 13h00min, foi necessário atravessar uma grande extensão da várzea do Rio Pirapozinho, pelo motivo que o contorno da mesma iria ser muito demorado e cansativo, o que nos possibilitou ganharmos um bom tempo.

Durante a tarde inteira, foram cruzadas várias fazendas, mas todas sem qualquer tipo de movimentação de pessoas e enormes áreas de pastagens, para que pudéssemos indagar sobre o motivo de nossa visita de campo, possivelmente, o primeiro jogo da seleção brasileira de futebol na copa do mundo fez com que os colonos / moradores das fazendas fossem para as casas de seus familiares na cidade, o que impossibilitou maiores entrevistas neste primeiro dia.

Após ter andado seguindo o rio Pirapozinho, por volta das 15h30min resolve-se de comum acordo começar a se distanciar das margens procurando a rodovia seguindo à direita do rio, depois de quase uma hora andando, encontramos dentro de um enorme ponto de erosão o que acreditávamos ser vestígios de artefatos indígenas como: cachimbos e restos de peças em cerâmica, porém, para nossa decepção se constatou mais tarde ser apenas deformações compactadas do

solo e ainda alguns ossos petrificados que foram posteriormente encaminhados a análise para a UNESP de Presidente Prudente (não vindo se configurar como objetos de valor arqueológico).

Assim caminhamos por dentro desta enorme fazenda por mais de uma hora e meia, até encontrarmos uma casa já na fazenda “São Domingos”, antiga fazenda “Santo Antonio”, onde fomos recebidos pela senhora “Valéria” e seu marido senhor Júnior Padovan, que gentilmente nos cedeu transporte até o trevo de Sandovalina, durante o percurso da carona repetiu-se a questão acerca dos problemas com a agricultura e a resposta foi novamente confirmada, de que o solo da região apenas aceita o pasto para criação de gado e que os vizinhos que há quatro anos vem tentando plantar milho e soja vem tendo prejuízos ano após ano, chegando-se a impressionante cifra de perdas da ordem de 1,5 milhões de reais, isso apenas de um grande latifundiário. A propriedade deste casal tem 300 alqueires e apenas cria gado de corte. Bem esta carona nos poupou de mais de oito quilômetros de caminhada.

Como consta no mapa, e isso foi o que gerou certa confusão sobre em qual ponto estávamos, pois, também existe no uma “Fazenda São Domingos”, só que em outro sentido (contrario daquele que caminhamos), até que a moradora do local nos informou que a fazenda Santo Antonio do mapa já não se chamava mais assim e que mudou de nome para São Domingos esclarecendo de vez a dúvida sobre o nosso real posicionamento.

Termina o primeiro dia de percurso percorrido fazendo o contorno da margem direita do rio Pirapozinho a montante em aproximadamente dezoito quilômetros de caminhada em pastagens, dentro de várzeas, abrindo caminho na mata ciliar e transpondo o total de dois córregos que deságuam no rio Pirapozinho (Córrego das Araras e do Macaco).

7.1.2 2º Dia de Pesquisa

Neste dia, praticamente não foram feitas incursões na mata ou seguindo o leito do rio, todas as atividades deste dia se basearam na coleta de dados e informações com vários proprietários rurais, em prefeituras e diversas

pessoas compreendendo os municípios de Sandovalina, Tarabai, Pirapozinho e Presidente Prudente.

Inúmeras propriedades foram visitadas neste dia, todas em veículo (dois no total - uma Toyota Bandeirante cabine dupla 1986 e uma Parati quatro portas ano 2002), com toda a equipe (dez pessoas), buscando dados relevantes de interesse da pesquisa e procurando as possíveis nascentes do rio Pirapozinho já no município de Presidente Prudente e Álvares Machado.

Em uma destas visitas foi constatado que na propriedade do senhor “Carlos Takashi” morador do município de Tarabaí, um agricultor de origem nipônica, que o mesmo há pouco tempo atrás encontrou em uma capina rotineira do terreno para o cultivo da mandioca restos de um possível vaso indígena, e o mesmo não se lembrava de onde havia deixado dentro da propriedade, com base nesta informação procuramos em um número de seis pessoas por quase duas horas esses tais vestígios, sem êxito, mas com a promessa do proprietário que assim que for lavrar o terreno novamente para um futuro cultivo e o encontrando entrará em contato com a equipe de pesquisadores. Questionado pelo pesquisador como estava a agricultura em seu ponto de vista, o mesmo agricultor disse que a família já estava instalada naquela área desde 1947 com um total de 20 alqueires de terra e por sempre terem uma diversidade grande de variedades plantadas nunca enfrentaram dificuldade de se manter com dignidade. Foram constatadas na área, plantações de mandioca, milho, um aviário de médio porte, grande quantidade de árvores frutíferas e hortaliças as quais são comercializadas em Presidente Prudente e região.

Foi também neste dia que podemos estar vendo como seria a caminhada do dia seguinte entre os municípios de Sandovalina e Tarabai por uma estrada vicinal, que foi uma antiga rota boiadeira ou ainda chamada de “Baixela de Santo Inácio” que era a estrada que dava ligação entre a região de Presidente Prudente e a divisa com o estado do Paraná como indica a figura 16, indo até a cidade de Paranaíba daquele Estado. Neste local da região ligando os dois municípios em um total de 46 km (quarenta e seis quilômetros), o maior trecho em extensão deste roteiro.

Pode-se observar nas proximidades de Tarabai a vila de Engenheiro Murgel um pequeno povoado muito carente que ficava as margens da estrada de ferro Sorocabana e que praticamente ficou abandonada e está quase completamente arruinada pelas intempéries do tempo. E com a retirada dos trilhos

da ferrovia há mais de doze anos atrás promovendo um cenário bucólico de desolação e de falta de perspectiva.

É muito bonito observar em um longo percurso com mais de cinco quilômetros onde antes abrigava os trilhos da estrada de ferro margeando a estrada vicinal está se formando um verdadeiro corredor vegetal, uma espécie de túnel verde, pois, a mata está engolindo o local que passava a linha férrea (pelo alto da copa das arvores), já que não pode transpor por baixo devido a compactação do solo que suportava o peso dos trilhos, realmente é um local de grande contemplação visual e de enorme diversidade de espécies vegetais e da fauna. Somente este corredor precisa de certo cuidado em relação ao acúmulo de sacos de lixo.

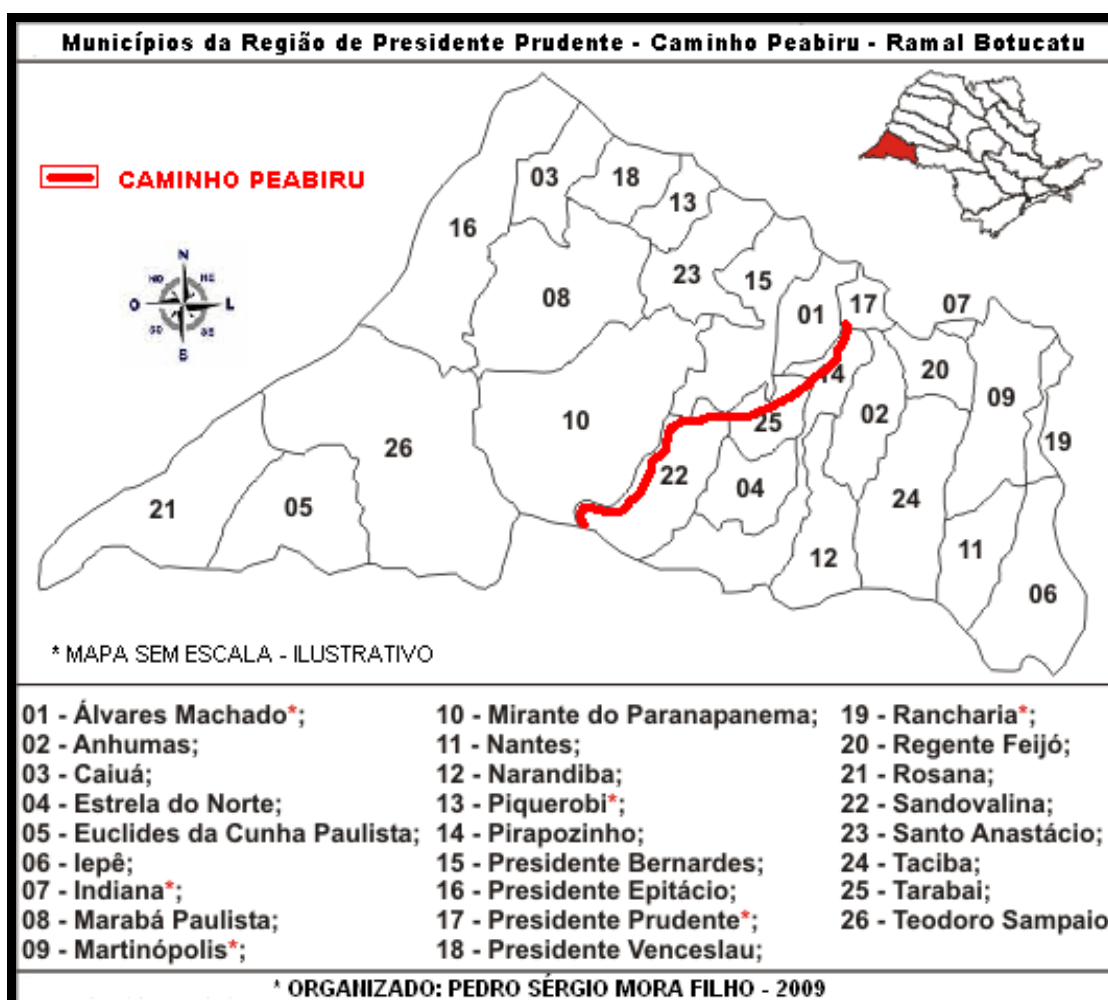


Figura 18 - Região de Presidente Prudente – Caminho Peabiru
Fonte: Mora Filho (2009)

O mais importante deste segundo dia foi sem dúvida, o contato com as pessoas e a grande riqueza das informações adquiridas, o que irá contribuir

imensamente com as questões culturais que serão passadas aos futuros peregrinos que estarão passando por este caminho, além das paisagens naturais e de diversas propriedades rurais com potencial para estarem recepcionando e apoiando esses turistas.

Em uma das paradas encontramos com o senhor Luiz Padovan de 82 anos de idade e que foi um dos primeiros moradores da região da estrada conhecida como Baixela de Santo Inácio, e em conversa o senhor Padovan ele diz que ao chegar à região a época antiga fazenda Caiuá a única estrada era uma picada por onde não passavam mais do que dois cavalos lado a lado ou uma pequena carroça e que a abundância de animais como onças, papagaios, araras, antas, capivaras, cobras e “porcos do mato” eram de assustar pela quantidade. Afirma o senhor Padovan que ele tinha tenra idade quando começaram a abrir estas terras, e que sua família nesta época tinha por volta de 2500 alqueires de terra e que conforme iam abrindo os campos se plantavam algodão e posteriormente pastagens para a criação de gado.

Questionado mais uma vez sobre o destino da estrada em direção ao Paraná, ele afirma que antes de chegarem ao local está estrada já existia, pois alguns antigos moradores mais antigos do que ele e já falecidos contavam que desde o início do século passado a picada era utilizada por quem queria se deslocar para a região do rio Tietê e interior do Estado. O que corrobora em favor do pressuposto de que a questão do caminho ser mesmo existente antes da chegada de colonizadores e possivelmente aberto por Índios. A respeito dos indígenas o senhor Padovan diz que até meados de 1945, ainda eram muitos e andavam em pequenos grupos, mas eram abatidos como se fossem “caça”, nas palavras dele, até que desapareceram por volta da década de 1960. Ele também reclama das condições da agricultura atual e diz que o turismo seria uma boa saída para o local, colocando a sua propriedade a disposição caso precisássemos pernoitar por aquela região.

Concluimos o segundo dia do projeto a noite após o jantar estipulando o roteiro a ser seguido para o terceiro dia de caminhada, justamente o mais extenso.

7.1.3 3º Dia de Pesquisa

Acordando as 06h00min e se preparando para o maior trecho de caminhada saindo da cidade de Tarabaí com destino até Sandovalina a equipe que é flagrada na figura17, inicia a caminhada as 07h15min andando aproximadamente cinco quilômetros em rodovia pavimentada chegando até o vilarejo denominado “Metragem 36”, um pequeno povoado pertencente ao município de Tarabaí onde paramos para colher depoimentos com os moradores do local e nos abasteceremos de água.



Figura 19 - Equipe de caminhada pelos caminhos de Tarabaí a Sandovalina – SP.

Fonte: Mora Filho (2006).

Foi então que conversando com o morador “Cosme Damião de Souza” que nos informou que nunca tinha havido falar sobre a presença de índios no local, mas que nas proximidades do município paranaense de Campo Mourão há mais de cinquenta anos atrás ele próprio em companhia de um irmão encontrou um enorme pote indígena enterrado próximo a um mourão de cerca, mas infelizmente esta relíquia se perdeu no tempo e ele não sabe dizer de seu paradeiro.

Seguimos viagem pela estrada de chão batido em sentido a Sandovalina caminhando sem parar até o ponto de apoio na fazenda “Igrejinha”, onde foi preparado o almoço, neste terceiro dia de caminhada cinco pessoas iniciaram o percurso e as outras cinco ficaram nos carros servindo de apoio aos caminhantes.

Atravessamos muitas propriedades rurais à margem da vicinal, identificando-se várias espécies de animais durante o percurso como: garças, araras azuis, macacos, lagartos e demais animais.

A parada para o almoço foi exatamente às 11h30min na fazenda “Santa Luzia” cujo seu proprietário gentilmente nos forneceu a estrutura de sua cozinha, onde após a refeição, permanecemos conversando com a equipe de apoio e descansando até as 13h00min, portanto a parada para o almoço durou uma hora e meia, se imaginarmos que foi muito tempo, porém, necessário pelo longo trajeto que ainda seria feito naquele dia.

Com o retorno da caminhada continuamos seguindo o nosso objetivo e atravessamos por volta das 14h00min o rio Pirapozinho que corta a estrada vicinal entre Tarabaí e Sandovalina que é justamente o limite entre os dois municípios, o detalhe desta travessia é que foi feita por dentro do rio, pelo fato que não existir ponte (a mesma foi levada no ultimo período de cheias), mas nada de anormal nessa passagem, a profundidade não ultrapassa a altura dos joelhos e a correnteza não é forte, pode-se confirmar ali outro problema que é o da falta de matas ciliares preservadas na região, o assoreamento daquele trecho do rio era calamitoso.

É muito relaxante atravessar um rio após ter andado vários quilômetros e poder ter a oportunidade de “sentar” em seu leito para se refrescar com a água em uma temperatura muito agradável, ajuda a baixar a temperatura do corpo e ameniza o cansaço do esforço físico, além de ser um ponto muito bonito, onde em um possível futuro roteiro turístico renderia muitas fotos sendo até mesmo um ponto de descanso para os peregrinos.

Após quase meia hora contemplando a paisagem e reforçando o filtro solar para o restante do trajeto segue nossa viagem na estrada já no município de Sandovalina e novamente margeando diversas propriedades rurais dentre as quais logo após cruzarmos o rio a fazenda do senhor “Bruno Padovan” parente do senhor Luis Padovan já entrevistado, que também confirma os fatos afirmados pelo

parente e por ser um dos moradores mais antigos do local se mostrou simpático à idéia da presença de turistas próximo de sua fazenda.

Normalmente as paradas para descanso nos carros de apoio que seguiram a nossa frente eram de aproximadamente a cada hora e meia, e a nossa permanência por ali em torno de quinze minutos.

A caminhada foi seguindo o roteiro planejado com as paradas para descanso (seis no total) em todo o trajeto de 46km, por volta do quilometro trinta e oito um de nossos membros da equipe de caminhantes foi obrigado a desistir por estar com bolhas nos pés e não suportar mais as dores seguindo o restante do percurso no carro de apoio, agora a equipe de terra era de quatro pessoas, que por volta das 16h45m cruzou uma represa “Aterrão” outra área com enorme possibilidade turística, que também pode e deve ser usada para ponto de apoio e de descanso para que se possa terminar pouco mais de cinco quilômetros até a entrada da rodovia asfaltada levando até o trevo de Sandovalina. Nesta parte do percurso destaca-se a imagem de enormes áreas de pastagens, sem nenhuma outra cultura plantada no local, o maior atrativo neste local estava para acontecer, um pôr-do-sol muito bonito, e que valeu uma parada de 20 minutos aproximadamente para sua apreciação.

Assim terminou a atividade, exatamente às 17h50min, adentramos na cidade de Sandovalina após mais de dez horas de prospecção incluindo as paradas para almoço e descanso, a maior satisfação deste longo trecho percorrido foi o de poder visualizar a entrada da cidade e tendo a certeza de que todos os possíveis obstáculos e o cansaço proveniente deste esforço físico foram superados e deixados para trás, embora tenha sido o maior trajeto de nosso projeto, sem duvida alguma foi o que proporcionou uma grande emoção ao seu final.

7.1.4 4º Dia de Pesquisa

O ultimo dia de pesquisas pelas estradas rurais da área compreendida pela cidade de Sandovalina, pode-se dizer que foi o mais tranquilo quanto ao esforço físico que a caminhada exigiu, pois nesse dia retornamos de carro até a cidade anterior o município de Tarabai por volta das 10h00min seguindo

viagem até o trevo de acesso da cidade e indo ao sentido do município de Pirapozinho, seguindo pelas mesmas indicações que tínhamos de mapas mostrando que aquela seria a continuação da antiga estrada “Baixela de Santo Inácio” a equipe de terra estava reduzida apenas á três membros devido o restante do grupo não estar em condições físicas suficientes para concluir o ultimo dia de caminhada. Neste início de dia contamos com a Informação do Senhor José Felicio de 88 anos de idade um dos moradores mais antigos da cidade de Tarabaí e que é dono de uma das casas de secos e molhados mais antigas, ainda preservando esta característica quase que inexistente na atualidade, onde ele afirma que a rua a frente de seu estabelecimento era parte do caminho antigo e quando passou a receber grande trânsito de transeuntes pelos motivos da colonização Norte Paranaense, recebeu infra-estrutura como armazéns e arruamentos da Companhia Baiana de estradas pertencente à Família Collor de Melo, o que novamente mostra que aquele caminho era mesmo anterior e foi possivelmente de obra indígena.

Entre Tarabai e o trevo de Pirapozinho não existe nenhum aspecto que deva ser mencionado neste relatório. A não ser o sítio do Senhor Carlos Takashi, já explorado no segundo dia de pesquisa.

Esta estrada é muita plana e é um trecho curto até a chegada na rodovia Raposo Tavares já no trevo de acesso de Pirapozinho, onde aí sim, a atenção tem que ser redobrada pelo intenso tráfego de veículos na mesma, possivelmente teremos que adotar um desvio para que os futuros caminhantes não andem no acostamento da pista como foi feito o que pode acarretar um risco de atropelamento. Depois de passarmos pela entrada de um frigorífico na SP 270, entramos novamente em uma estrada rural cheia de aclives necessitando um pouco mais de esforço e com o piso todo cascalhado, o que pode machucar um pouco os pés se a pessoa não estiver com um calçado apropriado.

Desta vez a equipe de apoio contou além dos dois carros com o auxilio de uma motocicleta que dinamizou muito a questão da assistência do atendimento prestado aos caminhantes, e também os carros de apoio se mantiveram mais próximos em torno de 20 a 25 minutos no máximo entre um ponto e outro. Passamos também pelas nascentes do Rio Pirapozinho que esta destacada na figura 20, pode ser diferenciada pela linha azul na tela. Da nascente até a foz no rio Paranapanema em um total aproximado de 126,5 quilômetros de extensão.

Neste dia não houve uma parada específica para almoço, apenas foi fornecido lanches durante a caminhada, o que colaborou em muito para que chegássemos ao ponto final da nossa “aventura” na represa da “Cica” no município de Presidente Prudente, um local muito bonito e que chamaria a atenção de qualquer visitante pela grandiosidade do espelho d’água e pela vegetação em seu entorno, até mesmo poderíamos sugerir a visita turística no posto da “Sabesp” para uma possível palestra sobre a importância da conservação deste manancial que abastece toda a cidade de Presidente Prudente.



Figura 20 - Caminho percorrido seguindo-se o traçado do rio Pirapozinho
Fonte: Imagem Landsat – Banda 4 (Adaptado pelo Autor, 2008.)

De fato esta jornada foi concluída após quatro dias em uma paisagem adaptada ao meio rural muito agradável, sem contar com todas as experiências, amizades, histórias e o enriquecimento pessoal e cultural que cada pesquisador adquiriu durante esta semana inesquecível em nossas vidas, a pior parte é saber que acabou, mas o estímulo maior é o de poder estar colaborando com o desenvolvimento, planejamento e estruturação de um possível novo atrativo turístico em um território tão carente em diversos aspectos e que pode usar o turismo como fonte mantenedora para o seu desenvolvimento.

7.2 POTENCIALIDADES A SEREM EXPLORADAS NO PEABIRU

Em virtude das propostas estabelecidas anteriormente ao início dos trabalhos as perspectivas não eram tão boas, mas em face ao dinamismo imposto para a realização da atividade, constata-se que os objetivos foram alcançados, primeiramente em relação à potencialidade, que possibilitou uma visão mais abrangente da realidade disposta na região do Pontal do Paranapanema no que tange às atividades que estão sendo desenvolvidas na região, demonstrando que se excetuando as longas extensões de pastagens e as poucas áreas agricultáveis, em função da baixa fertilidade do terreno, não existem outras possibilidades para aproveitamento daquele solo para outros fins, e estando a agricultura e a pecuária em estado de crise, restam poucas saídas para os produtores da região em relação à sobrevivência naquelas terras.

O turismo desta forma se mostra como um promissor canal de desenvolvimento para as comunidades locais e as propriedades tanto grandes como pequenas, estas últimas sempre em formato de assentamentos rurais, em sua maioria do lado esquerdo do rio a montante. Outros elementos detectados nas atividades de prospecção foram os altos índices de erosões encontrados ao longo dos trechos percorridos o que mostra que o estabelecimento de um programa sério de recuperação de solos, seria de grande ajuda para a região, pois auxiliaria no não assoreamento dos rios da região. Os demais aspectos foram todos positivos, quanto à fauna e flora da região percebe-se que existe um princípio de controle, pois foram encontrados/avistados espécies como Araras Azuis, Capivaras e quantidade grande de Ararinhas na região, animais estes de grande valor como atrativos turísticos para a região.

Voltamos a destacar então, será que este viés (o turismo) para o desenvolvimento da região, como um desenvolvimento sustentável não seria um bom modelo a ser proposto aos governantes locais? Trabalhar com a inserção do turismo como possível e viável fonte de divisas aliado as culturas já existentes com controle de micro bacias efetivas e restabelecimento de uma rota milenar como o caminho de Peabiru trazendo caminhantes de outras cidades e até outros Estados para apreciar a região do Pontal do Paranapanema e interagir com a cultura local a

culinária do interior e ainda ouvir a história dos colonizadores ou seus familiares mais próximos ainda moradores do local.

A questão dos dilemas do desenvolvimento agrário aqui pode ser tratada com maestria, já que ainda se mostra possível conciliar uma “agricultura sustentável” ao turismo, visando manter as características ambientais. De acordo com Novaes (2001, p. 60), a base para um desenvolvimento agrário sustentável estaria, assim, em um tripé que inclui a geração e disseminação de tecnologias apropriadas, a capacitação dos agricultores e de todos os membros da família e a organização destes agricultores e da sociedade local para um novo modelo de desenvolvimento viável e de integração.

Este modelo viável pode inserir a atividade turística controlada, de maneira a auxiliar na renda das famílias, trazendo desenvolvimento e qualidade de vida aos moradores do pontal paulista e do norte paranaense.

Para contribuir com a disseminação das informações coletadas através desta pesquisa a campo e das atividades de gabinete desenvolvidas no Projeto o N.P.G.T, elaborou um site onde estão dispostas informações sobre o ramal prospectado, resumos, artigos, relatórios e materiais produzidos ao longo dos últimos anos sobre o Projeto Peabiru. Conta ainda com alguns *links* que podem levar o internauta a conhecer os demais projetos espalhados pelo Brasil e a América do Sul ligados ao Peabiru. Acessando o endereço eletrônico <http://prudente.uniesp.edu/npgt> podem ser acessadas as informações anteriores e até mesmo entrar em contato com a equipe de pesquisadores envolvida.

A seguir pretende-se apresentar algumas das conceituações de análises de redes sociais, e dois softwares que dentro da área da geografia do turismo é pouco utilizado no Brasil e se mostrará uma ferramenta valiosa para as ciências humanas e sociais, para por fim, apresentar uma análise realizada com alguns núcleos aglutinadores de conhecimento do Projeto Peabiru no ramal Botucatu, como um dos objetivos dessa dissertação.

8 ANÁLISE DE REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA PARA O DIAGNÓSTICO PARA PLANEJAMENTO EM GEOGRAFIA DO TURISMO

O desenvolvimento de planos, programas e projetos que envolvem relações sociais são comumente alvo de severas críticas por parte das ciências exatas, haja vista que para as ciências humanas e sociais o objeto de análise por muitas vezes é o ser humano, designado de sujeito. São necessárias então ferramentas que auxiliem no processo de investigação do sujeito e objeto, nesse caso, relacionado ao planejamento para atividades turísticas, para que seja possível uma evolução nas pesquisas nessa área.

Para isso foi subsídio para tal busca de ferramentas de auxílio para essa pesquisa a visita dos Professores da Universidade de Alicante na Espanha, que permaneceram na Universidade Estadual de Londrina como visitante durante um período no ano de 2008 e puderam demonstrar essas novas ferramentas de auxílio para o desenvolvimento de Projetos cujo objeto envolva comunidades e impactos a serem gerados a essa comunidade por meio da implantação de planos, programas e projetos, nesse caso específico de turismo.

Os resultados da investigação-ação realizada mostraram a utilidade da Análise das redes sociais como uma ferramenta-diagnóstica para entender os fluxos de informação entre os diversos atores que atuam nas cadeias produtivas que farão parte do Projeto do Caminho do Peabiru.

Ao iniciar um projeto de desenvolvimento – num lugar e contexto desconhecido – envolve certos obstáculos, sendo um dos mais críticos o desconhecimento do sistema ou rede social existente, ou seja, a estrutura e características das relações que formam as pessoas ou instituições com sua região.

Necessariamente os investigadores devem compreender o processo para identificar com quem e como se vai trabalhar e também compreender as relações existentes entre os diferentes atores. Quando se trabalha com estruturas sociais desconhecidas existe um alto risco de tomar decisões equivocadas, por isso é importante investir certo tempo para identificar os atores-chave e entender as relações sociais existentes entre eles. Além disso, estabelecer as possibilidades de êxito para qualquer projeto.

Nesse sentido, o mapeamento de redes será ferramenta útil para identificar essas estruturas, visualizar a complexa rede social que é tecida na região estabelecida pelo projeto e assim informar-se do contexto social entre o qual irá trabalhar para planejar de melhor maneira as ações necessárias para o desenvolvimento do Projeto do Caminho do Peabiru.

8.1 INTRODUÇÃO A ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

A metodologia da análise de redes sociais (ARS) demonstrou ter um alto crescimento dentro das ciências sociais e até o momento foi aplicada em temas diversos como saúde, psicologia, organização empresarial e comunicação eletrônica. A aplicação na área do desenvolvimento rural e de turismo é bastante nova e espera-se que esta ferramenta seja mais acessível às pessoas que trabalham neste campo.

O conceito destas redes se mostra cada vez mais freqüente na vida cotidiana, visto que, as pessoas se encontram cada vez mais conectadas entre si, e é cada vez mais comum o trabalho que se faz de forma virtual sem a necessidade de se encontrar num espaço físico. Enquanto estas redes crescem, cresce cada vez mais a consciência da importância das relações sociais em todos os âmbitos, ou seja, redes virtuais desde empresas internacionais até membros de comunidades que vivem em aldeias remotas nas montanhas que buscam encontrar um mercado para seus cultivos.

Para compreender estas relações, foi desenvolvida a Análise de Redes Sociais, que conta com dois focos principais, os atores e as relações que existem entre eles em certo contexto social. Estes enfoques ajudam a compreender a influência da posição em que um ator se encontra dentro da rede para ter acesso aos recursos como bens, capital e informação. Além disso, sugere que a atividade econômica está relacionada com as estruturas sociais, idéia que criou o conceito de capital social.

Um dos recursos que circula pela rede é a informação, e a ARS foi aplicada para identificar os fluxos de informação assim como os “gargalos da garrafa”. Na teoria, a identificação dos fluxos e “gargalos da garrafa” deve levar às

melhores estratégias para compartilhar informações entre atores, baseados nas estruturas existentes, buscando desta maneira incentivá-los e não substituí-los.

Para acessar os recursos, os atores formam vínculos com outros atores, formando *clusters* nos quais as pessoas que estão mais bem posicionadas estarão mais bem informadas. Os atores com variedade de fontes de informação normalmente pertencem a vários *clusters*, o que lhes dá certo poder ao ter um “rol” de informações até as pessoas que não têm tantos contatos, portanto, acesso a informação. Vale ressaltar, que os fluxos não são necessariamente eqüitativos, o que cria hierarquias baseada nas posições que os atores têm dentro da rede.

As redes não só promovem acesso aos recursos, como também a outros atores que podem ajudar a dar valor a esses recursos. Sugere-se que alguns atores estruturam suas redes sociais para obter um máximo proveito, aproximando-se cada vez mais aos recursos e oportunidades existentes. O investimento nas relações sociais para acessar ou mobilizar recursos com a intenção de gerar renda (capital) se chama construção de capital social. Fala-se muito deste conceito, porém de forma muito abstrata, a ARS é uma ferramenta que pode ajudar a entender melhor como as relações sociais podem influenciar no desenvolvimento local.

Como é muito grande a carga de trabalho para se encontrar mecanismos que permitam utilizar a ARS como um insumo para criar capital social, espera-se que o primeiro passo seja a possibilidade de, ao menos, visualizar as relações existentes entre os diferentes atores que interagem em qualquer contexto. Desde esta perspectiva ainda existe um longo caminho para fortalecer as relações sociais e assim criar condições mais eqüitativas para as comunidades, nesse caso ao longo dos caminhos antigos e os produtores rurais que não estão bem conectados às redes de onde fluem os recursos e se tomam as decisões. Contudo, espera-se que permita um entendimento de como funcionam estas estruturas, assim como sua posição relativa no marco da rede.

Muito se escreve sobre a análise e a teoria de redes sociais que pode ser de interesse para algumas pessoas, contudo este não é o âmbito para falar mais deste tema. A idéia deste Modelo de ferramenta tecnológica é proporcionar ferramentas necessárias para realizar uma análise de sua própria rede social com nenhuma experiência prévia e, lhes permitir adaptar a metodologia segundo suas próprias necessidades.

8.2 O DIAGNÓSTICO PARA A ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

Normalmente os estudos com a ARS contam com um dos enfoques: o primeiro enfoque em um grupo fechado, por exemplo, as pessoas que trabalham numa organização e se estudam as relações que existem entre elas, ou o segundo, analisa uma pessoa buscando entender as relações sociais existentes em seu meio.

No contexto do desenvolvimento de um Projeto como o Peabiru que se desenvolve em sua maioria no meio rural, nenhum destes enfoques é o mais adequado, visto que seria muito oneroso entrevistar a todos os atores que trabalham em certa área e as técnicas associadas para estudar as redes pessoais não se adequaram muito bem ao nível institucional, visto que não há tanta transparência entre as relações interinstitucionais como entre as pessoas. Além do mais, têm que se analisarem as relações existentes entre indivíduos e instituições e para entender os processos de inovação é preciso visualizar o fluxo, o intercâmbio de informação e conhecimento entre ambos os níveis de uma só vez.

O Projeto do Caminho do Peabiru opera num marco sócio-institucional muito complexo, onde se notam as interações entre organizações de base, organizações não governamentais, instituições públicas e privadas, as quais possam operar a nível local, regional, nacional e internacional. Esta heterogeneidade se complica ainda mais em um cenário onde a cooperação regional e até mesmo interestadual tende a trabalhar com projetos de curto ou médio prazo com alianças entre vários sócios, o que limita as possibilidades da continuidade e consolidação de experiências de sucesso.

A metodologia da análise de redes sociais aplicada como uma ferramenta de diagnóstico pode ajudar a enfrentar os desafios associados com o planejamento e implementação de projetos de desenvolvimento do turismo em meio rural, demonstrando as tendências institucionais, identificando iniciativas semelhantes para evitar a reaplicação de esforços e facilitando a construção de capital social entre os diferentes atores. A visualização de redes sociais ao nível de comunidades e organizações permite compreender as redes locais mostrando as interações entre atores e as pessoas influentes.

Os sociogramas criados por esta ferramenta, que serão apresentados a seguir, têm muito potencial na hora de informar sobre a realidade.

Os sócio-gramas e gráficos visuais podem captar a atenção e imaginação dos atores do projeto das comunidades ao longo do caminho e das pequenas propriedades rurais onde o nível de analfabetismo às vezes é muito alto, o que ocasiona a falta de interesse em participar de investigações ou ler informações escritas.

Os mapas ajudam a pessoas alheias à localidade identificar os atores centrais da rede local, se trata de um bom guia para o momento de decidir a quem se deve envolver num projeto, ou ao menos, quem consultar durante os processos de planejamento e implementação de projetos para que haja melhor participação e aproveitamento das inovações. O recurso visual, também é um bom ponto de partida para estimular a discussão entre os atores-chave, de suas relações e os benefícios de trabalhar sob a forma colaborativa para construir uma rede que funcione rumo aos objetivos em comum.

A grande variedade de atores e quantidade de temas que cruzam o contexto do desenvolvimento de projetos em turismo não devem ser vistos como um fator limitante para realização de um estudo de ARS, porém estes fatores valorizam à ARS como ferramenta de diagnóstico e fornece resultados rápidos, visuais e altamente úteis às pessoas que trabalham com este tema.

8.3 COMO ELABORAR A ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

Na análise de redes sociais, os gráficos se formam por dois tipos de informação:

- 1) os **laços** que representam às pessoas e instituições, e;
- 2) os **vínculos**, ou seja, as diferentes relações entre os atores ou laços.

Um dos problemas em qualquer contexto social é que os atores não são homogêneos e é importante distingui-los entre os diferentes grupos de atores. A ARS dá a possibilidade de definir entre os grupos diferentes, quais têm atributos que representam suas distintas características. Estes atributos podem se referir ao contexto social (ricos, pobres), nível de educação, atividade econômica, sexo, etc. E no contexto podem ser representadas por diferentes cores e formas.

Com respeito aos vínculos, estes se referem aos diferentes tipos de relações que se queira medir. No caso desse Projeto tomamos como exemplo o fluxo de informação entre os distintos atores numa cadeia produtiva, o caso do turismo de Peregrinação. Contudo, espera-se que o exercício possa ser aplicado com outros enfoques, por exemplo, turismo de sol e praia, bens e serviços para mostrar os distintos tipos de relações numa variedade de contextos sociais.

Quando se pensa em uma análise de rede para estabelecer um diagnóstico o mais importante é ter bem claro qual informação se quer obter.

Esta ferramenta é muito versátil para visualizar relações sociais, porém tem que se destacar a existência de certas limitações e a utilidade do estudo dependerá num certo grau da clareza das idéias desde o princípio. Antes de começar, é importante pensar exatamente quais dos atributos dos atores nos interessam, assim como os tipos de relações que se quer apresentar com os gráficos.

Outro elemento para se pensar bem é o tamanho da amostra. A investigação deve identificar uma amostra ótima em um estudo desta natureza. O importante é ter uma amostra suficientemente representativa para que o gráfico mostre as tendências e identifique tanto aos atores mais importantes como aos que se encontram isolados, tendo o cuidado de não tomar uma amostra muito grande, o que resultaria em gráficos muito complexos e difíceis de compreender. Uma vez definidas as relações sociais e os atributos dos atores que se quer mapear, se elabora uma pesquisa com uma amostra representativa dos diferentes tipos de atores.

Como elaborar a pesquisa

É recomendável formular perguntas objetivas, sobre tudo se o estudo for direcionado a meios rurais com pequenos produtores de tal forma que possam responder de maneira concreta, que não confunda nem leve muito tempo. Anteriores experiências com pesquisas de estrutura mais tradicional mostraram que as pessoas têm se incomodado muito ao responder muitas perguntas. O objetivo desta ferramenta é obter o máximo de informações no menor tempo possível, fornecendo resultados que permitam ao investigador obter um panorama geral do cenário.

Neste sentido pode formar parte de uma pesquisa que englobe outros temas independentes às relações sociais e utilizar seus resultados

independentemente. Como em todo tipo de pesquisa o investigador deve pensar em como fazer as perguntas, utilizando um linguajar simples que não seja mal-entendido pelos entrevistados. Além disso, há de se pensar no tipo de respostas que se espera e como irão se codificar. Há duas opções, fazer perguntas abertas ou fechadas.

Perguntas abertas

São muitas as vantagens em se fazer perguntas abertas onde pessoas têm liberdade de responder espontaneamente. Desta maneira, os pré-julgamentos dos investigadores, em muitos casos, não se interpõem no estudo, e os resultados realmente refletem as perspectivas do público entrevistado. Contudo, é importante considerar que esta maneira requer um maior investimento de tempo uma vez colhido os dados, e é o mesmo investigador quem vai aplicar seu critério, agrupando e codificando as respostas.

Perguntas fechadas

Perguntas fechadas antecipam todas as respostas possíveis e as agrupam antes de sair a campo, para que no momento de preencher a pesquisa somente necessite utilizar um simples código evitando recordar muitas respostas que aumentem o tempo requerido para a entrevista. Desta maneira se perdem certos detalhes da informação computada, tem que se levar em conta a considerável economia de tempo na hora de fazer a análise.

Por outro lado, a maioria dos investigadores tem experiência prévia no tema permitindo a opção de uma categoria aberta (Ex: Outro, por favor, especifique). A decisão da qual destes métodos utilizarem, dependerá do critério do investigador e os fins do estudo. É importante analisar este ponto, já que se corre o risco de que todas as respostas caiam em uma mesma categoria, o qual no futuro não permitirá fazer uma completa análise. As perguntas sobre os atributos como as perguntas sobre os vínculos é um tema que se deve tratar com um cuidado especial.

Definindo as variáveis

Devemos ter cuidado ao fazermos muitas perguntas a fim de não deixar de lado nenhum elemento ou dado relevante. É importante reconhecer a importância de ser metódico, é muito comum que o investigador se depare com dados inúteis na hora da análise; o mesmo notará que não pode analisar tudo pela quantidade de dados computados, pois existem dados que não dizem nada de novo.

Deve-se destacar que esta ferramenta é para fazer um diagnóstico muito geral das relações sociais em certo contexto e não entrar em maiores detalhes. Por isso recomenda-se que seja limite o número de variáveis tanto para os atributos como para as variáveis, tomando como guia dois ou três de cada tipo.

A idéia é que o mapeamento sirva como elemento de diagnóstico e que possa analisar posteriormente e com detalhes os atores identificados. Desta forma o investigador estará mais bem preparado para realizar entrevistas que leve em conta à situação real apresentada nos mapas.

O exemplo considerado para este Projeto é a cadeia do turismo no projeto Peabiru, uma grande cadeia, com muitos atores. O enfoque do estudo foram os fluxos de informação para mostrar se a cadeia se sustenta entre os distintos atores da cadeia sem algum dos atores envolvidos. A variável-chave dos atributos foi o papel de cada Instituição dentro da cadeia.

8.4 O FORMATO DA PESQUISA E A INFORMAÇÃO DE ATRIBUTOS

A informação de atributos permite distinguir os diferentes tipos de atores que aparecem no gráfico, Exemplos de atributos que agrupam pessoas são os papéis desempenhados na cadeia, nível de educação, acesso a recursos, etc. Os mesmo podem estar relacionados, citando como exemplo o atrativo a ser explorado em determinada propriedade ou região e a infra-estrutura disponível. É muito importante que as perguntas sejam simples e codificadas.

Informação de vínculos

Com os vínculos se tem a clara relação do que se quer medir. A cada relação se assimila uma cor no momento de confeccionar os gráficos, para que se possa observar no desenho da rede.

O exemplo apresentado nesta pesquisa utiliza vínculos para mostrar distintos tipos de fluxos, tipos de informação ou de meios de comunicação. A estrutura da pesquisa para levantar esta informação se vê no quadro abaixo.

| Ator na cadeia | Tipo de informação | Meio de comunicação |
|-----------------------|---------------------------|----------------------------|
| Dono de Sítio | Turismo | Reuniões |

Quadro 4 - Pesquisa para levantar fluxos de informação

Fonte: Netdraw (2008).

Vale ressaltar que também se pode dar um valor numérico às relações, por exemplo: quantas vezes entram em contato por semana, utilidade ou confiabilidade percebida da informação obtida.

Este formato corresponde a usos mais tradicionais da ARS, em que se pode medir a força dos vínculos entre os distintos atores.

| Pessoa, organização ou instituição | Tipo de informação | Utilidade da informação (escala: 1 min – 5max.) |
|---|---------------------------|--|
| Prefeitura de Sandovalina | Turismo de Peregrinação | 3 |

Quadro 5 - Pesquisa que dá valor aos fluxos de informação

Fonte: Netdraw (2008).

Uma decisão que deve ser tomada neste passo é são quantas respostas por ator entrevistado. Pode-se pôr um limite onde se supõe que os atores nomeados seriam os mais importantes ou pode deixá-lo aberto para ver quantas pessoas estão nomeadas, por exemplo, fontes de informação. Esta última opção tem a vantagem de que se pode não somente identificar quais atores estão nomeados como também os que nomeiam outras pessoas, sugerindo que estas são as pessoas que tem mais contatos e são mais conscientes de sua região.

Levantamento de informação

Quando a entrevista está pronta, temos que pensar como vamos levantar a informação e quem irá fazer o trabalho de campo. Existem muitos elementos logísticos e metodológicos a considerar nesta etapa.

Entre os temas logísticos estão os recursos humanos e financeiros disponíveis para realizar o estudo. Para qualquer estudo o tempo e o dinheiro

sempre são fatores limitantes e o investigador tem que decidir se a informação será computada por sua conta ou se serão contratados investigadores, o que implicará dar capacitação no uso da ferramenta e o propósito do estudo. Não há respostas definitivas a estas perguntas e variam muito a cada estudo.

No processo metodológico também se deve tomar certas decisões que permitam definir o alcance do estudo, o que trará muitas implicações para que haja representatividade nas relações sociais e seu contexto.

Primeiro, é chave definir os limites geográficos do estudo, como as localidades onde serão levantadas as pesquisas, no caso do Projeto do Peabiru foi delimitada a região entre as cidades de Jardim Olinda e Santo Inácio no Paraná, até a cidade de Presidente Prudente no estado de São Paulo. Implícitos neste fator se encontram considerações logísticas, como a acessibilidade às comunidades remotas, assim como os custos de viagem. Se o estudo considerar várias comunidades ou municípios é importante definir se haverá um encarregado responsável ou uma equipe com representantes em diferentes localidades.

Segundo, é necessário definir a amostra que se quer tomar. Até o momento não se pode dizer qual é o número adequado que permita realizar um estudo deste tipo, porém deve-se enfatizar utilizar a ARS é uma ferramenta de diagnóstico que permitirá dar uma idéia da realidade cujo objetivo não é entrar em maiores detalhes. Devemos computar informações de diferentes grupos, por exemplo, em diferentes comunidades ou com distintos papéis na cadeia, é importante que a amostra seja representativa de todos os grupos.

Finalmente deve-se decidir por onde começar. O recomendável é começar a pesquisa com um ponto de contato na área de estudo, o qual irá entrelaçando com seus outros contatos que estão trabalhando na mesma direção. Os contatos nomeados nesta pesquisa já são atores que se deseja entrevistar utilizando as técnicas da “bola de neve” (entrevista ator 1 e este indica o próximo a ser entrevistado, e seguem-se as visitas dessa forma), para assim, ir criando um mapa das relações existentes. Contudo, para se ter uma visão mais ampla das relações sociais é recomendável partir de mais de um ator.

Quando se trabalha com prefeituras, produtores e comunidades pequenas, que normalmente estão dispersos, devemos pensar bem em representatividade já que eles têm redes em suas comunidades e de uma só vez

são pertencentes a outras redes maiores onde interagem diretamente com as instituições.

Este tema metodológico é muito interessante, já que neste tipo de estudo enxergam-se as relações e inter-relações de indivíduos com as instituições e mesmo que encontrada a melhor maneira de mostrar as relações entre estes dois grupos diferentes, deve-se levar em conta o funcionamento real entre os diferentes atores. No momento de confeccionar o gráfico, sugere-se que as redes de pessoas e das instituições se distinguem por figuras diferentes ou números.

Preparando a base de dados

Uma vez iniciadas as coletas de dados para as pesquisas, deve-se transferi-las a uma base de dados (Excel). É um trabalho no qual se deve ter muito cuidado (há vantagens entre uma pesquisa de perguntas abertas frente a uma de perguntas fechadas).

Devem ser elaboradas duas bases de dados: uma, com a informação sobre os laços e seus atributos, e outra, com os dados dos vínculos. É mais fácil começar com a base de dados de vínculos, porque nos servirá para elaborar a base de dados dos laços.

Codificação

Em cada pesquisa existe uma lista de nomes e as informações correspondentes. Caso haja perguntas abertas, é o momento de sistematizá-las e codificá-las. Recomenda-se não ter mais de 10 tipos de informação em cada categoria. No caso de utilizar os vínculos para mostrar distintos tipos de fluxos, todos os dados têm que ser codificados e numerados, por exemplo:

| INFORMAÇÃO | | MEIO | |
|-----------------------------------|---|-------------|---|
| Certificação | 1 | Visita | 1 |
| Elaboração de Produtos Turísticos | 2 | Telefone | 2 |
| Risco | 3 | Celular | 3 |
| Implantação de Infra-estrutura | 4 | Fax | 4 |
| Clima | 5 | Internet | 5 |

| | | | |
|-----------------------------|----|----------|----|
| Transformação | 6 | Correio | 6 |
| Preços | 7 | Oficinas | 7 |
| Desenvolvimento empresarial | 8 | Rádio | 8 |
| Mercados | 9 | Vídeo | 9 |
| Outro | 10 | Cartaz | 10 |

Quadro 6 - Sistematização e Codificação de Perguntas

Fonte: O Autor (2009).

Criar uma base de dados dos vínculos

Nesta parte necessita-se a utilização do Excel e criar uma base de dados com quatro colunas: Neste caso as quatro colunas são:

- 1) Atores entrevistados (repete-se o nome do entrevistado por cada ator que o indicou);
- 2) Atores nomeados;
- 3) Tipo de informação;
- 4) Meio o qual se tem acesso a esta informação.

As primeiras duas colunas serão as mesmas em qualquer investigação e as duas últimas colunas mudarão segundo as variáveis que o investigador escolheu para seu estudo. Também é possível ter mais colunas com mais dados, se assim, for decidido ter mais variáveis na hora de elaborar a pesquisa. É muito tentador, porém sempre há o risco de focar demasiadamente os detalhes e perder a visão mais ampla do cenário. Os mesmo dois atores podem ter mais de um vínculo, o que representa que flui mais de um tipo de informação entre eles.

Criar uma base de dados dos atributos

A base de dados feita com os vínculos contém todos os atores que aparecem na rede e facilita a criação da base de dados dos atributos dos laços, e requer a elaboração de uma lista de todos os atores na rede.

Elaborar uma lista de todos os atores que aparecem na rede

Para apagar os nomes repetidos, ir a *Data – Short Ascending*. Assim se organizam os nomes em ordem alfabética e será mais fácil identificar quais estão

repetidos. Esta ação também permite identificar se existem atores que aparecem com nomes diferentes, o que pode trazer problemas no momento de trasladar os dados ao software. Apagam-se os nomes repetidos, até obter uma lista depurada de todos os atores.

Preencher os atributos dos nomes

Com esta lista de nomes se formará a base de dados dos atributos de laços. Para isso, aumentam-se as colunas e se introduz a informação dos atributos.

Neste caso existem quatro colunas:

- 1) ID que é o nome que aparecerá no gráfico (e tem que corresponder com a informação da base de dados dos vínculos);
- 2) Nome completo, por exemplo, das organizações de Produtores e comunidades;
- 3) Tipo de ator (produtores, associações, instituições, etc.);
- 4) Localização geográfica dos atores.

Deve-se recordar que isto é uma lista completa de todos os atores que aparecem na rede, tanto os entrevistados como os nomeados. Portanto, é possível que não haja informação de atributos para todos os nomeados, pois é muito provável que nem todos tenham sido entrevistados. Tem que se decidir o que fazer com os laços sem atributos, ou pode preencher os dados de informação prévia ou fontes secundárias e/ou pode preencher com “sem_dados”. Não deve deixar vazia nenhuma célula.

Também se faz as seguintes recomendações:

- **Utilizar nomes curtos para não complicar o gráfico**
- **Escrever os nomes sem espaços**

Por exemplo: Governo Municipal = Gob_mun

Quando já estão completas as bases de dados tem que adequá-las ao software.

Preparando a base de dados para o traslado ao software

Netdraw

Eliminar as folhas vazias

Terminado o passo anterior, grava-se como arquivo.txt. Levar em conta que o Excel permite gravar como.txt somente uma folha (normalmente um arquivo se abre com três folhas; portanto devem-se eliminar as duas folhas que estão

vazias).

Gravar o arquivo como.txt

Neste passo devem-se salvar dois arquivos em formato.txt. Para fazer isto, ir a Save as, quando abrir a janela, há a opção de salvar em uma variedade de formatos (Save a type). Dê ao arquivo um nome e escolha Text (tab delimited) (*.txt).

Abrir os arquivos de laços e vínculos em Notepad

Uma vez gravado como.txt, deve-se abrir novamente o arquivo Notepad para fazer-lhe os ajustes necessários para posteriormente introduzi-lo no programa de gráficos de redes (Netdraw). Conta-se então, com dois arquivos, um de atributos (Node Data) e outro de vínculos (Tie data). Estes dois arquivos devem se fundir. Primeiro se abre o arquivo de atributos (em .txt) e se dão dois passos importantes (também é possível fazer isto enquanto se está no Excel).

Começa com a informação de atributos. Abre-se o arquivo correspondente (em .txt) e se dão dois passos importantes:

A primeira linha aumenta ***Node Data**

Deve-se verificar que a segunda linha tenha os seguintes nomes nas colunas (os atributos), sendo neste caso:

| ID | nome | tipo de ator | localização |
|-----------|-------------|---------------------|--------------------|
|-----------|-------------|---------------------|--------------------|

Por todos os nomes com mais de um componente entre aspas

Se existem espaços em algum dos nomes, estes devem ir entre aspas. Por exemplo, "Ator de Apoio". É um trabalho exaustivo, que requer paciência, porém muito importante. Se os dados não estão entre aspas o software considerará cada palavra como uma informação diferente. A base de dados de vínculos tem que passar pelo mesmo processo para que o programa Netdraw possa reconhecer ainda que neste caso a primeira linha tenha que ser *** Tie Data**.

Da mesma maneira na segunda linha (que seriam as relações) devem estar às relações correspondentes, sendo neste caso:

| ID | ator | informação | meio |
|-----------|-------------|-------------------|-------------|
|-----------|-------------|-------------------|-------------|

Também se deve verificar aqueles dados com múltiplas palavras que

estão entre aspas.

Juntar os arquivos de atributos e laços

O seguinte passo é juntar os dados de laços e atributos num só arquivo (copiar e colar). A informação dos atributos (*Node Data) deve ser a primeira seguida pela informação de vínculos (*Tie Data). Não se devem deixar linhas em branco. É possível salvar num só arquivo desde a etapa no Excel, segundo a preferência do usuário. Às vezes tem que ajustar os dados para encontrar erros, o que se recomenda é trabalhar com os arquivos separados para facilitar a tarefa de encontrar um dado errado. Quando já estiver pronta a informação é recomendável agravar sob um novo nome. Já estão prontos os dados para introduzi-los ao Netdraw.

O uso do software Netdraw

Netdraw© é uma ferramenta de software para fazer gráficos, o qual pode ser baixado gratuitamente da internet no seguinte endereço: <http://www.analytictech.com/netdraw.htm>

Netdraw está combinado constantemente com consideráveis melhoras.

Netdraw lê arquivos em vários formatos - este trabalho se baseia no formato *.vna* que é o mais simples de converter de uma folha do Excel.

O programa não é muito pesado e, portanto, é baixado em pouco tempo. O mesmo tem um manual básico (em inglês).

Abrindo o arquivo em Netdraw

Uma vez instalado se abre e aparece uma nova tela. Vá a *Open* e parecem várias opções. Escolha *Vna Text File* e, logo, *Complete*.

Primeiras análises da rede

A visão geral é muito complexa, mas existe a possibilidade de visualizar grupos de atores e, desta maneira, realizar uma análise mais simplificada.

Novas ferramentas

Esses ensinamentos são simplesmente uma introdução ao uso deste software. Contudo, é uma base que permite ao usuário adquirir confiança para que comece a experimentá-lo conforme as necessidades em seu âmbito de pesquisa e de trabalho.

A rede de 2 modos

A rede de 2 modos é uma maneira mais complexa de mostrar

informação e a que se têm laços de dois tipos diferentes, por exemplo, atores e suas demandas de informação, que permite visualizar essas relações e facilita a análise. Para efeitos do mesmo, podem ser utilizados dois laços: os Atores e as Demandas de Informação, para dar um panorama de onde estão localizados, ou diversos laços de acordo com a necessidade do projeto

Atenção: Para criar estas redes de 2 modos é necessário ter o programa Ucinet© . Este já não é um programa gratuito e requer uma licença. Pode ser baixado da internet no sitio: <http://www.analytictech.com/ucinet.htm>.

8.5 FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS E A GEOGRAFIA DO TURISMO

Como foi apresentado inicialmente, um dos objetivos desta pesquisa é fazer com que a Análise de Redes Sórias (ARS) seja acessível para muitas pessoas que trabalham no desenvolvimento de projetos que envolvam áreas rurais e pequenas comunidades e em ambientes onde existem redes sociais muito complexas, que em certas ocasiões podem formar barreiras que freiam a intervenção dos investigadores e os projetos de desenvolvimento e principalmente da geografia do turismo.

Este Projeto pode ser adaptado às necessidades de organizações e pessoas em diferentes âmbitos. A diversidade de usuários e setores será crucial para sua atualização. É uma ferramenta nova e tem muito a ser explorada e testada. Neste sentido cada usuário deverá utilizá-la de acordo com suas necessidades e interesses, procurando o melhor uso para atender as relações sociais que influenciam no desenvolvimento local. Qualquer aporte é importante para continuar o aperfeiçoamento e valorização desta metodologia.

Espera-se que a simplificação da Análise de Redes Sociais - ARS permita um acesso maior de usuários de diferentes setores, já que se trata de uma ferramenta versátil, prática e com muito potencial. É muito prematuro chegar às conclusões finais. Por hora seguimos experimentando. Os diferentes atores que conformam a realidade farão com que o uso desta ferramenta seja cada vez mais diversificado e permitindo entender e avaliar sua utilidade.

Não existe uma resposta mágica para o porquê da pobreza nem

para o do desenvolvimento e, da mesma forma que esta pesquisa e ferramenta, por conseguinte nos ajuda a entender as complexidades e conflitos entre diferentes atores, também se espera que ele faça parte da grande variedade de metodologias que são aplicadas à fomentação do desenvolvimento.

O conceito atrás desta metodologia é que a visualização das redes sociais pode ajudar às pessoas a entender a complexidade de sua região e como um primeiro passo às mudanças positivas. A expectativa é que essas metodologias tecnológicas e outras mais sirvam como ponto de partida, deixando a imaginação de cada pesquisador para que se guie no uso e adaptação deste software a seu próprio ambiente de trabalho.

É importante deixar claro que existem outros softwares existentes no mercado e que podem auxiliar no desenvolvimento de atividades de pesquisa como essa e a escolha da metodologia e das ferramentas de apoio ao desenvolvimento desses devem ser criteriosamente escolhidas pelos pesquisadores, já que para planejamento de atividades em que o planejamento das atividades de turismo está envolvido não apenas são necessários que se testem novas ferramentas de auxílio a esse planejamento, mas sim que os pesquisadores se debrucem sobre os objetos de estudo e busquem novas soluções visando o desenvolvimento do ser humano em equilíbrio com a natureza.

E possam auxiliar no desenvolvimento de projetos e na organização desse planejamento, haja vista a necessidade de conhecer muito bem quem são os atores envolvidos sob o risco de se perder grande quantidade de energia e recursos, quando do desconhecimento sobre quem são os atores envolvidos no planejamento e desenvolvimento de projetos em turismo.

9 PROJETO CAMINHO DE PEABIRU E A ANÁLISE DE REDE SOCIAL

O projeto que se desenvolve só se sustenta se tiver um objetivo em comum e se este objetivo for suficientemente intenso para que os atores continuem a investir energia na trama reticular a ser formada. Haja vista que os níveis de interesse, a disponibilidade de acesso e outros fatores podem facilitar ou restringir a interação, a manutenção do sistema dinâmico que a rede pode tender a concentrar-se em poucos atores centrais, formando-se um núcleo motor central para a consecução dos objetivos. Essa nucleação pode ser importante fator para a manutenção do Projeto / rede, diminuindo a possibilidade de fragmentação dos laços solidários.

Buscou-se identificar um grupo de instituições que estivessem assentadas em um espaço geográfico delimitado entre as cidades de Jardim Olinda no estado do Paraná, passando pelos municípios paulistas de Sandovalina, Tarabaí, Pirapozinho e Presidente Prudente, vinculadas ao projeto por meio de termos de parceria, portanto, identificáveis.

A rede pesquisada experencialmente compõem-se de 1 Universidade, 5 prefeituras, 03 propriedades rurais e 1 comunidade rurais. Seus objetivos são os mais diversos, porém, para essa pesquisa buscaram-se determinar que o objetivo nesse caso fosse voltado ao desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo visando os desenvolvimentos, sociais, culturais, ambientais e econômicos, por meio da implantação do Projeto Caminho do Peabiru.

9.1 METODOLOGIA, OBJETIVO E LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O objetivo central da pesquisa foi identificar se havia no Projeto do Caminho do Peabiru uma rede social espontânea, autopoietica e voltada à busca por um desenvolvimento equilibrado por meio de atividades como o turismo, ou se existia apenas um grupo de iniciativas isoladas que poderia se dispersar na ausência de um núcleo aglutinador.

As questões realizadas foram: Que Instituição central representa de fato um poder aglutinador do Projeto Peabiru? A rede / projeto se sustenta sem esse núcleo central?

Para responder a essas questões, utilizou-se a Análise de Redes Sociais, mapeando as relações de poder e interdependências, aprofundando a visão da forma como se entrelaçam as Instituições que fazem parte do projeto Peabiru, de posse do conhecimento dessa ação e suas interfaces, suas forças de coesão ou repulsão, mapeando-se as relações que as entidades mantinham-se entre si.

De acordo com Sayão (2001, apud PINTO; JUNQUEIRA, 2008, p. 44), é importante que a análise seja efetuada à luz das restrições de modelagem.

A simplificação inerente a todos os modelos também pressupõe uma definição simples para rede social e seus componentes. Ocorre que o estudo das redes sociais passa pela compreensão do que é o próprio ser humano e como este age em grupo. Há limitações conceituais e práticas, ligadas ao uso de grafos enquanto paralelismo a convívios humanos e seus relacionamentos, como figuras explicativas de uma realidade social complexa, até a modelagem de estruturas e processos fluidos, em que nos podem se desintegrar ou se estabelecer, laços podem se estreitar ou se desfazer, limitando a validade das conclusões obtidas a um horizonte de tempo relativamente curto.

É importante levar em conta o perigo quanto à quantificação de relações sociais e o risco do tecnicismo do pesquisador, ao interpretar resultados apenas em função da modelagem, e não cruzando esta com uma observação direta e crítica da realidade social.

Assim como outras pesquisas, essa buscou de forma subsidiária aumentar os estudos de caso sobre redes para demonstrar a possibilidade de utilização dessa ferramenta para aplicação nas áreas da geografia do turismo, além de explorar e apresentar ferramentas simples e poderosas e ampliar o uso da metodologia de análise de redes sociais. A pesquisa centra-se então na existência ou não de vínculos sólidos entre os atores das instituições envolvidas definidas.

A abordagem utilizada foi do tipo de redes completas, que busca em primeiro lugar traçar uma visão completa e panorâmica da rede, seus pontos frágeis ou variações na densidade. Utilizou-se um levantamento censitário com abordagem quantitativa, com pesquisa de campo com formulário estruturado e fechado para

mapeamento da rede. Definiram-se as Instituições formalmente vinculadas ao Projeto com parcerias firmadas.

A aplicação do questionário foi efetuada, no local da sede de cada instituição. Utilizou-se um *script* padrão e uma ficha de preenchimento dos dados. Ao contatar a instituição, foi certificado que o gestor de cada uma delas deveria ser ente de maior representatividade formal nessa organização e representa - lá, como a exemplo de uma Prefeitura o Prefeito Municipal. Ao entrevistar o gestor o pesquisador solicitava, em duas rodadas, que o entrevistado citasse com quais entidades da rede este mantinha maior contato. Com isso, obtinha-se até quatro vetores direcionados, ou indicações de contatos. O objetivo foi obter resposta imediata e direta do gestor, mostrando os padrões mais estáveis de relação, já que as eventuais ou mais fracas raramente são lembradas.

Na seqüência, solicitava-se que o entrevistado qualificasse este contato por assunto abordado. Como complemento, abriu-se espaço para citarem-se outras instituições com as quais mantinha contato, não ligadas ao Projeto Peabiru, deixando-se um campo para sugestões e percepções adicionais sobre a rede.

Os dados obtidos nos questionários foram estruturados em planilhas em Excel, lançando-se os relacionamentos binomiais e posteriormente alimentados no software para Análise de Redes Sociais chamados NETDRAW. A opção pelo Netdraw deveu-se a ser um freeware (programa distribuído gratuitamente) elaborado pela Universidade de Harvard, como já apresentado em capítulo anterior desse trabalho.

Para resposta as perguntas da entrevista, usando o ferramental citado, foram desenvolvidos dois cenários no Netdraw. A seguir, será apresentada a sistematização e análise dos resultados da pesquisa.

9.2 A ANÁLISE DA REDE DO PROJETO PEABIRU – RAMAL BOTUCATU

A primeira verificação consiste na inspeção visual do sociograma completo, como se pode verificar na Figura 21. Este sociograma contempla as instituições a partir de uma rede simétrica de ligações bidirecionais, com todos os vínculos identificados no decorrer das entrevistas. Evidencia-se uma forte

concentração de laços ligados a Universidade envolvida, mas não é possível efetuar quaisquer afirmações sobre os impactos da retirada da Universidade.

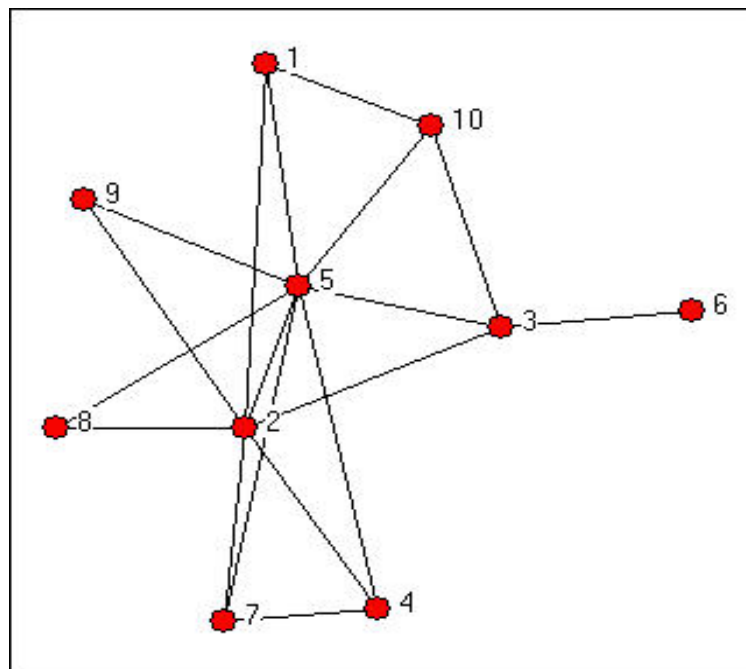


Figura 21 – Rede Simétrica

Fonte: Autor, a partir das entrevistas realizadas e análise no Netdraw

A figura 22 apresenta um sociograma que representa um cenário. A Rede 1 apresenta o grau de centralidade da Universidade (item 5) como ponto central, mas também demonstra uma configuração mais assimétrica e atores dispersos, que na entrevista alegaram não ter contatos maiores com as demais instituições e comunidades envolvidas. Sob essa perspectiva pode-se inferir que existe uma grande lacuna de falta de informações para alguns dos participantes do projeto Peabiru.

Tentar explicar tal fato não é fácil, já que o projeto passou por várias fases de desenvolvimento e implantação, e nessas, métodos diferentes de abordagem com as comunidades ao longo dos trechos de prospecção foram realizados.

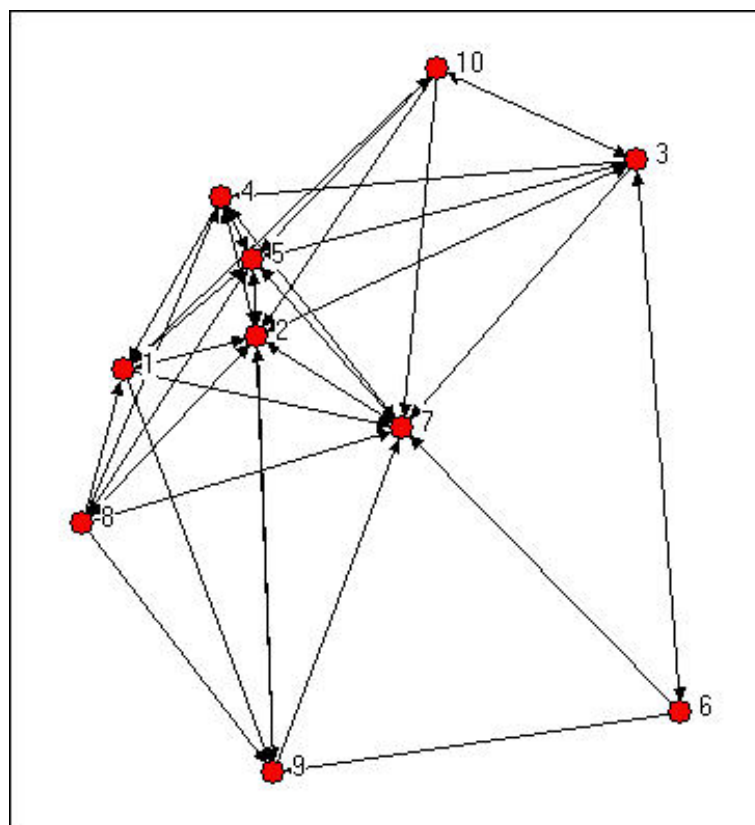


Figura 22 – Rede 1 Centralidade

Fonte: Autor, a partir das entrevistas realizadas e análise no Netdraw

Já a figura 23 apresenta a Rede 2 que demonstra grau de proximidade apresenta um maior numero de atores distantes, pois tinham contato apenas com a Universidade, e na retirada deste deixaram de ter quaisquer vínculos com a rede / projeto Peabiru, deixando claro que é necessária a busca por uma metodologia de trabalho que vise a criação de uma identidade para com as comunidades envolvidas no projeto Peabiru, quem sabe, utilizando-se dos aspectos ligados a valorização da cultura ligada ao caminho, a partir da formação de um sentimento valorização dessas comunidades com o caminho e seus atributos.

O sociograma é útil para visualizarmos a mudança estrutural e nos vínculos, mas para embasamento da análise seria necessário ainda detalhar mais os indicadores quantitativos da rede.

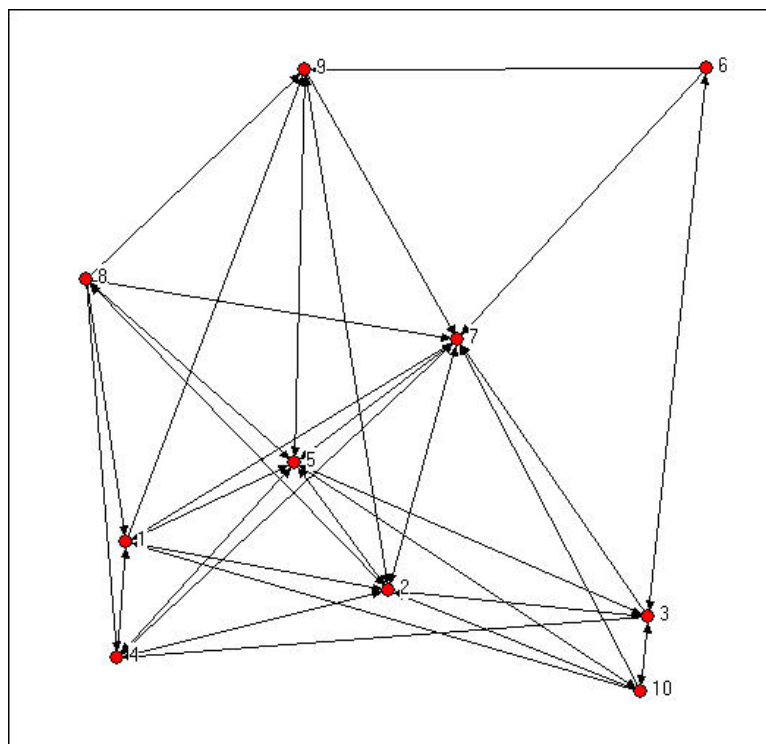


Figura 23 – Rede 2 Proximidade

Fonte: Autor, tabulação de entrevistas e análise no software Netdraw

A análise baseou-se na comparação entre os indicadores de redes para os dados de cada cenário. A Figura 20 apresenta as mensurações tradicionais, em uma visão mais abrangente. Ao compararmos a Rede 1 com a Rede 2, notamos a queda no número de arestas. Ou seja, o número de ligações efetivas é menor daquele que consta nas entrevistas, e significativamente menores se retirarmos a Universidade.

A densidade da rede de acordo com Carley e Reminga (2003, p. 131), “é definida como o percentual entre o número contato de laços em relação ao número máximo de ligações possíveis, em uma dada rede”.

As medidas de centralização de Freeman ou o Grau de Centralidade no caso do Netdraw expressam o grau de desigualdade ou variação em uma rede como um percentual de uma rede estrela perfeita de mesmo tamanho. Como a rede formal enquadra-se nesse caso, a comparação é direta para as redes 1 e 2 nos demais cenários.

Tanto o grau de centralidade (mede o quanto um ator está centralizado em relação aos demais atores da rede), quanto o grau de intermediação (mede o quanto um ator exerce papel de mediador sob outros atores ou está entre

dois ou mais atores) e o grau de proximidade (mede o quanto um ator está próximo ou pode alcançar os demais atores da rede), indicam que a rede formal tem uma concentração de poder muito maior do que as demais, motivada pelo grande número de contatos da Universidade no projeto e pelo contato com atores que tem poucos contatos adicionais, o que reforça seu contato com atores que tem pouca intermediação adicional, o que por outro lado reforça sua capacidade de agir como intermediário entre outros atores e confere a este certa força.

Pode-se inferir em uma análise global nessa rede do projeto Peabiru, tem-se que a Universidade é componente aglutinador e concentrador de poder na rede, sua exclusão causaria uma fragmentação considerável e a perda de mais de dois terços dos atores da rede, e essa poderia não continuar a existir, como foi demonstrado em uma análise em maior grau de detalhamento após as leituras das disposições da rede simétrica e das redes 1 e 2.

Na Rede Simétrica, figura 20, a centralidade de poder da Universidade afirma que o poder desse ator é uma função de quantas conexões tem este ator e os atores em relação a ele. Na rede simétrica verificam-se as entidades com maior pontuação de poder pelo índice de ligações bidirecionais de poder e a Universidade é identificada como ator central. Portanto, tem também uma elevada centralidade e proximidade e também teve uma participação em um grande número de grupos que têm todas as relações possíveis entre si.

A análise no nível bidirecional ou ator-ator confirma a mensuração macro, indicando o poder e a força da Universidade no Projeto Peabiru, muito elevado, ao ponto de desintegrar a rede.

Ao se analisar sob a ótica da gestão do projeto o contato com as Prefeituras mostra que existe vontade política de desenvolver projetos na área do turismo, porém, devido a pequena população dessas cidades tanto governo, quanto sociedade não tem mão de obra capacitada para o desenvolvimento de tal projeto, ficando a cargo da Universidade auxiliar em todos os processos de implantação do Projeto, sendo esse um desafio perigoso para a continuação deste projeto, uma das possibilidades seria a capacitação dos demais agentes e núcleos aglutinadores envolvidos para fazer com que outras estruturas possam auxiliar na sustentação da proposta de manter o Projeto Peabiru em Funcionamento.

A exemplo a Prefeitura de Jardim Olinda no estado do Paraná, tem um dos maiores potenciais de exploração neste trecho estudado, mas as Ruínas da

Redução Jesuítica de Nossa Senhora de Loreto, fica a 1.200 metros da avenida central do município, porém, do lado oposto do Rio Pirapó que pertence a cidade de Itaguajé. Este último município não tem ações voltadas ao turismo e dessa forma não permite que Jardim Olinda busque desenvolver essa modalidade de turismo, pois a infra estrutura não suficiente para receber visitação turística.

Ao contrário de Jardim Olinda, a cidade de Sandovalina no estado de São Paulo, tem infra estrutura completa com áreas de lazer e recrea o para a popula o, além, de equipamentos de saúde e educa o comparáveis a cidades de porte médio em fun o de investimentos oriundos de repasse de recursos pela empresa energética DUKE concessionária de energia no rio Paranapanema. Os gestores públicos da cidade entendem que o turismo pode ser uma atividade importante para se atingir o desenvolvimento social e econômico tão almejado por seus moradores.

Os municípios de Tarabaí e Pirapozinho - SP, assim como Jardim Olinda, não det m infra estrutura tão evoluída, mas nem em fun o disso ficaram de fora das atividades do projeto Peabiru, mas são até essa data as cidades mais distantes do desenvolvimento das propostas do Projeto.

Presidente Prudente por ser cidade pólo da região do Pontal do Paranapanema, tem sido o p lo emissor de caminhantes, peregrinos, curiosos e turistas que nos últimos anos tem tido contato com o Peabiru, além de ter dado apoio com a m dia sobre a história do caminho e das atividades que vêm sendo desenvolvidas nos últimos 5 anos.

Quanto as pequenas propriedades ao longo do caminho e as comunidades, são extremamente dependentes da Universidade, pela distância dos contatos com os gerentes do projeto e a distância para que as informa es possam ser repassadas com maior freq ncia.

Em resumo constatados os principais problemas inerentes a centraliza o das atividades desenvolvidas pela Universidade nesse projeto,   premente que um prognóstico seja elaborado visando minimizar as constata es confirmadas pela pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos antigos foram e são estruturas conexas, totais e sistêmicas que variaram de acordo com a dinâmica das culturas e a elas se subordinaram (mais fracos aos mais fortes) e as cadeias geradas a essas subordinações que causaram a desintegração de culturas belíssimas, atualmente tem o efeito contrário, na tentativa de resgatar e revalorizar os caminhos antigos como o Peabiru e mostrar sua importância na atualidade.

Da história a contemporaneidade, permeando tortuosas curvas e longínquas retas, destaca-se a necessidade da organização e sistematização de informações como das antigas vias de acesso que levavam e traziam no território atualmente brasileiro e também sul americano, buscando quem sabe o resgate de uma história que se apresenta entre as pesquisas como fascinante, e que poderá buscar ferramentas alternativas para chegar até o conhecimento das gerações atuais, como é um dos objetivos do Projeto Peabiru.

São necessárias ainda estruturar métodos, formular conceitos e aperfeiçoar muito as teorias que auxiliarão pesquisas como essa. O exemplo, da união de duas ciências, uma já secular como a geografia e a outra recém-nascida denominada de turismo, que a partir de juntas passam a ser chamadas de Geografia do Turismo. Interconectam leituras de espaço geográfico, social, cultural aos significados e significações buscados por parte dos viajantes modernos, conhecidos como turistas.

Entender os significados das paisagens e unir essa significação ao turista mostra a necessidade de buscar na geomorfologia, área da geografia, auxílio para captar o entendimento complexo que está representado nas paisagens e utiliza-lo de maneira eficaz no planejamento das atividades de contemplação presentes no turismo. Mostram a necessidade da busca de um modelo de planejamento eficaz que una tais elementos.

O modelo de planejamento proposto então é o Ambiental que visa a incorporação de sustentabilidade ao processo de desenvolvimento. A situação que mais se verifica atualmente em áreas onde a atividade turística se desenvolve, é ligado a esgotamento ambiental, desequilíbrio ecológico e também social. Devem-se principalmente a uma atitude de desconhecimento das propriedades dos sistemas

naturais, que motivam ocupação e exploração dos recursos naturais pelas atividades de turismo. E de outra parte a negligência sobre o que representa a figura da natureza na implantação dos sistemas turísticos, segundo o papel da tecnologia na transformação e exploração dos recursos, quase que como se fosse de “domínio” do homem.

Para tanto, mudar essa situação exige mudanças de comportamento, conceitos e até a quebra de paradigmas e quem sabe as estruturas socioeconômicas. Exige dos planejadores que conheçam como funcionam os sistemas naturais e sociais, de quais são suas potencialidades e suas limitações, para então estabelecer escopos objetivando equilibrar as relações entre os sistemas ambientais e sociais.

Do planejamento ambiental tem-se a necessidade de ser conhecida a estrutura e as relações das redes sociais que realizarão o desenvolvimento do Projeto Peabiru, usando-se a Análise de Redes Sociais. A pesquisa nesse sentido buscou identificar o grau de poder e essencialidade de um ator central. Essa identificação permitiu averiguar se a rede se sustenta, com o nível de relacionamento entre os atores em dado momento, se o ator identificado como central fosse extraída da rede.

A simulação dessas mudanças estruturais, sem intervenção na rede real, mas sim em um modelo computadorizado, permite que se tomem medidas no fortalecimento, redução, alteração e ampliação de elos e atores da rede, tornando-a mais resistente através de uma melhor distribuição de poder, que é o que pode ser verificado.

A análise do caso em estudo no Projeto Peabiru no Ramal Botucatu teve como conclusão que este ator central a Universidade, detentor de grande poder na rede, é essencial a ponto de provocar uma fragmentação irreversível, que pode descaracterizar a rede. Uma das propostas já apresentadas anteriormente seria a de capacitar as populações envolvidas individualmente e em seus núcleos aglutinadores visando criar condições para que o projeto possa continuar se desenvolvendo mesmo sem a presença da Universidade, ou na pior das hipóteses, que consigam por si só, buscar união e apoio em novos núcleos aglutinadores.

A metodologia de Análise de Redes Sociais ainda é relativamente nova e mais estudos devem ser realizados para buscar sua consolidação, na ceara da Geografia do Turismo enquanto ferramenta de diagnóstico e intervenção social.

O estudo realizado foi uni modal e binário e, portanto, ainda limitado, utilizando o software Netdraw. Sugerimos a realização de estudos e pesquisas com mais de duas redes modais e multidimensionais utilizando-se o Ucinet, aproveitando-se a evolução do ferramental tecnológico, como maneira de estudar não apenas a relação entre atores, mas diversas dimensões como conhecimentos acerca do tema Peabiru, projetos, recursos materiais para métodos de planejamento, novas localizações espaço-temporal dos caminhos antigos que venham a enriquecer a compreensão dos relacionamentos dos seres humanos com o espaço que habita.

De posse da informação da fragilidade com que está se desenvolvendo o Projeto Peabiru no Ramal Botucatu, será necessário revisar todo o processo de atividades com relação às redes / comunidades envolvidas visando o fortalecimento de suas relações diretas com o desenvolvimento desse projeto e da criação de uma nova Rota Turística no país, buscando o desenvolvimento equilibrado de comunidades tanto rurais como urbanas que estão dispostas nas cercanias de tais caminhos antigos.

Por fim apresentar ferramentas que subsidiem este modelo de planejamento a poder proporcionar uma possibilidade de transformar as realidades locais a partir de métodos e metodologias, centrados em fundamentos teóricos e sérios, contribuindo para um processo de mudanças do atual modelo e estilo de desenvolvimento de turismo para o resgate de caminhos como o Peabiru baseado na equidade, satisfação das necessidades de todos os envolvidos e sustentabilidade geocológica, reocupando assim estes antigos caminhos e espaços de maneira equilibrada e sistêmica. Afinal somos parte integrante desse projeto e peças importantes para o desenvolvimento da sociedade e do espaço em que vivemos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial 1500-1800 e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

ATLAS do Extraordinário. Madri: Ediciones del Prado, 1996.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **Historia das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

BARRETTO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo**. 4.ed. Campinas: apirus, 1991.

_____. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 4.ed. Campinas: Papyrus, 1995.

BENI, Mario C. **Análise estrutural do turismo**. 3.ed. São Paulo: Senac, 2000.

_____. **Globalização do turismo: megatendências do setor e realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2003.

BOND, Rosana. **Peru: do Império dos Incas ao Império da Cocaína**. Rio de Janeiro: Coedita, 2005.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento no espaço turístico**. Bauru-SP: Edusc, 2002.

BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CABEZA DE VACA, Alvar Nunez. **Naufraágios y comentarios**. Madri: Taurus, 1969.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia. In: RIBAS, A. D. et. al. (orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARLEY, Kathleen M.; REMINGA, J. **ORA**: Organization risk analyzer. Casos Technical Report. Carnegie Mellon University. Online Jan. 2004. Disponível em: <<http://www.casos.ece.cmu.edu>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

CARVALHO, Márcia Siqueira de (org). **Geografia, meio ambiente e desenvolvimento**. Londrina: Autora, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade, a era da informação**: economia, sociedade e cultura. Cambridge: Oxford, 1997.

CENTENO, Rogelio Rocha. **Metodología de la investigación aplicada al turismo**: casos prácticos. México: Trilhas, 1992.

CHADWICK, George A. **Systems View of Planning**. Oxford: Pergamon Press, 1971.

CHMYZ, Igor. Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real do Guairá. **Cadernos de arqueologia**, Paranaguá, v.1, n.1 p.7-103, 1976.

_____. **Dédalo**. v.7, n.13, jun. 1971.

_____. O projeto arqueológico Rosana Taquaruçu e, a evidenciação de estruturas arquitetônicas na Redução de Santo Inácio Menor. **Arqueologia**, Curitiba, v.6, 1990.

_____. **Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas nas áreas das Usinas Hidrelétricas de Rosana e Taquaruçu**. São Paulo: Cesp, 1984.

COLIN, Michael Hall. **Planejamento turístico, políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DROR, Yehezkel. **The planning process**: a facet design, in Faludi. A Reader in Planning theory. Oxford: Pergamon Press, 1973. p. 71.

FAUSTO, Boris. As causas da expansão marítima e a chegada dos portugueses ao Brasil. In: _____. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Elementos da sociologia teórica**. 2.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

FONT, JOHN NOGUÉ L. Paisage y turismo. **Estúdios Turísticos**, Madri, v. 103, p.35-45, 1989.

FUSTER, Luis Fernandez. **Teoria e técnica Del turismo**. Madri: Nacional, 1974.

GALDINO, Luiz. **Peabiru: os Incas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Estrada Real, 2002.

GUERRA, Antonio J. T. (org.) **Geomorfologia ambiental**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

GUNN, Clare. **Tourism planning: basics, concepts, cases**. 3.ed. Washington: Taylor and Francis, 1994.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D. et al. (orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

_____. **Territórios alternativos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HARDT, L. P. A. **Revitalização de áreas marginais do lago de Itaipu** no Município de Guaíra/PR. Guaíra: [s.n.]: 2004

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001. Coleção Turismo Contexto.

HEALEY, Patsy. **Collaborative planning: shaping places in fragmented societies**. London: Macmillan, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Para uma nova história**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Pioneira, 1936.

_____. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – IPT. **Mapa geológico do Estado de São Paulo, 1:500.000**. São Paulo: IPT, 1981a. 2v. (IPT, Monografia 6, Pub. 1184).

_____. **Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo, 1:1.000.000**. São Paulo: IPT, 1981b.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Sociologia do turismo**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LUTZENBERGER, José A. O absurdo da agricultura. **Estudos Avançados**, São Paulov.15, n.43, p. 61-74, 2001.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do estado do Paraná**. Curitiba: Banco do Desenvolvimento do Paraná, 1968.

MAFFESSOLI, Michel. **O tempo das tribos**. Hardcover: Sage Publications, 1996.

MARUTSCHKA, Moesch. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã (Fauerbach)**. 10.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**: extratos por Paul Lafargue. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

MEIRA, Rodrigo Martoni. **Caminhos do sul**: potenciais para o turismo. Dissertação (Mestrado em Geografia e Meio Ambiente) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

_____. **O fenômeno do turismo no contexto dos modos de produção: sinalizações e efetivação.** *Espaço Acadêmico*, Maringá, v.66, n.6, 2006.

MOLINA, Sérgio. **O pós-turismo.** São Paulo: Aleph, 2003.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX.** São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

NOELLI, Francisco Silva; MOTTA, Lucio Tadeu; TOMMASINO, Kimiye. **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang.** Londrina: Eduel, 2004.

NOVAES, Washington. Dilemas do desenvolvimento agrário. **Estudos Avançados**, São Paulo. v.15, n.43, p.51-60, 2001.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência.** Campinas, SP: Alínea, 2005.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes. **Sociologia do turismo.** 3.ed. Campinas: Papirus, 1995.

PETROCCHI, Mario. Turismo: **Planejamento do turismo.** 2.ed. São Paulo: Futura, 1998.

PIRES, Mário Jorge. **Raízes do turismo no Brasil.** São Paulo: Manole, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo. **Esta terra tinha dono.** 5.ed. São Paulo: FTD, 1995.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira.** Brasília: Ed. UNB, 1992.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem. In: MORAES, A. C. **Ratzel.** São Paulo: Ática, 1990.

RIBAS, A.; SPOSITO, Eliseu; SAQUET, Marcos. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Eduardo A. Werneck. Recuperando o passado para entender o futuro: entrevista com o Professor Igor Chmyz. **Saber Acadêmico**, Presidente Prudente, v.1, n.3, p.231-257, jun. 2007.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUEZ, José M. M.; VICENTE DA SILVA, Edson. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: problemática, tendências e desafios**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

_____. Planejamento ambiental: bases conceituais, níveis e métodos. In: **Desenvolvimento sustentável e planejamento: bases teóricas e conceituais**. Fortaleza: UFC, 1997. p. 37-50.

_____. **Geoeecologia das paisagens: uma visão geosistêmica da análise ambiental**. 2.ed. Fortaleza: UFC, 2007.

ROSSETTI, José Paschoal. **Contabilidade social**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

RUIZ DE MONTOYA, Antonio. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da companhia de Jesus nas Províncias do Paraná, Paraguai, Uruguai e Tape**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

RUSCHMANN, Doris Van de M. **Turismo e planejamento sustentável**. São Paulo: Papyrus, 1994.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2001.

SANTOS FILHO, João dos. Turismo, ciência ou técnica. **Revista Turismo: Dimensões e Perspectivas / Faculdades Nobel, Maringá**, v.1, n.1, 2001.

_____. Ontologia do turismo: **estudos de suas causas primeiras**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SHADEN, Egon. **Origem dos homens, o dilúvio e outros mitos Kaingáng**. Pequenas comunicações, 1974.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Nova história do Brasil**. Rio de Janeiro, 1963.

SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Et. Al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo básico**. 2.ed. São Paulo: Senac, 1998(1).

_____. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. 4.ed. Campinas: Papirus, 1998(2).

VAINER, Carlos B. Planejamento e questão ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar? In:_____. **Encruzilhadas das modernidades e planejamento**. Belo Horizonte: ANPUR, 1995. v.5, p. 24-27.

WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. CARLOS, Alessandri Fani Ana; CRUZ, da Ariza Cássia de Rita (org). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

APÊNDICE

APENDICE A – QUESTIONÁRIO – NETDRAW PROJETO PEABIRU

Bom dia, tarde, noite, sou _____ pesquisador da Faculdade de Presidente Prudente e gostaria de solicitar algumas informações sobre o Projeto Peabiru.

1) Qual é seu nome?

Resposta: _____ () masc. () fem.

2) Estudou até que série?

() ensino fundamental

() ensino médio

() ensino superior completo

() ensino superior incompleto

3) Qual é o nome de sua Instituição / Prefeitura / Comunidade?

Resposta: _____

4) Conhece o Projeto Peabiru desenvolvido na região? Se conhece, qual Instituição / Prefeitura / Comunidades tem mais contato com você sobre o desenvolvimento desse Projeto?

() Sim () Não

Resposta: _____

5) Quem você indicaria para explicar sobre o Projeto Peabiru na região?

Resposta: _____

Obrigado por sua atenção!

Questionário aplicado pelo pesquisador: _____

Data: ____ / ____ / _____